

Revista do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da
Universidade Estadual de Ponta Grossa



Pauta Geral

Estudos em Jornalismo

VOLUME 12 | NÚMERO 1 | 2025

ISSN: 2318-857X





PautaGeral

Estudos em Jornalismo

Universidade Estadual de Ponta Grossa
Programa de Pós-Graduação em Jornalismo
2025 | v. 12 | n. 1 | ISBN: 2318-857X



PautaGeral

Estudos em Jornalismo

2025 | v. 12 | n. 1 | ISBN: 2318-857X

Pauta Geral
Estudos em Jornalismo

Publicação semestral do Programa de Pós-Graduação em
Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)

Editor executivo

Marcelo Engel Bronosky

Editora adjunta

Ana Maria Bourguignon

Equipe assistente

Catharina Iavorski, Lerianny Barbosa Tizon, Maria Eduarda Kobilarz Silva, Pablino Cáceres Paredes, Tamires Limurci, Vitor Almeida dos Santos.

Supporte técnico

Rodrigo Pallú Martins

Comissão científica

Formada por docentes
com titulação de doutorado
pertencentes ao Programa de
Pós-Graduação em Jornalismo
da UEPG

Universidade Estadual de Ponta Grossa – Ponta Grossa, Brasil

Ana Maria Bourguignon

Cintia Xavier

Felipe Simão Pontes

Graziela Bianchi

Hebe Maria Gonçalves de Oliveira

Ivan Bomfim

Karina Janz Woitowicz

Marcelo Engel Bronosky

Paula Melani Rocha

Rafael Schoenherr

Sérgio Luiz Gadiini

Conselho editorial

Formada por docentes
com titulação de doutorado
pertencentes a reconhecidos
centros de pesquisa nacionais
e internacionais

Alberto Pena-Rodriguez, Universidade de Vigo, Espanha

Alfredo Vizeu, Universidade Federal do Pernambuco, Brasil

Aline do Amaral Garcia Strelow, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Ana Regina Barros Rêgo Leal, Universidade Federal do Piauí, Brasil

Aníbal Orué Pozzo, Universidad Nacional del Este, Paraguai

António Costa Pinto, Universidade de Lisboa, Portugal

Antonio Fausto Neto, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil

Antonio Francisco Magnoni, Universidade Estadual Paulista, Brasil

Antonio Holfeldt, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Brasil

Ariane Pereira, Universidade Estadual do Centro-Oeste, Brasil

Boanerges Balbino Lopes Filho, Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil

Carlos Eduardo Franciscato, Universidade Federal de Sergipe, Brasil

Carlos Federico González Pérez, Universidad Nacional de Jujuy, Argentina

Cesar Arrueta, Universidad Nacional de Jujuy, Argentina
Christa Berger, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil
Claudia Quadros, Universidade Federal do Paraná, Brasil
Cristina Mello, Universidade de Coimbra, Portugal
Denis Porto Renó, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita, Brasil
Dione Oliveira Moura, Universidade de Brasília, Brasil
Edson Spenthof, Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil
Eduardo Meditsch, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil
Elias Machado, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil
Elizabeth Saad, Universidade de São Paulo, Brasil
Emerson Urizzi Cervi, Universidade Federal do Paraná, Brasil
Gerson Martins, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil
Graça Caldas, Universidade Estadual de Campinas, Brasil
Guilherme Carvalho, Centro Universitário Internacional, Brasil
Jacques Mick, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil
Jesus Flores, Universidad Complutense de Madrid, Espanha
Joana Belarmino, Universidade Federal da Paraíba, Brasil
João Canavilhas, Universidade da Beira Interior, Portugal
João José Figueira, Universidade de Coimbra, Portugal
Jorge Pedro Sousa, Universidade do Porto, Portugal
José Manuel Gómez y Méndez, Universidad de Sevilla, Espanha
Josenildo Guerra, Universidade Federal de Sergipe, Brasil
Juliana Colussi Ribeiro, Universidad del Rosario, Colômbia
Juliano Maurício Carvalho, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita, Brasil
Julio Cesar Arrueta, Universidad Nacional de Jujuy – Jujuy, Argentina
Karine Moura Vieira – Centro Universitário Internacional – Curitiba, Brasil
Kenia Beatriz Ferreira Maia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil
Leonel Aguiar, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Brasil
Lia da Fonseca Seixas, Universidade Federal da Bahia, Brasil
Marcelo Brunet, Universidad Nacional de Jujuy, Argentina
Marcia Benetti, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil
Marcus Antonio Assis Lima, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Brasil
Mario Fernandes, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil
Miquel Rodrigo Alsina, Universitat Pompeu Fabra, Espanha
Mirna Tonus, Universidade Federal de Uberlândia, Brasil
Muriel Emídio Pessoa do Amaral, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil
Netilia Silva dos Anjos Seixas, Universidade Federal do Pará, Brasil
Paul Levinson, Fordham University, Estados Unidos
Ramón Salaverría, Universidad de Navarra, Espanha
Rogério Christofoletti, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil
Sandra Regina Moura, Universidade Federal da Paraíba, Brasil
Sebastian Alaniz, Universidad Católica do Chile, Chile
Sergio Mattos, Universidade Federal do Recôncavo Baiano, Brasil
Silvio Waisbord, George Washington University, Estados Unidos
Suzana Barbosa, Universidade Federal da Bahia, Brasil
Tatianna Teixeira, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil
Tomás José Jane, Escola Superior de Jornalismo, Moçambique
Victor Gentilli, Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil
Yamile Haber Guerra, Universidad de Oriente, Cuba

Revista Pauta Geral

Endereço

Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)
Programa de Pós-Graduação em Jornalismo
Campus Central. Praça Santos Andrade, 01 - Centro, Ponta Grossa - PR, 84010-330

Contato

+55 42 3220-3379
revista_pauta@uepg.br
<https://revistas.uepg.br/>

Os textos assinados, tanto no que diz respeito à linguagem como ao conteúdo, são de inteira responsabilidade dos(as) autores(as).

SUMÁRIO

Editorial Democracia, cidadania e direitos humanos na pauta dos estudos em jornalismo
Ana Maria Bourguignon e Marcelo Engel Bronosky

Artigos Mulheres no esporte e jornais feministas: representações durante a segunda onda do movimento no Brasil
Érika Alfaro de Araújo e Carolina Bortoleto Firmino

Jornalismo como lugar de memória: análise da cobertura jornalística a demolição de imóvel associado ao DOPS/ES no período da Ditadura Militar
Nicolly Barbosa Credi-Dio e Rafael da Silva Paes Henriques

O Jornalismo no WhatsApp: uma análise das notícias colocadas em circulação nos “Canais” da Folha de S.Paulo e G1
Vinícius Biazotti, Macri Colombo, Marizandra Rutilli, Glauco Madeira de Toledo

Jornalismo Digital, Esfera Pública e Filosofia Prática: Márcia Tiburi e o protagonismo feminino na redemocratização
Claudio Cardoso de Paiva

O ethos jornalístico à luz do Prêmio Esso de Jornalismo: reconfigurações da reportagem entre 2006 e 2015
Luan Pazzini Bittencourt

Pós-pandemia de Covid-19: qual o papel formativo do jornalismo?
Thalita Mascarelo da Silva

Entrevista “Se for pra destruir uma forma de jornalismo, então que seja”: Entrevista com Fabiana Moraes
Comovi – Comunicação e Mobilização dos Movimentos Sociais em Rede, Katarini Miguel, Camila Andrade Zanin, Rafaela Flôr, Tainá Jara

Resenha Representações de gênero e o espelho da cisheteronormatividade: por um jornalismo mais plural
Rafael Rodrigues Pereira

Democracia, cidadania e direitos humanos na pauta dos estudos em jornalismo

A democracia como regime de governo é resultado de uma construção histórica que remonta à discussão sobre os limites da autoridade do Estado no âmbito teórico, assim como às lutas por acesso a bens e serviços necessários para a vida com dignidade. A ideia de democracia se sustenta, atualmente, nos pilares do Estado de Direito, da tripartição dos Poderes – em que se preconiza a separação do exercício das funções estatais de governar, legislar e julgar –; do princípio da Isonomia – que requer a igualdade formal perante a lei, enquanto se persegue a igualdade substancial entre as pessoas, com a redução das desigualdades sociais –, da primazia dos direitos humanos. Quando qualquer desses requisitos falha, a cidadania torna-se incompleta. Isso porque a democracia é o substrato do exercício da cidadania, é o regime de governo que possibilita o exercício dos direitos civis, políticos e sociais.

Jornalismo, democracia e cidadania são conceitos convergentes e entrelaçados. As bases da profissão e a formação humanística que sustenta a graduação específica em Jornalismo prezam pela valorização da democracia, o pluralismo de ideias e de opiniões, os direitos humanos, as liberdades públicas e a justiça social. Como agente de cidadania, cabe ao jornalista o trabalho de produzir e difundir informações e conhecimentos em prol da democracia, privilegiando a realidade brasileira, valorizando as conquistas históricas da cidadania e denunciando as mazelas sociais (FENAJ, 2007; MEC, 2013)¹.

É com esse espírito que lançamos a primeira edição de 2025 da revista *Pauta Geral*. A publicação agrega oito textos submetidos ao fluxo contínuo do periódico, dentre os quais seis artigos, uma entrevista e uma resenha, de autoras e autores provenientes de instituições de ensino superior das regiões Centro-Oeste, Nordeste, Sudeste e Sul do Brasil. A leitura do conjunto dos trabalhos nos leva a refletir sobre as transformações pelas quais o jornalismo

¹ FENAJ. **Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros**. Disponível em: https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2014/06/04-codigo_de_etica_dos_jornalistas_brasileiros.pdf. Acesso em: 02 set. 2025.

MEC. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CES no 1, de 27 de setembro de 2013**. Disponível em: https://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=14242&Itemid=. Acesso em: 02 set. 2025.

passou desde a década de 1970, tendo como pano de fundo as lutas por democracia, cidadania e direitos humanos.

O artigo de Érika Araújo e Carolina Firmino (Unesp) apresenta os resultados de uma pesquisa sobre a cobertura esportiva nos jornais *Brasil Mulher* (1975-1979), *Nós Mulheres* (1976-1978) e *Mulherio* (1981-1989). Os veículos demarcaram posição contra o regime autoritário que perdurou no país de 1964 a 1985. Ao produzir notícias de interesse do movimento feminista, os jornais divulgavam as lutas por igualdade de direitos e discutiam as raízes da opressão masculina. Em um ambiente de restrição de direitos civis e políticos, a pauta da mulher no esporte era limitada e secundária. Ainda assim, os jornais registraram mulheres que conquistaram espaço no meio esportivo como torcedoras, atletas e jornalistas.

O segundo texto debate a importância de preservar a memória sobre a Ditadura Militar, como estratégia de resistência ao autoritarismo. Nicolly Barbosa Credi-Dio e Rafael da Silva Henriques (UFES) investigam o tratamento dispensado pelos veículos de imprensa capixaba ao 'Casarão de Cláudio Guerra', imóvel localizado na Região Metropolitana da Grande Vitória, de propriedade do ex-delegado do DOPS/ES, condenado em 2023 pela Justiça Federal por crimes praticados durante o regime autocrático. O estudo analisou notícias *on-line* e em redes sociais que pautaram o Casarão, problematizando o jornalismo como lugar de memória.

As notícias veiculadas em Canais do *WhatsApp* são objeto de pesquisa do trabalho coletivo de Vinicius Biazotti (Unesp), Macri Colombo (UFSM), Marizandra Rutilli (UFSM) e Glauco Toledo (Universidade Anhembi Morumbi). Os autores compararam os valores-notícia das matérias publicadas nos Canais da *Folha S. Paulo* e do *Portal G1*. A análise indica um processo de seleção das notícias presentes nos canais de *WhatsApp* pautado por estratégias específicas de cada veículo para atrair a atenção do público.

Evidencia-se que, em uma sociedade midiatizada, a circulação de notícias em redes sociais torna-se um mecanismo para ampliar o alcance e o acesso ao produto jornalístico. Se de um lado, tais iniciativas contribuem para o combate à desinformação, potencializando a divulgação de informações que passaram pelo crivo de jornalistas, por outro, os veículos tornam-se reféns da busca por visualização e engajamento. O impasse gera repercussões na forma como se produz jornalismo, levando à indagação sobre as implicações para a constituição de uma esfera pública democrática.

O ensaio teórico de Cláudio Cardoso de Paiva (UFPB) lança luz sobre esta tensão. O artigo esmiuça a produção da filósofa feminista Márcia Tiburi, trazendo ao debate as

interfaces entre jornalismo, gênero e cidadania no contexto de regressão ética e política vivenciada nos “tempos sombrios” que caracterizam o início do século XXI. O autor problematiza como a espetacularização da vida, viabilizada pela internet e pelas mídias, preenche o cotidiano ao mesmo tempo em que gera ações vazias, medo, indiferença e distanciamento da realidade e do outro. Ao olhar para esse cenário, Paiva convida à reflexão sobre a importância da ética guiada por uma razão crítica feminista, que visa à construção de uma esfera pública mais inclusiva, dialógica e democrática.

No próximo artigo, Luan Pazzini Bittencourt (UFRJ) analisa as reportagens vencedoras do Prêmio Esso, identificando a coexistência de múltiplos *ethos* profissionais relacionados às categorias: interesse humano, interesse político e interesse econômico. A partir das configurações das rotinas de produção do jornalismo, impactadas pela midiatização e fragmentação das relações de trabalho, o autor analisa a articulação entre objetividade, subjetividade e compromisso ético com a democracia.

O trabalho de Talita Mascarelo da Silva (Fiocruz) fecha a seção de artigos livres. A autora destaca que o advento da pandemia de covid-19 despertou a discussão sobre o papel do jornalismo na divulgação de informações científicas. Com base em entrevistas com seis jornalistas especialistas na área, a pesquisadora coloca em debate a necessidade de se incluir conteúdos relacionados ao conhecimento científico na formação em jornalismo como medida para combater a desinformação e promover a cidadania.

Esta edição finaliza com dois textos críticos à concepção de neutralidade jornalística: a entrevista com Fabiana Moraes (UFPE), realizada pelo Grupo de Pesquisa *Comunicação e Mobilização dos Movimentos Sociais em Rede*, vinculado a Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS); e a resenha de Rafael Rodrigues Pereira (Universidade Presbiteriana Mackenzie) sobre a coletânea *Desigualdades de gênero e representações midiáticas*, organizada por Tamires Coêlho (UFMT). Os textos arrematam esta edição conclamando pesquisadoras/es e profissionais a se posicionarem a favor da pauta dos direitos humanos, a partir da implementação de práticas democráticas, que permitam o desenvolvimento de abordagens jornalísticas e científicas eticamente comprometidas com a diversidade e pluralidade de expressões da vida humana.

Boa leitura!

Ana Maria Bourguignon
Marcelo Engel Bronosky

Mulheres no esporte e jornais feministas: representações durante a segunda onda do movimento no Brasil

Women in sports and feminist newspapers: representations during the second wave of the movement in Brazil

Érika Alfaro de Araújo¹

Carolina Bortoleto Firmino²

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo investigar como as mulheres torcedoras, atletas e jornalistas foram representadas nos jornais feministas Brasil Mulher, Nós Mulheres e Mulherio. Os títulos circularam durante a segunda onda do movimento no país, período marcado pela luta contra a ditadura militar. Por meio dos procedimentos metodológicos da Análise de Conteúdo, categorizamos e interpretamos todas as publicações sobre esportes nesses veículos, analisando personagens e fontes, ou seja, mulheres com nome e identidade nas matérias. Foi possível observar que aspectos como gênero, raça e classe eram considerados no retrato das vivências femininas, especialmente de atletas. Ainda assim, a cobertura esportiva permaneceu limitada, e o resgate da história desses jornais aponta para as lacunas e desafios a serem enfrentados ainda hoje.

Palavras-chave: Imprensa feminista. Mulheres no esporte. Feminismo brasileiro.

1

Abstract

This study aims to investigate how female fans, athletes and journalists were represented in the feminist newspapers Brasil Mulher, Nós Mulheres and Mulherio. These publications circulated during the second wave of the feminist movement in Brazil, a period marked by the struggle against the military dictatorship. Through the methodological procedures of Content Analysis, we categorized and interpreted all sports-related publications in these newspapers, analyzing both the subjects and sources, women with names and identities mentioned in the articles. The findings indicate that aspects such as gender, race and class were considered in portraying women's experiences, particularly those of athletes. Nevertheless, sports coverage remained limited, and revisiting the history of these newspapers highlights the gaps and challenges that persist to this day.

Keywords: Feminist press. Women in sports. Brazilian feminism.

¹ Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Estadual Paulista (Unesp), campus Bauru-SP, com pesquisa financiada pela FAPESP (processo n. 2022/00984-0). Mestra em Comunicação e graduada em Jornalismo pela mesma instituição. E-mail: erika.araujo@unesp.br

² Doutora pelo Programa de Pós-graduação em Comunicação pela Universidade Estadual Paulista (Unesp), campus de Bauru-SP. Mestra e jornalista pela mesma instituição. E-mail: carolina.bfirmino@gmail.com

Introdução

O percurso feminista costuma ser dividido a partir da ideia de “ondas”, uma categorização, para fins didáticos, de períodos históricos em que existiram “reivindicações majoritárias” ou efervescência acentuada de pautas ou problemáticas, conforme elabora Silva (2019), em uma metáfora cuja ideia é que as lutas por igualdade acontecem em fluxos e refluxos. Embora essa noção seja marcada por disputas³, as ondas feministas como movimentações e protestos públicos causaram impacto e alcançaram muitas pessoas, contribuindo para a caracterização de diversos períodos.

Logo, a primeira delas, entre o século XIX e início do século XX, é identificada pela luta por igualdade e pelo sufrágio, mas engloba outras pautas, como as condições de trabalho, o enfrentamento à violência e à escravidão – o discurso de Sojourner Truth, “Não sou eu uma mulher?”, foi feito na Convenção das Mulheres em 1851. Já a segunda onda é marcada por debates que envolvem o lugar da mulher na sociedade, sexualidade e direitos reprodutivos.

No caso do Brasil, “a organização de nosso movimento feminista, bem como de sua progressiva visibilidade, ao lado da emergência de um pensamento feminista entre nós, se deu em pleno regime de exceção política que se seguiu ao golpe militar de 1964” (Hollanda, 2019, p. 10). Conforme reconhece a autora, trata-se de um contexto complicado, pois há uma forte repressão política e uma consequente reação da esquerda em uma proposta de luta ampla; e “a necessidade de conjugar os interesses propriamente feministas com a irrecusável e urgente necessidade do engajamento político em tempos de chumbo” (Hollanda, 2019, p. 11).

Para Pinto (2003), o feminismo, em países como o Brasil, enfrenta um problema em dois sentidos. Por um lado, se organiza a partir do reconhecimento de que ser mulher acarreta consequências definitivas para a vida e que, assim, há necessidade de uma luta específica. Por outro, há uma desigualdade social, que gera fome e miséria, problema que não pode ser colocado à margem. “Principalmente na luta das mulheres e dos negros, a questão da desigualdade social é central” (Pinto, 2003, p. 45).

A pensadora elabora que essa circunstância é responsável por dois cenários diferentes: o primeiro tende a incluir tais problemáticas como parte do contexto da desigualdade como um todo – abordagem comum nos partidos de esquerda –, enquanto o

³ Pensadoras feministas como Shira Tarrant criticam a linguagem das ondas com reflexões no sentido de que tal divisão pode desconsiderar progressos entre os períodos, falhar em reconhecer a história de questões políticas ao redor do mundo (pensando no feminismo como um movimento global) e colocar à margem os problemas de mulheres não-brancas.

outro reconhece as proporções dessa assimetria no interior dos movimentos quando se têm mulheres pobres, negras e sem-terra ao lado de ricas e intelectualizadas.

Freitas (2018) reitera que, durante a ditadura militar, as manifestações do feminismo de segunda onda surgiram no Brasil, entretanto, não sem o olhar inquisidor sobre o que fugisse da busca pela redemocratização do país. Escosteguy (2016) resume:

Na virada para a década de 1970, o feminismo amalgamou um paradoxo: ao mesmo tempo em que se organizava em defesa da especificidade da condição da mulher, estabelecia uma profunda ligação com a luta contra a ditadura militar. Isso desembocou em um tensionamento permanente entre dois vetores: aquele associado às lutas que davam ênfase à sexualidade, ao corpo e ao prazer versus aquele outro que priorizava a luta de classes e/ou a luta pela democracia (Escosteguy, 2016, p. 65).

E é nesse cenário de lutas, debates, regimes autoritários e relações de enfrentamentos que surgiram os jornais Brasil Mulher (1975-1979), Nós Mulheres (1976-1978) e Mulherio (1981-1989), publicações marcantes no que se refere ao movimento feminista brasileiro e que foram selecionadas como objetos empíricos desse trabalho. Tidos à época como parte da chamada imprensa alternativa, esses jornais desempenharam um papel fundamental na articulação e divulgação das pautas feministas em um contexto de forte repressão política.

Enquanto assuntos ligados à arte conseguiam pequenas menções, a discussão sobre práticas esportivas pouco aparecia nos títulos feministas, por mais que estivesse acontecendo em todo o Brasil, marcadas por fatos como a proibição e a clandestinidade do futebol de mulheres e de outras modalidades, a expansão das academias e da tendência *fitness* a partir de 1970 e da presença escassa de atletas em eventos como as Olimpíadas.

Jornais feministas no Brasil

Em 1975, nasceu o Brasil Mulher, considerado o primeiro jornal feminista do Brasil. A pesquisadora Buitoni (1981/2009) afirma que o posicionamento das redatoras podia ser entendido como um novo tipo de foco narrativo, no qual dois elementos apareciam: o sexo biológico e o grupo, a partir da ideia de pensamento em comum. Dessa forma, a imprensa feminista negava a posição de redatora invisível, pois “quem escreve é um grupo de mulheres que fala em ‘nós’” (Buitoni, 1981/2009, p. 125-126).

Em entrevista a Firmino (2021), Maria Amélia de Almeida Teles, militante feminista e membra do Brasil Mulher, conta que as escolhas editoriais da época tinham o objetivo de alcançar as trabalhadoras e os movimentos populares. O jornal abordava a luta de classes e a das mulheres, no entanto, conforme explica a entrevistada, naquele momento, não havia

uma compreensão predominante do que era ou não feminismo, nem se incorporava – conscientemente, com demarcações – outras categorias de luta. Os textos debatiam o que era ser mulher na ditadura, com temas como a escassez de creches, o salário menor, a sexualidade, a carestia, a busca por igualdade e a origem da opressão.

Em 1976, o jornal Nós Mulheres teve sua primeira publicação. Buitoni (1981/2009) reforça que o tabloide tentava representar a mulher com humanidade e criar uma identificação com as classes populares. Com condições financeiras precárias, reunia mulheres, jornalistas ou não, que editavam textos a respeito de problemas femininos em uma linguagem acessível. No primeiro editorial, por exemplo, o jornal se posiciona na direção contrária da prerrogativa da imparcialidade jornalística e do padrão impessoal. Ou seja, o padrão que a imprensa feminina tradicional adotava, com um editor que ditava as regras e oferecia conselhos a uma leitora chamada de “você, mulher”, é rompido. Conforme aponta Constância Lima Duarte (2019), o Nós Mulheres se enquadra em uma imprensa dirigida por mulheres, que, assim como o Brasil Mulher, enfrentou assuntos polêmicos daqueles tempos atribulados, como aborto, trabalho feminino, prostituição, representação política, além de questões raciais e espaço das mulheres na cultura.

4

Em 1981, o Mulherio foi lançado sob a direção da jornalista Adélia Borges. De acordo com Buitoni (1981/2009), com um extenso conselho editorial, havia uma tentativa de inovar com fotos não convencionais (de mulheres marginalizadas, como boias-frias, negras e operárias) e reforçar a posição plural, emancipacionista e contra a ditadura dos modelos veiculados pela mídia. Denúncias de violência, discriminação contra a mulher negra, política do corpo, amamentação, trabalho feminino, bem como vida das operárias e da periferia das grandes cidades eram temas muito presentes.

Esporte como pauta secundária

Tanto no jornal Brasil Mulher quanto no Nós Mulheres não houve espaço para tratar do esporte com frequência. Por mais que se entendesse a importância do tema, a compreensão também era de que outras questões precisavam ser debatidas pelas “primeiras feministas”. A discussão da prática esportiva, seja a proibição de mulheres no futebol e em diversas modalidades, os preconceitos ou a presença nos estádios e vestiários, era restrita aos encontros realizados para a produção do jornal, mas não chegava até a publicação, como lembra Amelinha: “A pauta não cabe, não dá tempo, entendeu? É luxo. Então não era preocupação, embora seja uma necessidade vital. Porque isso é uma coisa vital, como se discutia a música” (Teles, 2019, p. 419 *apud* Firmino, 2021).

Já o periódico Mulherio nasceu em um contexto de mudanças e início do processo de abertura política, após um longo período de ditadura militar. Segundo Freitas (2018), na época, havia uma tendência à especialização dos movimentos feministas, desenvolvimento da pesquisa acadêmica sobre mulheres e no mercado editorial, criação dos conselhos da condição feminina e de delegacias próprias com foco na violência contra mulheres, reconhecimento governamental sobre a saúde da mulher e extinção da tutela masculina na vida conjugal. Ou seja, o Mulherio era uma publicação mais aberta ao diálogo de questões específicas das mulheres, acompanhando não apenas o declínio do regime ditatorial, mas também uma agenda feminista (Freitas, 2018).

De acordo com Freitas (2018), no editorial do número 16, o jornal se apresentava como um lugar para falar sobre a mulher real, em transformação e em movimento. Se considerarmos o contexto esportivo e como a mulher real participava dele durante o período, temos alguns cenários, como a regulamentação do futebol feminino em 1983, as Olimpíadas de 1984 e o aumento da participação de mulheres jornalistas na cobertura esportiva. Por isso, neste trabalho, estudaremos a relação dessas publicações feministas brasileiras com a mulher no cenário esportivo.

5

Objetivos e metodologia

A partir dos jornais Brasil Mulher, Nós Mulheres e Mulherio, pretendemos entender de que forma as mulheres presentes no campo do esporte, sejam elas torcedoras, atletas ou jornalistas, foram representadas e caracterizadas nesses espaços em que, segundo Leite (2003, p. 234), há um “compromisso com uma nova linguagem, e com a difusão de reivindicações e propostas diretamente relacionadas com a condição das mulheres”.

Aqui, partimos de dois pressupostos: primeiro, de que o esporte se desenvolveu como um campo de dominação masculina e, conforme apontam Mühlen e Goellner (2012), como qualquer outra prática cultural, é generificado e generificador; e, segundo, de que o papel do movimento feminista no reconhecimento da desigualdade de gênero nas relações de poder que sujeitam as figuras femininas à dominação masculina é notável, bem como a atuação do feminismo no enfrentamento e na desconstrução das criações inteiramente sociais das ideias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres (Scott, 2019).

Realizamos uma investigação no Brasil Mulher (edições 1 a 15), Nós Mulheres (edições 1 a 8) e Mulherio (edições 0 a 39), cujas versões digitalizadas estão disponíveis nos sites da Fundação Perseu Abramo, Fundação Carlos Chagas e da Biblioteca Nacional. Após

leitura flutuante e busca pelas palavras-chave “esporte”, “football”, “futebol”, “atleta” e “prática esportiva”, chegamos a 13 publicações, que incluem notas, reportagens e entrevistas.

A partir dos procedimentos metodológicos da Análise de Conteúdo de Bardin (2011), organizamos três categorias para a apresentação desse material: mulheres torcedoras, mulheres atletas (ou que praticam esportes) e mulheres jornalistas, nas quais reunimos as personagens e fontes de cada categoria e um resumo de suas representações. Em seguida, destacamos tópicos que permearam as descrições a respeito de cada mulher mencionada (presentes tanto nos títulos quanto nas linhas-finas e no corpo dos textos) para discuti-los brevemente, considerando as características dos jornais e seu contexto social, econômico e político. Dito isso, nosso objetivo é olhar para as mulheres envolvidas no esporte como pauta nas primeiras publicações feministas no Brasil.

Mulher torcedora, mulher jornalista e mulher atleta

A divisão das categorias “mulher torcedora”, “mulher jornalista” e “mulher atleta” se deu após leitura preliminar das publicações dos jornais⁴, nos quais observamos estas três formas de representar as mulheres e suas relações com o esporte. Para a análise, consideramos apenas personagens e fontes, ou seja, mulheres que recebem nome e identidade nas matérias.

É importante explicar que nem todas as 13 publicações revelam a mesma profundidade ou o mesmo detalhamento nas descrições e caracterizações apresentadas, a considerar a variedade do *corpus*.

A seguir, a organização em tabelas apresenta as informações sobre: título (além de identificar o conteúdo analisado, oferece pistas sobre as publicações, tendo em vista que revela aspectos destacados); em qual jornal e edição a matéria pode ser encontrada (garantindo a transparência e possibilitando a verificação dos dados); e qual personagem ou fonte está presente. Dessa forma, os dados ordenados nas tabelas serão aprofundados na sequência. Vale ressaltar que chamamos de fontes as mulheres que foram entrevistadas, já as personagens aparecem como focos da narrativa jornalística, mas não necessariamente têm suas declarações expressas no texto. Essa distinção pode encontrar apoio em Traquina (2004; 2005), ao discutir como o jornalismo constrói narrativas com base na interação entre diferentes atores sociais, sendo que nem todos participam diretamente da produção discursiva da notícia.

⁴ Selecionadas as 13 publicações, houve o primeiro contato exploratório, sem ainda aplicar categorias. Dessa maneira, foi possível compreender o conteúdo geral e identificar as três formas que as mulheres apareciam nos textos.

Quadro 1 – Mulher torcedora

Título da publicação	Jornal/Edição	Personagem/fonte
Corinthians, meu amor ⁵	Brasil Mulher, ed. 9	Eliza, torcedora corintiana
Mulher na boca do gol ⁶	Nós Mulheres, ed. 4	Elisa, torcedora corintiana
De Atenas a Los Angeles ⁷	Mulherio, ed.16	Ferenice, que esteve presente nos Jogos Olímpicos 396 a.C

Fonte: Elaborado pelas autoras, 2025.

Em 1977, três publicações abordaram a temática esportiva, uma no Brasil Mulher e duas no Nós Mulheres. Em duas delas⁸, a figura da torcedora foi predominante. A primeira e única do *corpus* pertencente ao Brasil Mulher é um poema assinado por César Vieira e publicado na sessão reservada às cartas de leitores. “Corinthians, meu amor” (Vieira, 1977) apresenta a personagem Eliza, descrita como a mulher que “agita a bandeira”, fica em silêncio, quieta a sofrer enquanto a bola corre e, em um estádio deserto, sozinha e chorando, enrola a bandeira e sonha com o povo vivendo, cantando e amando, “sem ninguém para pisar”.

Na segunda reportagem, essa do Nós Mulheres, novamente a figura da torcedora Elisa. Chamada na capa do jornal de “a mais fiel corintiana” e na matéria como “mulher na boca do gol”, é apresentada em duas imagens. Na primeira, segura uma bandeira corintiana entre homens na arquibancada, já na segunda está passando roupa, com a mesma bandeira pendurada ao fundo. A torcedora é personagem central e fonte, descrita como uma mulher negra, com “69, 70 ou 75 anos”, que, “como tantas outras, gosta de futebol”, mas, “como poucas, vai onde seu time for”. É considerada “a primeira dama da maior torcida do mundo” e “a mulher que virou símbolo no esporte dos homens”.

Afirma-se que Elisa é pobre, sem alfabetizada, viúva, tem seus filhos criados, mora num bairro da periferia, com a casa “num verdadeiro buraco, sem luz e sem água encanada” e, há trinta anos, trabalha como empregada doméstica, gastando metade de seu salário com futebol. O texto conta que a torcedora só passou a frequentar o estádio depois que seu marido

⁵ VIEIRA, César. Corinthians, meu amor. Brasil Mulher, p. 15, 1977. Disponível em: <https://tinyurl.com/5rnwj3z6>. Acesso em: 5 jan. 2024.

⁶ MULHER na boca do gol. Nós Mulheres, São Paulo, n. 4, mar./abr., 1977. Disponível em: <https://www.fcc.org.br/conteudos especiais/nosmulheres/arquivos/NosMulheresn4.pdf>. Acesso em: 5 jan. 2024.

⁷ BORGES, Adélia. De Atenas a Los Angeles. Mulherio, São Paulo, n. 16, p. 14-15, 1984. Disponível em: https://www.fcc.org.br/conteudos especiais/mulherio/arquivo/IV_16_1984menor.pdf. Acesso em: 5 jan. 2024.

⁸ A terceira publicação, intitulada “Isto é coisa de menina”, não apresenta personagens ou fontes.

morreu porque ele não gostava que ela fosse ao local. Assim, termina com o seguinte questionamento: “Elisa está aí. Existem outras. Não é hora da torcida feminina se organizar?”.

Na matéria “De Atenas a Los Angeles”, de 1984, no Mulherio, há um pequeno trecho que cita a personagem “Ferenice”, que teria se vestido de homem para assistir aos Jogos Olímpicos em 396 a.C. Ela acompanhou o filho competidor e, ao ser descoberta na torcida, chocou a multidão, pois a lei da época determinava que uma mulher seria condenada à morte caso invadisse um reduto sagrado dos homens.

Nessa categoria, encontramos duas publicações que representam a mulher torcedora – uma delas não é classificada como texto jornalístico, pois integra o espaço dos leitores – e uma passagem textual sobre uma mãe que tentou assistir à participação do filho nas Olimpíadas da Antiguidade. Nas duas primeiras, trata-se da mesma mulher: a corintiana Elisa/Eliza, descrita por meio de diversos elementos, desde questões envolvendo raça, classe, escolarização e sua relação com esposo e filhos, até sua paixão pelo esporte. Já na terceira, a curta história de uma mulher impedida de frequentar o ambiente esportivo.

Quadro 2 – Mulher jornalista

8

Título da publicação	Jornal/Edição	Personagem/fonte
Mulher (ainda) não entra ⁹	Mulherio, ed. 29	Denise Breuer, repórter em início de carreira; Regiane Ritter, repórter experiente; Betize Assunção, repórter da revista Placar.

Fonte: Elaborado pelas autoras, 2025.

No ano de 1987, no Mulherio, a reportagem assinada pela jornalista Roseli Figueiredo abordou os desafios enfrentados pelas mulheres na cobertura esportiva, como a dificuldade de entrar nos vestiários dos jogos de futebol masculino para realizar entrevistas. Denise Breuer é a primeira personagem, apresentada como uma repórter que tem “apenas três meses de cobertura de futebol”. Também aparece como fonte: conta que fica constrangida ao entrar no vestiário por ser um espaço em que os atletas tomam banho e trocam de roupa, mas reconhece que ali podem surgir informações relevantes.

A segunda é Regiane Ritter, citada como uma repórter esportiva experiente, narrando suas vivências e opiniões sobre o tema discutido na matéria. Em um trecho lemos: “uma

⁹ FIGUEIREDO, Roseli. Mulher ainda não entra. Mulherio, São Paulo, nº 29, p. 19, 1987. Disponível em: https://www.fcc.org.br/conteudos especiais/mulherio/arquivo/VII_29_1987menor.pdf. Acesso em: 5 jan. 2024.

profissional como ela, considerada no meio jornalístico esportivo de São Paulo, pois foi, se não a pioneira, a primeira a enfrentar com persistência a cobertura dos vestiários masculinos e a fazer escola" (Figueiredo, 1987, p. 17). O texto aponta que Regiane também atua como comentarista e que considera o rádio um mundo fechado para mulheres na cobertura esportiva. Além de narrar as situações com as quais se deparou, Regiane faz ponderações, como: "mas por que as mulheres servem para trabalhar na produção e não no campo de futebol? O campo é o orgasmo e não deixar a gente chegar lá é roubar o direito ao prazer", em declaração que remete ao clima dos debates da segunda onda feminista. Por fim, conhecemos Betize Assunção, repórter da revista Placar que relata identificar um comportamento ambíguo de jogadores e dirigentes, cujas atitudes incluem "cantadas" e desafios, como a necessidade de provar que mulheres "entendem de futebol".

Sendo assim, nessa categoria, três mulheres foram representadas como jornalistas que atuam na cobertura esportiva, embora todas apareçam em uma só reportagem, dando pistas de que se trata de uma pauta ainda pouco explorada pelos jornais.

Quadro 3 – Mulher atleta

9

(continua)

Título da publicação	Jornal/Edição	Personagem/fonte
Fora de Campo ¹⁰	Mulherio, ed. 4	Rose do Rio, capitã do time Beija-Flor
De Atenas a Los Angeles ¹¹	Mulherio, ed. 16	Baronesa vienense Wallinga de Isacescu; a japonesa Hatomi; a ginasta romena Nadia Comaneci; a alemã Cornélia Sirch; Conceição Aparecida Geremias, do heptatlo; Hortência Marcari, do basquete; Maria Isabel, do vôlei; Angélica Almeida, atleta do São Paulo.

¹⁰ FORA DE campo. Mulherio, São Paulo, n. 4, 1981. Disponível em:https://www.fcc.org.br/conteudos especiais/mulherio/arquivo/I_4_1981menor.pdf. Acesso em: 5 jan. 2024.

¹¹ BORGES, Adélia. De Atenas a Los Angeles. Mulherio, São Paulo, n. 16, p. 14-15, 1984. Disponível em: https://www.fcc.org.br/conteudos especiais/mulherio/arquivo/IV_16_1984menor.pdf. Acesso em: 5 jan. 2024.

Quadro 3 – Mulher atleta

(conclusão)

Título da publicação	Jornal/Edição	Personagem/fonte
As novas mulheres de Atenas ¹²	Mulherio, ed. 21	Isabel, Hortência, Vera Mossa, Paula, Jacqueline, Patrícia Amorim, Silvana Campos, Esmeralda de Jesus, Jorilda Sabino, Débora Srour e Conceição Geremias, heroínas do esporte brasileiro; Débora Sericoppi, estudante; Lucicleá Queiróz Cristina, professora.
Com a camisa do avesso ¹³	Mulherio, ed. 24	Jacqueline Louise Cruz e Silva
Na marca do gol ¹⁴	Mulherio, ed. 36	Charlotte Suetta
Hortência, drible na polêmica ¹⁵	Mulherio, ed. 38	Hortência

Fonte: Elaborado pelas autoras, 2025.

Nesta categoria, consideramos as mulheres cujas relações com o esporte se dão no campo da prática, não necessariamente profissional. Assim, todas são do Mulherio. Das dez publicações que aparecem no jornal com a temática esportiva, duas delas, as notas “Esporte, reduto masculino” (Esporte..., 1982) e “Agenda” (Agenda, 1982), não têm mulheres como personagens ou fontes. Já a nota “Fora de Campo” (Fora..., 1982) traz, de forma breve, Rose do Rio como fonte, descrita como “capitã do Beija-Flor, uma mulher de 29 anos de idade que joga futebol desde criança”.

No ano seguinte, em 1983, a matéria “De Atenas a Los Angeles”, assinada por Adélia Borges, traz diversas mulheres – além da já citada Ferenice. Como apresenta um conteúdo histórico com dados da trajetória olímpica feminina, são mencionadas brevemente personagens como: “baronesa vienense Wallinga de Isacescu”, que “tentou a travessia a nado do canal da Mancha”; a “japonesa Hatomi”, que “caiu desmaiada na fita de chegada” em um prova de atletismo em 1928; a ginasta romena Nadia Comaneci, “atleta símbolo” em Montreal; e a alemã Cornélia Sirch que, em 1982, competiu nos 200 metros na natação e fez um tempo

10

¹² BORGES, Luciano. As novas mulheres de Atenas. Mulherio, São Paulo, nº 21, 1985. Disponível em: <https://www.fcc.org.br/conteudos especiais/mulherio/arquivo/V 21 1985menor.pdf>. Acesso em: 5 jan. 2024.

¹³ MELO, Renata Figueira. Com a Camisa do lado avesso. Mulherio, São Paulo, ed. 24, 1986. Disponível em: <https://www.fcc.org.br/conteudos especiais/mulherio/arquivo/VI 24 1986menor.pdf>. Acesso em: 5 jan. 2024.

¹⁴ CARNEIRO, Lia. Na marca do gol. Mulherio, São Paulo, nº 36, p. 21, 1988. Disponível em <https://www.fcc.org.br/conteudos especiais/mulherio/arquivo/VIII 36 1988menor.pdf>. Acesso em 5 jan. 2024.

¹⁵ CARNEIRO, Lia. Hortência: drible na polêmica. Mulherio, São Paulo, nº 38, p. 15, 1988. Disponível em <https://www.fcc.org.br/conteudos especiais/mulherio/arquivo/VIII 38 1988menor.pdf>. Acesso em 5 jan. 2024.

superior ao recorde masculino de 1964. Depois dessa retomada, atletas olímpicas brasileiras são utilizadas como fontes. A primeira delas, Conceição Aparecida Geremias, é apresentada como uma mulher de 27 anos. “Ela é uma das dez melhores do mundo em heptatlo, medalha de ouro no Pan-American de Caracas, salário de Cr\$ 100 mil mensais, patrocínio de uma rede de supermercados” (Borges, 1983, p. 14).

O texto conta que Conceição nasceu numa fazenda, foi na escola da roça e, com 14 anos, foi convocada para a seleção Paulista Adulto: “Foi um malabarismo muito grande, para ela, conciliar a Seleção com as outras coisas da vida” e, aos 15 anos, “passou a trabalhar de empreita na colheita do café” e “treinar só aos sábados e domingos”. Conceição também diz que muitas meninas pararam de correr por medo de ficarem musculosas: “Mas esse negócio de criar músculos, de ficar masculinizada é o tipo de coisa que a gente não tem que se preocupar”. A reportagem narra que a atleta se casou com 19 anos, se separou, está namorando e tem uma filha de cinco anos, além do fato de que competiu nos primeiros meses de gravidez, teve um parto cesariana e, 39 dias depois, começou a correr; fala ainda que, seis meses após o nascimento da filha, bateu o recorde brasileiro de pentatlo e amamentou até os nove meses da criança, mas foi para o sul-americano e teve que tomar injeção para secar o leite.

Em sequência, lemos sobre Hortência Marcari, apresentada como “estrela conhecidíssima” de 27 anos da seleção de basquete, uma das mais bem pagas atletas brasileiras, considerada por muitos a melhor jogadora da modalidade no mundo. A reportagem destaca que Hortência possui “um discurso muito parecido com o das feministas: provar que, apesar de não ter seguido o modelo feminino, apesar de bem-sucedida numa área masculina, é mulher” (Borges, 1983, p. 14). Em entrevista, Hortência declara que nunca foi de “usar vestidinho”, mas, fora das quadras, sempre procurou mostrar “o que tem de mulher”. Conta que, quando o esporte apareceu, falavam que “jogadora de basquete era sapatão”, mas nunca ligou “porque não era”.

Por fim, temos Maria Isabel, do vôlei, descrita como “um dos maiores ídolos” do esporte brasileiro da época. A reportagem aponta que “ela virou uma musa”, “faz até comerciais para televisão” e, aos 24 anos, pode viver bem com o salário, além de explicitar que, em seu último torneio mundial, jogou grávida de quatro meses contra a vontade dos técnicos, e que sua “maior ‘ginástica’ é conciliar os jogos com o exercício de ser mãe”. O texto ainda traz Isabel dizendo: “até um tempo atrás, o casamento era profissão, e isso está mudando, graças a Deus”.

Na edição de 1984, a nota “Angélica campeã” narra a vitória de Angélica Almeida, a “campeã”, uma paulista de 19 anos que era atleta do São Paulo Futebol Clube e vivia, há sete anos, na Fundação Estadual para o Bem-Estar do Menor (FEBEM), a atual Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente (Fundação CASA/SP). O texto narra que, embora acumulasse recordes, não havia sido incluída na equipe olímpica: “Pior para o Comitê Olímpico Brasileiro, porque Angélica continua firme e forte”.

“As novas mulheres de Atenas”, reportagem do *Mulherio* publicada em 1985 e assinada por Luciano Borges, abre com a apresentação de diversos nomes: Isabel, Hortência, Vera Mossa, Paula, Jaqueline, Patrícia Amorim, Silvana Campos, Esmeralda de Jesus, Jorilda Sabino, Débora Srour e Conceição Geremias, descritas como “heroínas do esporte brasileiro”. Destaca que há “algumas bem pagas, com patrocinadores e estrutura de treinamento, possibilitando dedicação total e o reconhecimento nas ruas”, enquanto a maioria ainda luta por um espaço e precisa fazer sacrifícios, além de enfrentar barreiras e preconceitos.

Vera Mossa, que aparece como personagem e fonte, é “considerada a mais bela atleta dos Jogos Olímpicos de Los Angeles”. Ela conta que seu corpo está acostumado com seis horas de treino por dia. Hortência, a “rainha do basquete”, tem acesso “aos meios de comunicação” e diz que, antes de tudo, é mulher. Débora Sericoppi, aluna do 2º Grau (atual Ensino Médio) Alarico Silveira, aparece como uma fonte que se declara “apaixonada” pelo vôlei. Outra fonte, Lucicleá Queiróz Cristino, identificada como professora de treinamento esportivo na universidade do Amazonas, diz que “o medo de palavrões”, todos resumidos a “sapatão”, existe na maioria das mulheres, por isso elas não querem fazer musculação, para não serem chamadas de homens.

Jaqueline, do vôlei, faz uma declaração sobre “saber seu preço” e exigi-lo para ser contratada. O texto afirma que, antes de assinar contrato com uma equipe, vendeu camisetas autografadas para se manter. Em seguida, novamente temos Conceição Geremias, como personagem e fonte. A “recordista sul-americana de heptatlo e 400 metros com barreira” chega aos 28 anos de idade com uma medalha de ouro panamericana, uma filha e o ingresso na faculdade de Educação Física. Mulher negra que teve que vencer barreiras, com uma lembrança irônica do ex-marido que tentou impedir sua ida aos Jogos Olímpicos de Moscou. Ela conta que o então cônjuge a mandou decidir entre o casamento e a competição, e ela escolheu o torneio.

Então, temos Maria Lenk, “aos 70 anos de idade, recordista mundial de natação em 1939 e agora na categoria dos ‘masters’ (veteranos)”, “carrega o orgulho de ter sido a primeira mulher da América do Sul a participar de uma Olimpíada”. A reportagem termina com as

aspas: “Derrubamos a barreira legal que nos impedia de jogar futebol, lutar judô e praticar outras modalidades consideradas masculinas. Agora está na hora de deixarem a mulher decidir qual esporte é arriscado ou não”.

A edição 24 do Mulherio traz uma indicação de leitura do livro *Vida de Vôlei*, da atleta Jacqueline. A obra apresenta relatos de sua trajetória, e Jacqueline é descrita como uma “jovem autora muito corajosa” por fazer uma ousada acusação informal a cartolas e dirigentes do esporte nacional. O texto lembra que “Jackie”, de 23 anos, alcançou projeção internacional defendendo a camisa verde-amarela e é associada a uma “personalidade forte e imoldável”, porém temida e polêmica, afirmado que a jogadora coloca em prática um “feminismo leve”, mas com obsessão pela justiça e um resistente individualismo frente ao caráter coletivo do esporte.

“Na marca do gol”, reportagem de Lia Carneiro publicada em 1988, traz a entrevista com Charlotte Suetta, de 19 anos, “uma das titulares do time do Juventus”, com “traços nórdicos”, “baixa estatura”, “músculos bem desenvolvidos e bem distribuídos”. Fonte e personagem, Charlotte conta que o futebol é um passatempo – com o baixo salário, precisa usar as economias que trouxe de seu país. As opiniões de Charlotte são expressas, e ela afirma que, na Dinamarca, é tudo diferente, pois, aos 18 anos, as mulheres podem sair de casa para ter independência, diferente do Brasil, em que “as meninas ficam presas até se casarem, ouvindo tudo o que as mães falam, como não ter relações sexuais antes do casamento”. Assim, salienta que deseja se casar e ter filhos, mas sem os “rituais do matrimônio”. O texto diz que Charlotte é bem-humorada, gosta de roupas descontraídas, não usa maquiagem, é vaidosa, usa creme no corpo, lava o rosto com sabonete especial, cuida dos cabelos e não usa sutiã. A reportagem ainda afirma que a atleta se irrita com a eterna pergunta sobre o preconceito. “Há também quem pense nessa história de que o esporte masculiniza a mulher, a transforma num macho. Eu acho que quem pensa assim não tem inteligência para nada [...]”, declara a entrevistada.

A última reportagem, de 1988, é uma espécie de perfil que o jornal Mulherio faz de Hortência Marcari, definida como um arremesso “preciso e perfeito”, com 1,74m de autodeterminação e 60 quilos de confiança em si própria. “Ela chega para a entrevista em sua casa toda suada, depois de duas horas de treino no sábado pela manhã, mas impecável dentro do seu uniforme”, e, depois, “volta de gatinha, mostrando pernas, barriguinha e se escondendo atrás de um bocão todo pintado de vermelho” (Carneiro, p.15, 1988). Em uma primeira leitura, a linguagem pode soar pejorativa, mas se aproxima do posicionamento adotado pelo Mulherio nas outras publicações, com uma pitada de acidez para descrever as

personagens. Hortência diz que quer se casar, “como toda mulher”, mas não é uma obrigação, porque é independente financeiramente e não precisa de ninguém, mas a única coisa que deseja é ter filhos.

Análise qualitativa: discussões em destaque

O primeiro tópico que destacamos envolve a categoria mulher atleta, com mais representantes. É possível constatar a pouca variedade de pautas e de aspectos explorados no que se refere à participação feminina no esporte, tema que, apesar de aparecer, não era prioridade dos jornais feministas.

Assim, as reivindicações, os desafios e as vitórias no esporte fizeram parte de uma tentativa de retratar a diversidade das vivências de mulheres na sociedade brasileira, marcada culturalmente pela relação com algumas modalidades esportivas, como o futebol (Januário, 2015), que aparece nas matérias, mas não é a prática que predomina entre as atletas retratadas. Nas publicações feministas estudadas, as modalidades olímpicas se sobressaíram – o futebol de mulheres passou a integrar as Olimpíadas apenas em 1996.

Em se tratando dos marcadores sociais presentes na representação dessas mulheres, além do gênero, aspecto fundamental nas linhas-editoriais dos jornais, raça e classe foram acionadas em diversos momentos nas categorias torcedora e atleta. Desde o Nós Mulheres, que apresenta Elisa como uma mulher negra e pobre da periferia, cujo trabalho como empregada doméstica em uma casa no centro da cidade a fazia pegar duas conduções para ir e duas para voltar; até o Mulherio, com Conceição Geremias, em duas reportagens, descrita como uma mulher negra que não nasceu rica e precisou enfrentar diversos desafios para trilhar sua carreira no esporte.

Embora em nenhum momento o termo interseccionalidade apareça nos textos, pode-se identificar a ideia central dessa abordagem nas publicações dos jornais, tendo em vista que “a interseccionalidade é uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas” por considerar categorias diversas que influenciam as relações sociais e de poder, como raça, classe, gênero, nacionalidade e etc. (Collins; Bilge, 2020, p. 16). Então, ao representar essas personagens em suas vivências, não apenas por suas condições relacionadas ao gênero, mas considerando também raça e classe, os jornais evidenciaram a consciência sobre diversas formas de opressão nas relações sociais.

Quando olhamos para o *corpus* analisado, no que se refere à sexualidade, destacamos a ausência de debates sobre o assunto. Em certo momento, observa-se apenas que “sapatão” é um xingamento utilizado contra mulheres que praticam esportes, e a

contrapartida disso é a negação. Esse apontamento se dá em meio à falsa/equivocada ideia de que determinadas modalidades representariam um risco por masculinizar as mulheres, que poderiam ficar mais fortes ou musculosas – o que é rebatido por Hortência e Conceição Geremias, por exemplo. Nota-se que essas formas de “ofensas” à feminilidade das atletas colocam a figura da lésbica em oposição a da mulher, como se a manifestação da sexualidade fosse incompatível com o que seria feminino. Além disso, nesse pensamento, o esporte seria capaz de descharacterizar a tal ponto a feminilidade e a heteronormatividade que seria uma atividade de mulheres homossexuais – de tão naturalizadas que algumas modalidades estão no campo da masculinidade dominante. Essa oposição entre mulher e lésbica também pode ser compreendida à luz de Wittig (2022), para quem as lésbicas rompem com a categoria “mulher” tal como ela é concebida na idealização heterossexual, recusando as normas que a definem exclusivamente em função dos homens.

Nas matérias, especialmente do Mulherio na categoria atletas, as figuras femininas são representadas a partir de seus feitos no campo esportivo, ou seja, por meio de suas ocupações, seus títulos, recordes e conquistas, sendo profissionais seguras de si e que encontram no esporte um meio de sustento. Há ênfase nos salários, nos patrocínios e no fato de conseguirem ter dedicação total aos treinamentos e às competições – ou seja, se as atletas precisam de outros empregos para se manterem.

Outro tema frequente foi a maternidade, tratando de gravidez durante as competições com detalhes sobre, por exemplo, Conceição Geremias precisar tomar injeção para secar o leite. O assunto, importante na vida das mulheres que são mães, também funciona como emblema de feminilidade, comumente ligado ao aspecto biológico do corpo feminino, e simboliza, em muitos casos, o que é socialmente construído como objetivo ou destino “natural” da mulher. Para Porto (2011), a ideia de maternidade reflete a assimetria instaurada entre os sexos, é construída na dimensão simbólica como fato biológico e interpretada como decorrência natural do ato sexual e da gravidez, assim, reflete as mesmas crenças que orientam as relações de gênero e os valores atribuídos a cada sexo.

Por fim, menções aos filhos, ao casamento, ao corpo, às roupas que vestiam e à maquiagem também apareceram em diversos momentos nas matérias. Essas representações, que parecem problemáticas em um primeiro olhar, foram elaboradas de maneira distinta de outras publicações do período, como a Revista Placar, que citou o futebol feminino pela primeira vez nos anos 1980 e fazia representações pejorativas e sexistas das atletas (Salvini; Marchi Júnior, 2013; Araújo, 2023). Nos jornais feministas analisados, tais temas eram lembrados pelas entrevistadas, pois faziam parte do dia a dia dessas mulheres.

Não houve indícios de que tais descrições depreciassem ou estereotipassem a imagem de torcedoras, jornalistas e atletas, mas sim de que mostraram essas mulheres em sua diversidade de interesses e personalidades, apesar de terem o esporte em comum.

Considerações finais

A análise da trajetória de jornais feministas no Brasil evidencia o papel da imprensa alternativa na ampliação dos debates sobre os direitos das mulheres em um contexto de repressão política e censura, que marcou a segunda onda do feminismo brasileiro. Publicações como Brasil Mulher, Nós Mulheres e Mulherio atuaram na construção de um espaço de expressão e resistência, abordando temas como igualdade de gênero, mercado de trabalho e direitos reprodutivos. Os periódicos enfrentaram dificuldades para circular, mas divulgaram um discurso feminista plural, que dialogava com diferentes setores da sociedade.

No entanto, a ausência de discussões sobre a presença feminina no esporte reflete uma hierarquização das pautas dentro do próprio movimento feminista da época. A proibição de mulheres em modalidades esportivas e a exclusão sistemática dos ambientes de prática e competição eram questões secundárias diante de demandas consideradas mais urgentes – como direitos reprodutivos ou a luta pela redemocratização, dada a conjuntura do surgimento e circulação dos jornais, ou seja, o período ditatorial. Esse cenário revela que, mesmo em espaços de resistência, poderia haver disputas sobre o que ganharia visibilidade, impactando a forma como o esporte feminino foi (ou não) representado na mídia feminista.

O jornal Mulherio, que surgiu em um contexto de abertura política e maior diversificação das pautas, demonstra que o debate sobre mulheres e esportes começou a aparecer conforme o feminismo se tornava mais segmentado e abrangente. A especialização dos movimentos e o fortalecimento de pesquisas acadêmicas também contribuíram para que novas perspectivas fossem incorporadas ao discurso feminista e tivessem sua importância reconhecida.

Por meio do *corpus* selecionado para a análise, foi possível observar que, quando o esporte esteve presente nesses jornais, as pautas não variaram muito e, embora não existisse menção à ideia de interseccionalidade, nem um aprofundamento sobre o cruzamento de opressões, marcadores sociais como raça e classe apareceram nas matérias. Em uma cobertura totalmente centrada em mulheres cisgênero, a sexualidade, ainda que estivesse presente nos textos e nas entrevistas – especialmente na negação da associação da prática esportiva com a homossexualidade –, também não foi alvo de discussão.

Verificamos que as atletas são representadas por suas performances e conquistas, como profissionais que se sustentam a partir de trabalhos no esporte. Apesar de aspectos como maternidade, casamento, corpo, roupas e maquiagem estarem presentes, entendemos que é uma tentativa de retratar parte do discurso circulante sobre feminilidade, de uma maneira que não sexualizasse, objetificasse ou reduzisse as mulheres, sendo essas tendências comuns nas mídias hegemônicas.

Acreditamos que a cobertura esportiva permaneceu limitada, e o resgate da história desses jornais aponta para lacunas e desafios que até hoje precisam ser enfrentados. Compreender os limites das narrativas passadas é uma maneira de fortalecer os grupos que buscam transformar a realidade das mulheres no esporte e para além dele.

Referências

AGENDA. **Mulherio**, São Paulo, n. 8, 1982. Disponível em: https://www.fcc.org.br/conteudos especiais/mulherio/arquivo/II_8_1982menor.pdf. Acesso em: 5 jan. 2024.

ANGÉLICA campeã. **Mulherio**, São Paulo, n. 18, 1984. Disponível em: https://www.fcc.org.br/conteudos especiais/mulherio/arquivo/IV_18_1984menor.pdf. Acesso em: 5 jan. 2024.

ARAÚJO, Érika Alfaro. **Mulheres em campo**: gênero no jornalismo esportivo brasileiro. Curitiba: Appris, 2023.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.

BUITONI, Dulcília S. **Mulher de papel**: a representação da mulher pela imprensa feminina brasileira. São Paulo: Summus, 1981/2009.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2020.

DUARTE, Constância Lima. Feminismo: uma história a ser contada. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque (org.). **Pensamento feminista brasileiro**: formação e contexto. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina. D. Stuart Hall e feminismo: revisitando relações. **MATRIZes**, v. 10, n. 3, p. 61-76, 2016. Disponível em: <https://revistas.usp.br/matrices/article/view/122541>. Acesso em: 27 ago. 2025

ESPORTE, reduto masculino. **Mulherio**, São Paulo, n. 10, 1982. Disponível em: https://www.fcc.org.br/conteudos especiais/mulherio/arquivo/II_10_1982menor.pdf. Acesso em: 5 jan. 2024.

FIRMINO, Carolina Bortoleto. **Gênero e posicionamento no esporte**: a noticiabilidade no jornalismo esportivo feminista do Dibradoras. 2021. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design, Bauru. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/215276>. Acesso em: 5 jan. 2025.

FREITAS, Viviane Gonçalves. **Feminismos na imprensa alternativa brasileira**: quatro décadas de lutas por direitos. Jundiaí: Paco, 2018.

HOLLANDA, Heloisa Buarque. Introdução. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque (org.). **Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

ISTO É coisa de menina. **Nós Mulheres**, São Paulo, n. 6, ago./set. 1977. Disponível em: <https://www.fcc.org.br/conteudos especiais/nosmulheres/arquivos/NosMulheresn6.pdf>. Acesso em: 5 jan. 2024.

JANUÁRIO, Soraya Barreto. Modos de ver: a (in)visibilidade feminina enquanto profissional do esporte. In: XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. **Anais** [...] São Paulo; Rio de Janeiro, 2015.

LEITE, Rosalina de Santa Cruz. Brasil Mulher e Nós Mulheres: origens da imprensa feminista brasileira. **Revista Estudos Feministas**, v. 11 n. 1, p. 234-241, jan-jun/2003. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2003000100014>. Acesso em: 27 ago. 2025.

MÜHLEN, Johanna Coelho Von; GOELLNER, Silvana Vilodre. Jogos de gênero em Pequim 2008: representações de feminilidades e masculinidades (re)produzidas pelo site Terra. **Rev. Bras. Ciênc. Esporte**, v. 34, n. 1, p. 165-184, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbce/a/WwX4BGjQRwSZgGzxttWVvTz/?lang=pt>. Acesso em: 27 ago. 2025.

PINTO, Célia R. J. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

PORTO, Dora. O significado da maternidade na construção do feminino: uma crítica bioética à desigualdade de gênero. **Revista Redbioética/UNESCO**, v. 1, n. 3, p. 55-66, jan./jun. 2011. Disponível em: <https://redbioetica.com.ar/wp-content/uploads/2018/11/Porto.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2025.

SALVINI, Leila; MARCHI JÚNIOR, Wanderley. Uma história do futebol feminino nas páginas da Revista Placar entre os anos de 1980-1990. **Movimento**, Porto Alegre, v. 19, n. 1, p. 95-115, jan./mar, 2013. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/Movimento/article/view/31644>. Acesso em: 27 ago. 2025.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque (org.). **Pensamento Feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

SILVA, Jacilene Maria. **Feminismo na atualidade: A formação da quarta onda**. Recife: Independently published, 2019.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo**. Florianópolis: Insular, 2004/2005.

WITTIG, Monique. **O pensamento heterossexual e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2022.

Submissão: 25 fev. 2025

Aceite: 23 jul.2025

Jornalismo como lugar de memória: Análise da cobertura jornalística da demolição de imóvel associado ao DOPS/ES no período da Ditadura Militar

Journalism as a site of memory: Analysis of the media coverage of the demolition of a property associated with the DOPS/ES during the Military Dictatorship

Nicolly Barbosa Credi-Dio¹

Rafael da Silva Paes Henriques²

Resumo

A partir da compreensão do jornalismo enquanto lugar de memória (Nora, 1993), este estudo buscou investigar se e como os veículos jornalísticos do Espírito Santo reportam acontecimentos relacionados à Ditadura Militar na contemporaneidade. Para isso, foi realizada uma análise de matérias jornalísticas sobre um imóvel localizado em Guarapari, conhecido como "Casarão de Cláudio Guerra". Com o apoio metodológico da Análise de Conteúdo, buscou-se produzir uma reflexão sobre a contribuição da atividade jornalística para preservação da memória da resistência ao regime militar para a posteridade. Como resultado, encontrou-se apenas quatro materiais produzidos por veículos da imprensa que mencionam a propriedade, entre esses, apenas dois tratam da suspeita de utilização indevida do imóvel durante o regime militar.

Palavras-chave: Jornalismo. Ditadura Militar. Análise de Conteúdo.

Abstract

Based on the understanding of journalism as a site of memory (Nora, 1993), this study sought to investigate whether and how media outlets in Espírito Santo, Brazil, report on events related to the Military Dictatorship in contemporary times. To this end, an analysis was conducted of news articles about a property located in Guarapari known as the "Casarão de Cláudio Guerra". Using Content Analysis as the methodological approach, the study aimed to reflect on the contribution of journalistic activity to the preservation of the memory of resistance to the military regime in Brazil for posterity. The results revealed that only four journalistic pieces produced by the local media mentioned the property. Among them, just two discussed the suspicion of the property's misuse during the military regime.

Keywords: Journalism. Military Dictatorship. Content Analysis.

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Territorialidades da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), jornalista pela Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). Bolsista CAPES. E-mail: nicollycredidio@gmail.com

² Pós-doutor em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e em Comunicação e Saúde (Ufes). Doutor em Filosofia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professor no Depto. de Comunicação Social e no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Territorialidades da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). E-mail: rafael.henriques@ufes.br

Introdução

A Ditadura Militar brasileira perdurou por 21 anos e, embora o regime tenha chegado ao fim em 1985, constitui até os dias atuais “um período de disputas e construções memoriais que se lançam na historiografia com narrativas que trazem versões distintas sobre o tempo e o contexto narrados” (Barbosa; Rêgo, 2023, p. 73). Nesse cenário de disputas, o jornalismo teve e ainda tem papel central, ao atuar como produtor de memória social. Isso pois, “ao selecionar temas que devem ser lembrados e ao esquecer outros, [os jornalistas] produzem, a partir de critérios altamente subjetivos, uma espécie de classificação de mundo para o leitor” (Barbosa, 2004, p. 1-2).

Contudo, no contexto ditatorial, esse exercício foi dificultado pela censura, repressão e outros dispositivos legais, como a anistia. Ao isentar os agentes do Estado de qualquer punição por crimes cometidos, a Lei nº 6.683/79, conhecida como Lei de Anistia, criou um obstáculo significativo na luta por memória e justiça pelas vítimas do regime. Esse processo de ocultação e silenciamento foi especialmente evidenciado pelos desaparecimentos forçados de militantes de oposição.

De acordo com a Comissão Nacional da Verdade (CNV), o desaparecimento forçado foi realizado tanto em detenções oficialmente reconhecidas, quanto em espaços clandestinos, que funcionavam sob o comando direto do regime, com autorização, apoio e consentimento do Estado. A manutenção desses espaços não oficiais fazia parte de uma estratégia articulada por militares com a finalidade de exterminar grupos opositores. Conforme dados levantados pela Comissão, pelo menos sete imóveis foram usados pelo aparato militar como centros clandestinos durante os anos da ditadura. A lista inclui: (1) a Casa da Morte, em Petrópolis, Rio de Janeiro; (2) a Fazenda 31 de Março, situada na cidade de São Paulo; (3) a Casa Azul, em Marabá, no Pará; (4) a Casa da Renascença, em Belo Horizonte, Minas Gerais; (5) a Casa de Itapevi, que recebe o nome da cidade onde está situada, na Região Metropolitana de São Paulo; (6) a Casa do Ipiranga e (7) a Casa de São Conrado, ambas no estado do Rio de Janeiro.

Tendo em vista esse panorama histórico, o presente estudo propõe-se a investigar, por meio da Análise de Conteúdo, se e como os veículos da imprensa capixaba reportam eventos ligados ao regime na contemporaneidade; e de que forma o jornalismo capixaba reportou a demolição de uma possível detenção não reconhecida oficialmente: o “Casarão de Cláudio Guerra”.

O imóvel, que ficava situado no bairro Itapebussu, em Guarapari, município que integra a Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV)³, no estado do Espírito Santo, pertenceu a Cláudio Guerra, ex-delegado lotado no DOPS/ES. A antiga propriedade – de “um dos mais sanguinários policiais da ditadura civil-militar brasileira” (Rubert, 2013, p. 459) – permaneceu abandonada por décadas antes de ser demolida em 2021. Contudo, a memória associada ao seu antigo proprietário ganhou novos desdobramentos. A denúncia contra Cláudio Guerra foi apresentada em julho de 2019 pelo Ministério Público Federal em Campos dos Goytacazes, e teve como base os relatos de Guerra no livro *Memórias de uma guerra suja*. Na obra, o ex-coronel confessou ter recolhido os corpos de 12 militantes políticos⁴ entre 1973 e 1975, transportando-os de centros de repressão, como a “Casa da Morte”, em Petrópolis (RJ), e o DOI-Codi, no Rio de Janeiro, para serem incinerados na Usina Cambahyba, em Campos dos Goytacazes. Em 2023, 38 anos após o fim da Ditadura Militar, a Justiça Federal de Campos dos Goytacazes condenou Cláudio Guerra a sete anos de prisão, em regime semiaberto, pelo crime de ocultação de cadáver (Governo Federal, 2023).

Figura 1 – Casarão de Cláudio Guerra

3



Fonte: César Ivan Pinheiro, 2015. Arquivo pessoal.

³ A RMGV foi instituída em 1995 e, após sofrer modificações, hoje engloba os municípios de Cariacica, Fundão, Guarapari, Serra, Viana, Vila Velha, Vitória e Guarapari, que só entrou para o grupo de cidades da região metropolitana no ano de 1999.

⁴ Conforme apontou a investigação, as vítimas estavam na lista de 136 pessoas consideradas desaparecidas durante a Ditadura pelo relatório final da Comissão Nacional da Verdade (CNV). (Governo Federal, 2023).

Ao longo dos anos, o imóvel abandonado despertou a curiosidade da população e, diante da ausência de uma versão oficial, inúmeras foram as histórias atribuídas a ele, entre elas, destaca-se a da possível utilização do espaço para ocultação de cadáveres durante o período da Ditadura Militar. Contudo, é importante salientar que não se tem conhecimento de evidências que comprovem essa versão.

Nesse sentido, é importante delimitar que o presente artigo visa analisar este caso a partir da perspectiva comunicacional, o que significa dizer que o problema de investigação que move este estudo não é a utilização do imóvel durante o regime militar em si, mas o que e como o jornalismo escolheu comunicar ou não a respeito dessa propriedade, tendo em vista a importância do imóvel para a historiografia local e o papel do jornalismo na construção e preservação da memória coletiva.

A importância do estudo justifica-se pelo fato de que a escolha dos veículos jornalísticos de comunicar ou não sobre determinado evento possui implicações que não podem ser desconsideradas, sobretudo quando se refere ao contexto de “uma ditadura que deixou marcas e sequelas inomináveis, mas que cinquenta anos depois parece ter se refugiado nas profundezas do esquecimento” (Barbosa; Rêgo, 2023, p. 84).

4

Dessa maneira, a pesquisa visa contribuir para o entendimento de como o jornalismo pode desafiar ou reproduzir pactos de silêncio, influenciando a preservação da memória da resistência ao regime militar para a posteridade.

Portanto, este artigo conecta-se aos estudos de Jornalismo e Memória, uma vez que investiga como a imprensa influencia a forma como lembramos (ou esquecemos) os fatos, revelando as disputas narrativas em torno da história da Ditadura Militar e ressaltando o papel central do jornalismo na preservação da memória histórica, especialmente em contextos de silenciamento sistemático.

Jornalismo e memória

A questão de investigação que orienta o presente artigo está alicerçada na concepção do jornalismo enquanto lugar de memória (Nora, 1993). O conceito de lugar de memória, instituído por Pierre Nora (1993), surge da observação do historiador francês de que a aceleração da história produz, cada vez mais rapidamente, um passado morto. Com isso, as memórias, que asseguravam a conservação e transmissão de valores, perdem lugar nas sociedades modernas e surge a necessidade de criarem-se lugares de memória.

Como enfatiza o autor, os lugares de memória existem exclusivamente a partir da necessidade de resguardar lembranças que já não são socialmente preservadas, posto que a necessidade de memória é uma necessidade da história (Nora, 1993). De acordo com o autor, é isso que constitui os lugares de memória: momentos antes arrancados do movimento da história que lhe são devolvidos.

Embora não cite diretamente o jornalismo em sua obra, como faz com os museus, arquivos, processos verbais e monumentos, por exemplo, assume-se, a partir da definição apresentada pelo autor, que o jornal pode configurar um lugar de memória, posto que registra acontecimentos e garante a sua preservação para a posteridade. Nesse sentido, Ribeiro (2013 *apud* Maduell, 2015, p. 34) argumenta que “a mídia possui uma legitimidade socialmente reconhecida. É considerada porta-voz oficial dos acontecimentos e da transformação social e, como registro da realidade, possui certa aura”.

Para Barbosa (2004), a autoridade concedida ao jornalismo decorre de sua capacidade de produzir, por meio das palavras, uma representação da realidade que seja simultaneamente conhecida e reconhecida. Essa habilidade de falar sobre a realidade, construindo representações legitimadas pela sociedade, está intrinsecamente ligada ao poder de nomeação. A língua e aqueles que detêm esse poder tornam-se suportes privilegiados do exercício de poder, consolidando a influência dos meios de comunicação na construção das narrativas sociais.

Para Barbosa (2004), a construção dessas narrativas se dá por meio da constituição do acontecimento jornalístico. Nesse processo, o jornalista transpõe o fato do lugar da normalidade para o da anormalidade, conferindo-lhe relevância e transformando-o em um acontecimento digno de notícia. Essa construção é seletiva, baseada tanto no pressuposto do que os leitores gostariam de saber quanto nos critérios editoriais. Assim, ao definir quais aspectos da realidade serão destacados e como serão apresentados, o jornalista não apenas cria uma memória da atualidade, mas também estabelece critérios subjetivos que refletem relações de poder.

Desse modo, os jornalistas consolidam sua influência como mediadores da memória coletiva, exercendo o papel de "senhores da memória" na sociedade (Barbosa, 2004). Eles produzem, a partir de critérios próprios, uma espécie de classificação do mundo, ao selecionar os eventos que merecem ser destacados e moldar a forma como serão lembrados. Ao realizar essa mediação, os meios de comunicação não apenas organizam o que será mantido vivo na memória coletiva, mas também influenciam quais narrativas que sustentam identidades,

valores e perspectivas culturais terão espaço na história. Em outras palavras, o jornalismo não produz apenas memória, mas também esquecimento.

Assim, ao selecionar o que deve ser notícia e o que vai ser esquecido, ao valorizar elementos em detrimento de outros, a mídia reconstrói o presente de maneira seletiva, construindo hoje a história desse presente e fixando para o futuro o que deve ser lembrado e o que precisa ser esquecido (Barbosa, 2004, p. 4).

Essa capacidade do jornalismo de reconfigurar o passado torna-se compreensível a partir da concepção de Halbwachs (2004) de memória coletiva. De acordo com o autor, a memória individual não existe isoladamente, mas está intrinsecamente ligada aos grupos sociais dos quais o indivíduo faz parte. Sob essa perspectiva, a memória coletiva é resultado da interação entre as lembranças individuais e o contexto social em que elas são evocadas. Os grupos sociais fornecem estruturas, normas e referências que moldam a forma como as memórias são organizadas, preservadas e compartilhadas. Ou seja, a memória coletiva é moldada pelas necessidades e circunstâncias dos grupos, que escolhem lembrar certos eventos e esquecer outros com a finalidade de sustentar uma narrativa que apoie sua autocompreensão e legitimidade (Halbwachs, 2004).

A partir da compreensão de que os meios de comunicação desempenham um papel central na mediação da memória coletiva, busca-se compreender quais valores, interesses e narrativas influenciam o processo de definição do que será lembrado ou esquecido pelo jornalismo. Assim, pretende-se identificar de que forma os critérios editoriais estão atrelados às dinâmicas de poder e como influenciam na consolidação de versões específicas da realidade, legitimando determinadas perspectivas em detrimento de outras.

Os enquadramentos da memória

A partir dessa constatação teórica preliminar, é possível afirmar que o jornalismo desempenha um importante papel social, uma vez que é responsável pela seleção dos acontecimentos cuja memória será registrada. Mas quais são os fatores que determinam quais acontecimentos possuem relevância o bastante para tornarem-se notícia?

De acordo com Wolf, a resposta para essa questão encontra-se nos critérios de noticiabilidade: “o conjunto de elementos através dos quais o órgão informativo controla e gera a quantidade e o tipo de acontecimentos dentre os quais há que selecionar as notícias” (Wolf, 2003, p. 195). O autor comprehende os valores-notícia como critérios substantivos, que tratam

da avaliação direta do acontecimento em termos de sua importância ou interesse como notícia e são relativos ao produto, ao meio de comunicação, ao público e à concorrência.

O sociólogo e teórico cultural Stuart Hall e seus colegas propõem outra análise para essa questão. Sob a perspectiva dos autores, as notícias são “o produto final de um processo complexo que se inicia numa escolha e seleção sistemática de acontecimentos e tópicos de acordo com um conjunto de categorias socialmente construídas” (Hall *et al.*, 1993, p. 224).

Segundo Hall *et al* (1993), entre essas categorias destacam-se: (1) a organização burocrática da mídia que produz notícias em tipos específicos de categorias; (2) a estruturação dos valores-notícia, que orienta a seleção e classificação dos acontecimentos dentro dessas categorias; e (3) a identificação e contextualização dos fatos significativos em mapas culturais de significado. Sob essa ótica, o jornalismo produz, além dos relatos propriamente ditos, interpretações acerca dos fatos que relata.

Os autores acrescentam ainda que as condições da produção jornalística também influem sobre as notícias. Isso porque a constante pressão por celeridade e as exigências por imparcialidade e objetividade feitas aos profissionais do jornalismo concedem àqueles que detêm posições institucionalizadas um papel decisivo na escolha dos acontecimentos que serão noticiados. Por esse motivo, “a mídia não cria autonomamente as notícias; melhor, estão dependentes de assuntos noticiosos específicos fornecidos por fontes institucionais regulares e críveis” (Hall *et al.*, 1993, p. 228). Tal aspecto transforma essas figuras detentoras de poder em definidores primários da matéria jornalística e os jornalistas, por sua vez, em definidores secundários (Hall *et al.*, 1993). De modo que os definidores primários tendem a comandar a interpretação das notícias, estabelecendo parâmetros de referência de cobertura de um acontecimento, e os definidores secundários se limitam à função de reproduzir as definições daqueles que têm acesso privilegiado.

Sob essa perspectiva, o jornalismo tende a reproduzir a estrutura de poder vigente na sociedade, de modo a contribuir para a hegemonia ideológica, mesmo que não de forma conspiratória. Em sua obra, o autor destaca que, embora de forma inconsciente e involuntária, “os media têm-se transformado efetivamente num aparelho do próprio processo de controle – um aparelho ideológico de Estado” (Hall *et al.*, 1993, p. 248).

Para Genro Filho (1987), o próprio processo de selecionar os fatos que serão noticiados, em detrimento de outros, denota a utilização do jornalismo a serviço da ideologia dominante, ainda que os critérios adotados sejam supostamente objetivos. Segundo o autor, para que o jornalismo seja capaz de construir conhecimento sobre a realidade, não basta que

apresente a singularidade dos fatos. É necessário contextualizar e explicar ao público as suas condições de existência, ou seja, é preciso tratar também do particular. Ao fazê-lo, o jornalista retoma acontecimentos passados para construir sentidos sobre como o mundo funciona. Mesmo quando não realiza esse esforço de contextualização, o jornalismo acaba sempre projetando alguma particularidade ou ainda pressupondo o particular desde o qual interpreta a singularidade.

A partir do repertório teórico apresentado, é possível afirmar que o jornalismo está constantemente selecionando tanto os fatos que serão fixados na memória, como o modo como esses fatos serão lembrados. Tendo em vista que as escolhas envolvidas no processo de produção do conteúdo jornalístico impactam na memória que se constrói sobre o passado, o presente estudo se propõe a investigar o que as notícias sobre um evento de interesse histórico dizem sobre os critérios adotados pelos veículos, os enquadramentos escolhidos e a memória que se produz hoje sobre o período da Ditadura Militar no Brasil e, mais especificamente, no Espírito Santo. Isso pois, como apontam Barbosa e Rêgo (2023, p. 87), “é preciso ter em mente, sempre, que o esquecimento pode ser fatal para um país que, vez por outra, faz da política do esquecimento uma tática para produzir uma história reinventada a partir de interesses particulares”.

Análise da cobertura

O método de investigação aplicado é a Análise de Conteúdo de Bardin (1977) e Herscovitz (2010). A escolha da estratégia metodológica se deve à possibilidade de utilizar a análise de conteúdo “para detectar tendências e modelos na análise de critérios de noticiabilidade, enquadramentos e agendamentos” (Herscovitz, 2010, p. 123), de modo a contribuir para a compreensão de fenômenos sociais a partir dos registros feitos pelos media. Portanto, conforme a estrutura proposta por Bardin (1977), a análise seguiu as etapas de (1) pré-análise, (2) exploração do material e (3) tratamento e interpretação dos dados.

Durante a etapa de pré-análise, a amostra foi definida por meio de um levantamento dos conteúdos jornalísticos que incluíssem os termos “Casarão de Cláudio Guerra”; “Imóvel Cláudio Guerra” ou “Cláudio Guerra Guarapari”. Para tal, utilizou-se o mecanismo de pesquisa do Google, sem um período pré-fixado. No entanto, reconhece-se que esse método apresenta limitações, posto que os mecanismos de busca *on-line* podem não localizar todas as matérias publicadas sobre o tema, seja por questões relacionadas a algoritmos de indexação, seja por

restrições de acesso a arquivos jornalísticos completos ou a formatos específicos, como reportagens televisivas e impressas não digitalizadas.

Desse modo, a amostra identificada, composta por quatro itens que irão compor o corpus deste estudo, reflete apenas os resultados visíveis e acessíveis no momento da pesquisa, não permitindo afirmar categoricamente que esse número representa a totalidade de publicações sobre o tema. Assim, as conclusões quantitativas sobre a cobertura jornalística da demolição do “Casarão de Cláudio Guerra” devem ser interpretadas com cautela, considerando a possibilidade de lacunas no levantamento.

Ademais, a análise incluiu diferentes formatos de cobertura – como notícias *on-line* e publicações em redes sociais – que possuem contextos e características distintas. Diante disso, ressalta-se que a metodologia adotada não se propôs a diferenciar ou aprofundar as particularidades de cada formato, mas sim a identificar tendências gerais no tratamento jornalístico do tema. Tendo em vista as limitações metodológicas, apresentam-se os elementos do *corpus*, que foram codificados da seguinte maneira:

(a) Reportagem televisiva veiculada pela *TV Guarapari* na edição do dia 13 de agosto de 2015 do Jornal Guarapari. A chamada da matéria, que tem 2 minutos e 53 segundos de duração, é "Grupo ligado à cultura quer transformar Casarão Cláudio Guerra"⁵.

(b) Reportagem televisiva veiculada pela mesma emissora local, a *TV Guarapari*, na edição do dia 24 de fevereiro de 2018, do Jornal Guarapari. Essa matéria, que tem como chamada "Transtornos: Moradores cobram solução para Casarão abandonado no Itapebussu", possui duração de 1 minuto e 48 segundos⁶.

(c) Notícia veiculada pelo veículo *Agência Congresso* no dia 22 de março de 2021, que tem como título "Demolido em Guarapari casarão que serviu clandestinamente ao Dops"⁷.

(d) Publicação no Facebook feita pelo veículo *ES em Foco* no dia 12 de abril de 2021. O post inclui um vídeo com 20 segundos de duração e uma legenda de 262 caracteres⁸.

Devidamente codificados, seguiu-se para a análise do conteúdo. A unidade de registro selecionada neste estudo foi a temática, que consiste em "descobrir os 'núcleos de

⁵ Originalmente, a matéria foi disponibilizada virtualmente no link: <https://www.tvguarapari.com/grupo-ligado-a-cultura-quer-transformar-casarao-claudio-guerra/>, mas não encontra-se mais disponível na página. Diante disso, foi feito contato com o veículo, que disponibilizou o arquivo do videotape. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1goBvxK24IDqmfUseUFQXZ2k3STuz1z8B/view?usp=sharing>.

⁶ Disponível em: <https://www.facebook.com/watch/?v=1771270652919197>. Acesso em: 19 ago. 2025.

⁷ Disponível em: <https://www.agenciacongresso.com.br/demolido-em-guarapari-casarao-que-serviu-clandestinamente-ao-dops>. Acesso em: 19 ago. 2025.

⁸ Disponível em <https://www.facebook.com/esemfoco1/videos/291729665854215/>. Acesso em: 19 ago. 2025.

sentido' que compõem a comunicação e cuja presença ou frequência de aparição podem significar alguma coisa para o objetivo analítico escolhido" (Bardin, 1977, p. 135).

Desse modo, para possibilitar a identificação dos núcleos de sentido, os textos dos elementos da amostra foram transcritos na íntegra e analisados individualmente, a fim de assinalar a presença e a frequência de aparição dos seguintes termos: " Ditadura Militar", "Crimes", "Mortes" e "DOPS".

Seguindo a ordem cronológica, o primeiro conteúdo a que se tem acesso – que menciona o "Casarão de Cláudio Guerra" – é uma reportagem que compõe a edição do dia 13 de agosto de 2015, do Jornal Guarapari. O telejornal integra a grade de programação da *TV Guarapari*, uma emissora de programação regional que opera no canal 9.1 na localidade de Guarapari, região Sul do Espírito Santo e Grande Vitória.

A partir da análise, observa-se que a reportagem se inicia com a apresentação do imóvel em termos materiais. Ele é localizado espacialmente e são descritos os sinais de abandono da estrutura. Posteriormente, o VT trata das consequências do abandono da estrutura, que "chama à atenção de usuários de drogas", para a comunidade. Após a fala de um entrevistado que reforça, por meio de relato, que o imóvel representa uma ameaça à segurança dos moradores do bairro, a reportagem chega ao ponto central: a proposição de utilização da casa abandonada como centro cultural.

Só então, a reportagem introduz quem é Cláudio Guerra, figura que dá nome ao imóvel, e qual foi a sua atuação no período da Ditadura Militar. Nesse ponto, são citados os crimes pelos quais o ex-delegado era acusado à época da produção da matéria. Nota-se, entretanto, que a menção à utilização do imóvel durante o período do regime é feita apenas pelo entrevistado e a matéria não se prolonga no assunto.

Dos termos delimitados, verificou-se apenas a aparição de "Ditadura Militar" e "DOPS", embora tanto os crimes quanto as mortes pelos quais Cláudio Guerra é acusado tenham sido mencionados apenas na sonora, sem que se tenha realizado muito esforço de reportagem no sentido de acrescentar ou confirmar nenhuma informação a respeito.

A análise, portanto, indica que a reportagem trata a história do imóvel como um elemento secundário, de menor importância. Ainda que essa não tenha sido uma decisão intencional, deve-se lembrar que ao escolher o enquadramento, isto é, a forma como a reportagem apresenta o assunto em pauta, escolhe-se também o que será fixado na história, e o que deve ser esquecido. Ademais, tendo em vista a teoria de Genro Filho (1987), é possível analisar ainda que, ao decidir por dar ênfase ao estado do imóvel no presente,

ocultando o que se tem a dizer sobre o passado, a reportagem se limita à singularidade dos fatos. Assim, produz um conhecimento restrito sobre a realidade, insuficiente para apresentar ao público as problemáticas que envolvem o “Casarão de Cláudio Guerra” e tiveram início antes mesmo de seu abandono.

Dando continuidade à análise da amostra, o segundo elemento também é uma reportagem televisiva veiculada pela mesma emissora local, na edição do dia 24 de fevereiro de 2018, do Jornal Guarapari. Ao analisar a reportagem, que dura 1 minuto e 48 segundos, verifica-se que, embora haja um intervalo de quase três anos em relação à anterior, essa matéria também trata da cobrança de moradores do bairro por uma solução para o imóvel abandonado.

Na abertura da reportagem, o “Casarão de Cláudio Guerra” é definido como “um problema antigo” para a comunidade, que lida com as consequências das “décadas de abandono e ausência de manutenção” do imóvel. Entretanto, nota-se que a reportagem não apresenta qualquer informação prévia que justifique essa afirmação ou apresente um histórico de queixas feitas pela comunidade. Apenas no encerramento da matéria, após o morador entrevistado sugerir a demolição da casa, é citado que “chegou a ser cogitada a implantação de um centro cultural” no local.

Outro fator que se observa tanto em *a* quanto em *b* é que, apesar de ambas as reportagens tratarem do estado do imóvel, nenhuma delas apresenta um possível motivo para o abandono da estrutura. Não se menciona, por exemplo, a quem o imóvel pertencia à época das reportagens, o que aponta que, embora se tratasse de uma propriedade privada, a casa era tratada como um problema da esfera pública. Prova disso é que, enquanto a repórter afirma que a comunidade aguarda por uma solução provisória até que “o Município decida o que será feito no local”, o morador entrevistado afirma que o imóvel “já foi vendido, já é de alguém”. Ou seja, há uma contradição nas informações apresentadas, o que indica a imprecisão da apuração.

Associado a isso, a reportagem não faz qualquer menção a quem foi Cláudio Guerra ou aos termos delimitados “ Ditadura Militar”, “Crimes”, “Mortes” e “DOPS”. Isto significa que o passado não é visto como um fator determinante para a construção do cenário verificado no presente. Isso porque, retomando Halbwachs (2004), a memória é o que preserva o vínculo entre o passado e o presente e, neste caso, a memória associada se perdeu. Desse modo, o abandono do Casarão é retratado como um fato desconectado da historicidade.

Na sequência, analisou-se o terceiro elemento da amostra. A notícia, que tem como título "Demolido em Guarapari casarão que serviu clandestinamente ao Dops" foi veiculada pela *Agência Congresso*. Conforme o "Expediente" do site, o veículo *Agência Congresso* é um site independente, feito por jornalistas profissionais, especializado na cobertura do Congresso Nacional, Tribunais e Ministérios, cuja principal redação está localizada em Brasília.

Diferentemente dos elementos, *a* e *b*, este trata especificamente da demolição do imóvel. Embora a matéria não seja assinada, impossibilitando a identificação da autoria, apresenta um registro fotográfico do momento da demolição atribuído a Jorge Paulo. A presença da fotografia indica que o veículo, que não possui sede no Espírito Santo, possivelmente contou com correspondentes para a cobertura do acontecimento ou contou com a colaboração de leitores. Publicada no dia em que o imóvel foi demolido, a notícia é o conteúdo jornalístico mais antigo encontrado a respeito da demolição do Casarão.

Conforme aponta a presença dos índices referenciados " Ditadura Militar" e "DOPS", é possível notar que o texto apresenta não apenas quem foi Cláudio Guerra e qual foi sua atuação durante o regime militar, como também um histórico de uso do imóvel durante o período da Ditadura. Tal aspecto pode ser observado, em primeiro momento, no título da notícia, que afirma que o imóvel "serviu clandestinamente ao Dops" e, posteriormente, no lead, que informa que o Casarão foi "prisão ilegal e cassino nas décadas de 70 e 80".

Além disso, a notícia apresenta outras novas informações, que não foram apresentadas em *a* e *b*, como a informação de que "muitos presos foram interrogados no local"; que a casa "tinha três andares, sendo um no subsolo com uma passagem secreta" e ainda que "o imóvel chegou a ser usado por um ex-deputado estadual que mantinha no local um cassino-puteiro". Entretanto, a reportagem não apresenta a fonte dessas informações. O mesmo pode ser dito a respeito da informação dada no último parágrafo, no qual a matéria informa que "durante muitos anos a área ficou bloqueada pela justiça".

A única informação cuja fonte é identificada é a de que o imóvel teria sido demolido pelo novo proprietário. Segundo a matéria, isso teria sido informado pela empresa responsável pelo serviço de demolição, como é dito no trecho: "a demolição foi feita por uma empresa particular que não quis identificar quem comprou o imóvel".

A ausência de fontes não implica em afirmar que as informações apresentadas pela matéria são falsas, apesar disso, impede a presente análise de admiti-las como verdadeiras. Afinal, uma vez que não se sabe a origem da informação, não é possível checá-la.

Dito isso, segue-se para a análise do último elemento da amostra, identificado como *d*. Trata-se de uma publicação no Facebook feita pelo veículo *ES em Foco*. Em suas redes sociais, o veículo, que tem sede em Guarapari, se define como um “site de informação com foco no Espírito Santo” (*ES em Foco*, 2022).

O *post* a respeito da demolição do “Casarão de Cláudio Guerra” foi feito no dia 12 de abril de 2021, 21 dias após o acontecimento. A publicação inclui um vídeo com 20 segundos de duração, que mostra o terreno onde a casa ficava localizada, e a seguinte legenda: “Casa no Itapebussu, conhecida como casa de Cláudio Guerra, militar que residiu e fez muitos encontros no local foi demolida. A mansão também pertenceu ao jornalista Cid Moreira. O espaço está abandonado e tinha risco de desabamento”.

Ao analisar o texto, verifica-se a ausência de índices que associem o imóvel ao período da Ditadura Militar. Cláudio Guerra é identificado pela publicação apenas como “militar” e sua atuação durante o regime militar não é sequer mencionada. A nota cita ainda que o imóvel “pertenceu ao jornalista Cid Moreira” e que a estrutura “tinha risco de desabamento”, contudo, assim como em *c*, não foram informadas as fontes das informações.

Posto isso, segue-se para a interpretação dos dados. De acordo com Bardin (1977), a interpretação proposta pelo método de Análise de Conteúdo consiste em descobrir um sentido não explícito por detrás do discurso aparente, geralmente simbólico e polissêmico. Este é o momento de confrontação entre teoria fundante, hipóteses e indicadores da pesquisa, que irá resultar em sínteses interpretativas.

As hipóteses levantadas na etapa de pré-análise foram: (1) Embora o imóvel estivesse localizado em um município da Região Metropolitana da Grande Vitória e possuísse relevância em âmbito nacional, posto que estava relacionado ao período da Ditadura Militar, a demolição do imóvel foi tratada como um evento de importância local, desconectado de seu contexto histórico e, por isso, não foi amplamente noticiada por veículos da imprensa capixaba; (2) As matérias não mencionam a suspeita manifestada por moradores da região de que, possivelmente, o imóvel tenha sido utilizado de maneira clandestina pelo aparato repressivo durante o regime militar.

A respeito da primeira hipótese, destaca-se o fato de que a amostra é composta por apenas quatro elementos, o que por si só constitui um fator significativo para o estudo de noticiabilidade do caso. Ou seja, o tamanho da amostra contribui para a compreensão de que a existência do “Casarão de Cláudio Guerra”, assim como a sua demolição, não foram amplamente noticiadas.

Ademais, a análise verificou que, entre as quatro matérias localizadas, duas foram veiculadas por uma emissora regional que opera em Guarapari, região Sul do Espírito Santo e Grande Vitória, a *TV Guarapari*; uma foi publicada por um site de notícias, com sede em Brasília, que cobre acontecimentos em todo o território nacional; e uma foi postada por um veículo que tem sede em Guarapari cuja cobertura busca abranger todo o Espírito Santo.

Ou seja, embora os veículos não possuam atuação estritamente local, dois deles, a *TV Guarapari* e o *ES em Foco*, possuem maior alcance no município de Guarapari. Já o *Agência Congresso* não se configura como um veículo da imprensa capixaba. Sendo assim, é possível afirmar que a hipótese se confirmou parcialmente, posto que a demolição do imóvel não foi noticiada pelos jornais capixabas de maior alcance.

Contudo, a análise não permite estabelecer uma razão para tal silenciamento dos veículos a respeito do fato. Uma das possíveis explicações é a compreensão de que se tratou de um evento de importância local, conforme estabelecido na hipótese, mas outras duas possibilidades emergiram da análise.

A primeira é que, diante da ausência de qualquer investigação oficial sobre a possível utilização ilegal do imóvel durante o período da Ditadura Militar, grande parte do que se sabe a respeito do “Casarão de Cláudio Guerra” foi preservado, por meio da tradição oral, pelos moradores de Guarapari. Sendo assim, a memória preservada sobre ele está estritamente conectada ao território e à comunidade a que pertence. Desse modo, o conhecimento sobre o imóvel e, consequentemente, sobre sua demolição, pode não ter extravasado os limites territoriais, apesar da campanha travada pela sociedade civil organizada, no ano de 2015, que buscou mobilizar o Poder Público em favor da desapropriação o imóvel e implementação de um centro cultural no local.

A segunda possível explicação para a ausência de noticiamento do acontecimento é que a ausência de uma versão oficial sobre o imóvel exigiria dos veículos de comunicação um grande esforço de investigação na busca por informações críveis e fontes confiáveis. O que pode ter colaborado para que esse fato não fosse noticiado pelos veículos, afinal, como definem Hall *et al.* (1993), as condições de produção jornalística são determinantes para seleção sistemática dos acontecimentos. Além disso, a mídia não produz as notícias de forma autônoma, mas depende de pautas e informações oferecidas por fontes institucionais regulares e consideradas credíveis (Hall *et al.*, 1993).

Partindo para a verificação da segunda hipótese, a análise indicou que apenas uma das quatro matérias analisadas menciona a suspeita manifestada por moradores da região de

que, possivelmente, o imóvel tenha sido utilizado de maneira clandestina pelo aparato repressivo durante o regime militar, a notícia identificada como *c*. No entanto, conforme foi observado durante a etapa de exploração, o conteúdo não atribui uma fonte para a informação.

Portanto, a interpretação dos resultados da análise apontou que as informações disponibilizadas por veículos da imprensa a respeito do “Casarão de Cláudio Guerra” são insuficientes no sentido de promover uma compreensão acerca da conexão dos fatos localizados no presente com a historicidade humana e a realidade social. Por conseguinte, a análise da cobertura do caso indica que o jornalismo não cumpriu o papel de lugar de memória (Nora, 1993), posto que não colaborou para o registro, fixação e preservação da história ou, por melhor dizer, das histórias, que giram em torno do “Casarão de Cláudio Guerra”.

Considerações finais

O caminho traçado durante o presente artigo, desde a seleção do referencial teórico à escolha metodológica, se deu com a finalidade de responder à questão de investigação: se e como o jornalismo capixaba reporta nos dias atuais acontecimentos relacionados ao período da Ditadura Militar? A partir dos resultados obtidos por meio da análise, é possível afirmar que o objetivo geral do estudo foi cumprido.

Constatou-se, através da análise, que a cobertura jornalística da demolição do “Casarão de Cláudio Guerra” foi escassa, tanto em termos quantitativos quanto qualitativos, uma vez que apenas dois materiais a respeito da demolição foram veiculados, sendo um deles de Brasília e outro – uma nota publicada no Facebook 21 dias após o acontecimento – por um veículo de Guarapari, cuja cobertura busca abranger todo o Espírito Santo. Ou seja, os veículos capixabas de amplo alcance sequer noticiaram o fato.

Contudo, um ponto que merece atenção é que, embora a demolição tenha ocorrido em 2021, o imóvel já havia sido notícia em 2015 e 2018, indicando que ele carregava significações que ultrapassam sua simples existência física. Entretanto, os contextos específicos que motivaram as publicações nesses anos não foram amplamente explorados pelas reportagens identificadas, em especial, a relação da casa com o período da Ditadura Militar, apesar de ser frequentemente associada à figura de Cláudio Guerra – condenado por crimes hediondos durante o regime. Desse modo, a propriedade não parece ter recebido a devida atenção da historiografia local ou do jornalismo capixaba, refletindo um silenciamento que pode estar relacionado a dinâmicas de poder.

Assim, a análise permitiu observar que, no caso específico do “Casarão de Cláudio Guerra”, os veículos locais não se aprofundaram no papel histórico e simbólico do imóvel. Em vez disso, a abordagem jornalística evidenciada foi insuficiente para estabelecer conexões entre o fato ocorrido – a demolição – e a historicidade humana associada a ele. Mesmo que não existam evidências concretas de que o imóvel tenha sido usado oficialmente como centro de detenção clandestino durante a Ditadura, sua relação com Cláudio Guerra torna a ausência de uma cobertura mais robusta, bem como a inexistência de estudos anteriores que explorem a sua contribuição para a historiografia local, uma falha que merece reflexão.

Embora a filosofia de Ricoeur (2007) indique que qualquer reconstituição do passado é sempre incompleta, posto que um único relato é incapaz de abranger as múltiplas dimensões e desdobramentos sobre o que aconteceu (Marcilio, 2018). Os resultados apontam para a necessidade dos veículos da imprensa e dos profissionais do jornalismo capixaba realizarem uma reflexão sobre a própria contribuição para a preservação da memória do período da Ditadura Militar.

Isso porque, conforme verificou-se durante a revisão teórica deste artigo, a produção de memória é parte indissociável da atividade jornalística. Logo, deve-se manter em mente que, ao elencar quais acontecimentos irão para as páginas do jornal e qual enquadramento será dado a ele, o profissional seleciona também quais fragmentos do passado serão lembrados no futuro. Assim, ao escolher preservar o vínculo entre passado e presente, o jornalista contribui para a construção de memória e colabora para que um acontecimento se mantenha vivo na consciência do coletivo (Halbwachs, 2004).

Dessa maneira, o silenciamento da mídia a respeito do acontecimento representa mais do que uma mera escolha editorial. Representa a contribuição do jornalismo para a hegemonia ideológica, mesmo que não de forma conspiratória. Isso porque, como define Marcílio (2018), a memória é um exercício de poder simbólico que não pode ser dissociado dos mecanismos de controle e dominação que alguns grupos conseguem exercer sobre outros. Em outros termos, “definir o que deve ser lembrado e o que precisará ser esquecido envolve uma disputa de registros” (Marcílio, 2018, p. 20). Escolher noticiar o acontecimento e investigar as suspeitas levantadas sobre o uso criminoso do imóvel, por outro lado, significaria utilizar a imprensa em prol da verdade e memória de eventos relacionados à ditadura.

Nos resultados obtidos, é possível observar diferentes aspectos dessa disputa. Enquanto a notícia identificada como c apresenta quem foi Cláudio Guerra, qual foi sua atuação durante o regime militar, e ainda afirma que o imóvel “serviu clandestinamente ao

Dops"; a publicação *d* se restringe a informar que a residência onde Cláudio Guerra "residiu e fez muitos encontros" foi demolida. Em termos jornalísticos, ambas indicam uma apuração superficial, visto que não apresentam as possíveis fontes ou elementos que comprovem a veracidade das informações. Entretanto, em termos discursivos, nota-se que os conteúdos se distinguem radicalmente.

O que se buscou investigar aqui, à luz de teorias da memória e do jornalismo, foi qual tem sido a contribuição de veículos da imprensa capixaba para o registro, fixação e preservação da memória da Ditadura Militar. Com isso, pretende-se contribuir para a compreensão da responsabilidade que os profissionais têm em mãos ao selecionar os fatos que serão noticiados e incentivar uma análise crítica dos valores-notícia que influem sobre essa tomada de decisão.

Referências

BARBOSA, Marialva Carlos; RÊGO, Ana Regina. Imprensa e censura no contexto da ditadura: entre a memória e o esquecimento. **Revista Brasileira de História da Mídia**, v. 12, n. 1, p. 72-89, jan./jun. 2023. Disponível em: <https://revistas.ufpi.br/index.php/rbhm/article/view/13767/0> Acesso em: 18 jan. 2025.

17

BARBOSA, Marialva. "Jornalistas, senhores da Memória?". In: Congresso da Intercom, 27, **Anais** [...]. Porto Alegre: Sociedade Brasileira dos Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom), 2004.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. Disponível em:

http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=571. Acesso em: 19 ago. 2025.

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide – para uma teoria marxista do jornalismo**. 1987. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1987.

GOVERNO FEDERAL. **Ex-delegado do Dops é condenado por crimes durante ditadura militar**. Memórias Reveladas, 13 jun. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/memoriasreveladas/pt-br/assuntos/noticias/ex-delegado-do-dops-e-condenado-por-crimes-durante-ditadura-militar>. Acesso em: 19 ago. 2025.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004.

HALL, Stuart *et al.* A produção social das notícias: O 'Mugging' nos Media. In: TRAQUINA, Nelson (org.). **Jornalismo: questões, teorias e "estórias"**. 2 ed. Lisboa: Vega, 1993, p. 224-248.

HERSCOVITZ, Heloiza G. Análise de conteúdo em jornalismo. In: LAGO, Cláudia; BENETTI, Marcia. **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 2010, p. 123-142.

MARCILIO, Daniel A. P. **Jornalismo e memória: a construção da narrativa de si em edições comemorativas de aniversário no jornal Correio do Povo (1905 – 1975)**. Dissertação (Mestrado em

Comunicação e Informação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.
Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/189227>. Acesso em: 19 ago. 2025.

MADUELL, Itala. O jornal como lugar de memória: reflexões sobre a memória social na prática jornalística. **Revista Brasileira de História da Mídia (RBHM)**, v.4, n.1, p. 31-39, 2015. Disponível em: <https://www.ojs.ufpi.br/index.php/rbhm/article/view/4007/2352>. Acesso em: 5 jan. 2025.

MEMORIAL DA DEMOCRACIA. **DOI mantém Casa da Morte em Petrópolis**. Disponível em: <http://memorialdemocracia.com.br/card/doi-mantem-casa-da-morte-em-petropolis>. Acesso em: 19 ago. 2025.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, n.10, p.7-28, dez. 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101/8763>. Acesso em: 19 ago. 2025.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2007.

RUBERT, Silvana. Para além da “guerra suja”: as revelações de Claudio Guerra. **Revista Tempo e Argumento**, v. 5, n. 10, p. 458-463, jul./dez. 2013. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180305102013458/2881>. Acesso em: 19 ago. 2025.

WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação**. 8 ed. Lisboa: Editorial Presença, 2003.

Submissão: 19 set. 2024

Aceite: 21 maio 2025.

O Jornalismo no WhatsApp: Uma análise das notícias colocadas em circulação nos “Canais” da Folha de S.Paulo e G1

Journalism on WhatsApp: An analysis of the news circulated on the “Channels” of Folha de S.Paulo and G1

Vinícius Biazotti¹

Macri Colombo²

Marizandra Rutilli³

Glauco Madeira de Toledo⁴

1

Resumo

O presente artigo tem como objetivo investigar quais conteúdos noticiosos são colocados em circulação nos canais do WhatsApp de dois dos maiores veículos de comunicação brasileiros, Folha de S.Paulo e G1. A partir de uma análise de conteúdo (Bardin, 2011; Lago, 2008), pretende-se quantificar esses materiais e categorizá-los em valores-notícia (Silva, 2005; Traquina, 2005) para interpretar quais debates são priorizados para circular nesses canais (Carvalho; Lage, 2012). Compreende-se que mesmo alicerçados no mercado da imprensa, os veículos em análise buscam ter um diálogo com um público on-line, que utiliza frequentemente essa ferramenta de comunicação, consolidando a característica de uma sociedade midiatizada estudada por Braga (2006; 2012); Mattos, Janotti Junior e Jacks (2012); Barros (2012); Verón (1997, 2007) e Fausto Neto (2010).

Palavras-chave: Sociedade Midiatizada. WhatsApp. Circulação de Notícias.

Abstract

This article aims to investigate which news content is circulated on the WhatsApp channels of two of the largest Brazilian media outlets, Folha de S. Paulo and G1. Based on a content analysis (Bardin, 2011; Lago, 2008), the aim is to quantify these materials and categorize them into news values (Silva, 2005; Traquina, 2005) to interpret which debates are prioritized to circulate in this space (Carvalho; Lage, 2012). It is understood that even though they are presents in the press market, the vehicles under analysis seek to have a dialogue with an online audience, which frequently uses this communication tool, consolidating the characteristic of a mediated society studied by Braga (2006; 2012); Mattos, Janotti Junior e Jacks (2012); Barros (2012); Verón (1997, 2007) and Fausto Neto (2010).

Keywords: Mediatized Society. WhatsApp. News Circulation.

¹ Mestre em Jornalismo. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. E-mail: biazottivinicius@gmail.com

² Mestre em Ciências da Comunicação. Universidade Federal de Santa Maria. E-mail: jornalistapedagoga@gmail.com

³ Doutora em Comunicação. Universidade Federal de Santa Maria. E-mail: maryrutilli@hotmail.com

⁴ Doutor em Comunicação. Universidade Anhembi Morumbi. E-mail: glaucot@yahoo.com

Introdução

O compartilhamento de informações no meio *on-line* tornou-se mais abrangente devido à aderência da sociedade por aplicativos de mídias sociais. Ferramentas como: *Facebook*, *Instagram*, *X* e o *WhatsApp* são constantemente utilizadas por um público diverso que procura manter uma mediação com os seus pares, como também aproveitam este mesmo espaço para informar-se sobre o cotidiano.

Dentro desta dinâmica, os jornais tornaram as mídias sociais como um meio de comunicação. Desde o processo de convergência tecnológica, citado anteriormente por Jenkins em 2009, os veículos de comunicação têm apostado a presença nessas ferramentas para manter o seu público leitor mais próximo, como também para se manter em sobrevivência em cenário de crise de modelo de negócio. E até pela sua própria existência e essência jornalística de informar. Se antes o jornalismo atentava-se à veiculação de notícias com auxílio da publicidade através de meios impressos e audiovisuais, hoje exige-se a apostar em um formato dinâmico e menos linear, aproveitando-se do espaço onde o seu público se encontra. Assim, veículos de mídia tradicional como a Folha de S.Paulo e o G1 (objetos de análise deste artigo), começaram a sua história em meio impresso, se expandiram para os diferentes formatos de veiculação de notícias nas quais a sociedade tem consumido, como o *WhatsApp*.

O *WhatsApp* é popular entre os brasileiros, sendo o segundo país do mundo com maior número de usuários, aproximando-se dos 169 milhões⁵. O ato de compartilhar notícias por *WhatsApp* tornou-se uma atividade cada vez mais frequente a partir da própria característica que a ferramenta oferece. Muitas vezes, parte destes conteúdos podem se mostrar verdadeiros ou não, priorizando até mesmo o compartilhamento em massa de desinformação. Desta maneira, a criação dos “Canais” no *WhatsApp* possibilitou um espaço para que veículos de mídias tradicionais pudessem estar mais próximos dos seus leitores. Dados do Relatório de Mídia Digital do Instituto Reuters (2023) indicam que 51% da população brasileira que acompanha notícias prefere manter-se informado pelas mídias sociais. Deste montante, 43% têm o *WhatsApp* como uma das ferramentas de consumo de informação.

Além do *WhatsApp*, outras plataformas desempenham papéis cruciais na disseminação de notícias, refletindo a transformação do consumo de informação na era digital. O *Facebook*, por exemplo, permanece como uma das principais fontes de informação para muitos brasileiros, permitindo que veículos de comunicação publiquem conteúdo e interajam diretamente com seu público de maneira eficiente. O *Instagram*, com seu formato visual e

⁵ Número obtido através do relatório We Are Social e Meltwater de fevereiro de 2023.

interativo, tem se destacado na atração de um público mais jovem e engajado, utilizando *stories* e *reels* para a disseminação rápida de notícias e atualizações. O *Twitter*, rebatizado como *X* em 24 de julho de 2023, proporciona um espaço dinâmico para debates e discussões em tempo real, onde jornalistas e veículos de comunicação podem compartilhar notícias de última hora e participar ativamente de conversas com seus leitores. Sendo assim, a presença constante dessas mídias tradicionais nas plataformas digitais não apenas ajuda a manter a relevância dos veículos de comunicação, mas também se alinha às preferências de consumo de informação do público contemporâneo.

Desta maneira, a relevância desta pesquisa está em compreender como veículos de comunicação tradicionais, Folha de S.Paulo e G1, têm utilizado a plataforma do *WhatsApp* para comunicar-se com o seu público e deixá-los informados. Para isso, utilizou-se de um estudo de análise de conteúdo, baseado na metodologia de Bardin (2011) e Lago (2008), em que se quantificou os dados das notícias compartilhadas nos “Canais” dos respectivos veículos de 14 a 20 de julho de 2024. A proposta está em quantificar estes conteúdos e separá-los em valores-notícia como proposto por Gislene Silva (2005) para uma maior compreensão do tipo de conteúdo noticioso que está sendo compartilhado. Com esta análise quantitativa, realizou-se uma discussão qualitativa desses dados a fim de se obter respostas sobre a dinâmica adotada por esses jornais de circulação nacional.

Para um maior arcabouço teórico deste estudo, a discussão está ancorada no papel da sociedade midiatisada que se faz protagonista no processo de consumo e circulação de notícias em massa no meio *on-line*, mais especificamente aqui ilustrado pelo *WhatsApp*. Para isso, fundamenta-se nos estudos realizados por Fausto Neto (2010), Verón (1997; 2007), e Braga (2006; 2012).

Para compreender que certos conteúdos são priorizados para o compartilhamento de informações nesse canal, também se faz necessário abordar o conceito de valores-notícia e a seleção noticiosa para estes espaços. Considerando que os jornais produzem um conteúdo intensamente maior do que a coleta, entendemos que há um critério estabelecido para o que será transmitido no canal. Tanto que para isso utilizamos as bases teóricas obtidas por Shoemaker (2012), Traquina (2005), Silva (2005). Além disso, o artigo debate o *WhatsApp* como um potencial de ferramentas de comunicação *on-line* e o seu papel no compartilhamento de notícias e informações.

A Sociedade midiatizada e as dinâmicas de circulação e recepção de conteúdo

Nas últimas décadas, a sociedade tem passado por diversas transformações de múltiplas naturezas, especialmente as tecnológicas, que têm alterado profundamente os modos de sociabilidade. Vivemos em um ambiente onde os membros da sociedade adquirem, acessam e utilizam equipamentos digitais móveis, *on-line* e interativos como uma maneira de construir significado sobre si mesmos e os outros, em uma escala nunca antes vista na história da humanidade. Essa realidade social é frequentemente identificada como um fenômeno de forte midiatização, formando o conceito de uma sociedade midiatizada (Fausto Neto, 2010).

De acordo com Fausto Neto (2010), a midiatização ocorre essencialmente através da potencialização tecnológica que constrói um sistema de relações sociais, no qual essas mesmas relações reproduzem uma vasta esfera de representações. Isso sugere que a tecnologia fundamenta uma ampla rede de conexões entre as pessoas. Cada interação individual com um aparelho tecnológico oferece diferentes formas de representação, contribuindo para uma complexa rede de significados.

Assim, a mídia, outrora vista como um elemento externo à sociedade, agora se entrelaça intrinsecamente com os processos sociais, promovendo uma crescente midiatização, conforme explica Braga (2006). Esse fenômeno de uma sociedade midiatizada não apenas acelera, mas diversifica as formas de interação social, exigindo uma reavaliação das dinâmicas comunicacionais contemporâneas. Embora os processos tradicionais de interação, como a oralidade e a escrita, ainda definam padrões de comunicação, eles estão se transformando e se adaptando a modos mais complexos, impulsionados pela diversidade midiatizada.

O autor ainda destaca que a midiatização atual vai além do simples uso dos meios de comunicação tradicionais. Ela envolve uma complexidade maior, onde os processos interacionais não se restringem aos meios ou aos receptores, mas incluem ambos em formações diversificadas. Essa mudança reflete uma nova realidade em que a mídia não é apenas uma ferramenta de comunicação, mas um componente integral das relações sociais e da estrutura social. A mídia digital, como o *WhatsApp* por exemplo, permite interações imediatas e multifacetadas, conectando indivíduos e grupos em uma rede global de informações e influências.

Por isso, Braga (2012) afirma que a midiatização impacta significativamente a forma como as informações são produzidas, distribuídas, consumidas e colocadas novamente em circulação. Com a proliferação das plataformas digitais, o acesso à informação tornou-se mais democrático, como também fragmentado e personalizado. Esse ambiente de informação

constante e instantânea desafia as lógicas de interação tradicionais, obrigando os indivíduos a desenvolverem novas habilidades de literacia midiática.

Segundo Carvalho e Lage (2012), o processo de midiatização está profundamente ligado ao papel transformador que a tecnologia desempenha, não apenas em termos materiais ou técnicos, mas também em sua dimensão social. Para os autores, as mediações tecnológicas e as demandas sociais são interdependentes, proporcionando dinâmicas comunicativas que simultaneamente transformam as bases da sociabilidade contemporânea.

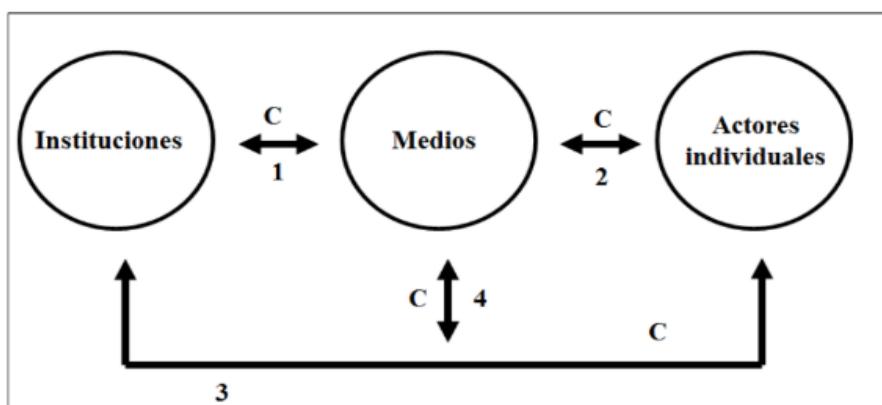
Os dispositivos tecnológicos que facilitam a interação são notáveis por oferecerem novas possibilidades sociais e por estabelecerem novas formas de produção, difusão e circulação dentro do campo da comunicação. Carvalho e Lage (2012) argumentam que cada dispositivo está interconectado com outros, mesmo mantendo uma autonomia relativa entre si e em relação às demais relações sociais. Portanto, ao considerar um veículo de comunicação como um dispositivo midiático, é essencial reconhecer que ele faz parte de uma vasta rede de informações, conectada a diversos outros dispositivos.

Sob outra perspectiva, as plataformas digitais são mais do que meros espaços de circulação e compartilhamento. Esses ambientes são caracterizados por estratégias produtivas únicas. Braga (2012) destaca que, antes da era dos dispositivos tecnológicos, a circulação de informações era vista como uma transmissão linear do emissor ao receptor, com um ponto de partida e chegada definido. No entanto, com as ferramentas modernas de curtidas, comentários e compartilhamentos, a circulação tornou-se um processo contínuo e dinâmico, como exemplificado pelo uso do *WhatsApp*.

O mesmo pensa Verón (1997) em sua análise da midiatização. Vejamos:

5

Figura 1 – Esquema para análise da midiatização



Legenda: Quatro “zonas” de constituição de coletivos: A relação das mídias com as instituições da sociedade (flecha dupla 1), a relação das mídias com os atores individuais (flecha dupla 2), a relação das instituições com os atores (flecha dupla 3) e a maneira pela qual as mídias afetam a relação entre as instituições e os atores (flecha dupla 4). Fonte: Verón (1997, p.8 – tradução nossa).

Assim, a figura 1 mostra que o processo comunicativo não é mais verticalizado, como era em uma comunicação canônica, utilizado quando existia a predominância da comunicação de massa, como afirma o pesquisador Lemos (2007) na época da mídia massiva⁶. E sim, horizontalizado, não existe uma linearidade neste processo e vive-se uma situação de pós-massiva⁷.

As instituições como as mídias, assim como os indivíduos, podem ser emissores e receptores ao mesmo tempo, pelo fato de poderem usufruir do meio de forma mais dinâmica e interativa. O que gerou uma semiose das mensagens, para dar sentido ao circular simultaneamente nas três instâncias, para causar efeito, mostrando que o meio também transita de maneira não linear neste esquema do Verón.

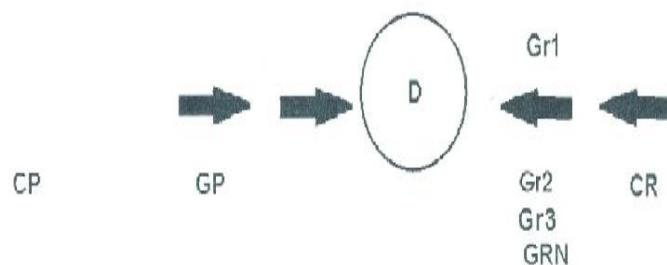
Consequentemente, não é o produto em si que circula, mas ele encontra um sistema de circulação que o viabiliza e perpétua. Esse produto se multiplica dentro da sociedade midiatisada, continuando a circular e repercutir em diversos espaços. Essa intensidade de interação na sociedade obrigou os veículos informativos a se reinventarem e desenvolverem novos processos experimentais nos últimos anos.

Mattos, Janotti Junior e Jacks (2012) defendem que esses sistemas de circulação se expandem, tanto temporal quanto espacialmente, divergindo nos processos de produção de sentidos e ultrapassando os limites das representações midiáticas e os movimentos da recepção. Assim, a recepção deste conteúdo em circulação não é mais vista como um ato individual, mecânico e transitório, mas como um processo que se estende no tempo e se difunde no contexto sociocultural. A produção de sentidos ocorre nas apropriações vivenciadas pelos receptores em seu contexto social, em interação com seus pares, e é marcada por experiências de interpretação, mediadas por fatores socioculturais.

⁶ "Por função massiva compreendemos um fluxo centralizado de informação, com o controle editorial do pólo da emissão, por grandes empresas em processo de competição entre si, já que são financiadas pela publicidade" (Lemos, 2007, p.124).

⁷ "As mídias de função pós-massiva, por sua vez, funcionam a partir de redes telemáticas em que qualquer um pode produzir informação, «liberando» o pólo da emissão, sem necessariamente haver empresas e conglomerados econômicos por trás. As funções pós-massivas não competem entre si por verbas publicitárias e não estão centradas sobre um território específico, mas virtualmente sobre o planeta" (Lemos, 2007, p.125).

Figura 2 – A circulação discursivo-midiática



Legenda: Onde se lê GP são Gramáticas de Produção, C são Corpus e têm como símbolo a letra D, GR são Gramáticas de Reconhecimento e por fim, CR são Condições de Reconhecimento. Fonte: Verón e Boutaud (2007, p.169).

7

Assim, a figura 2 representa o seguinte raciocínio:

[...] se a análise nos permite articular a classe D de discurso a uma gramática de produção dada, as propriedades de D assim descritas não nos autorizam a inferir os efeitos desta classe de discursos em recepção: a classe D de discurso está submetida, em recepção, a uma pluralidade de 'leituras', de 'interpretações' que designaremos como gramáticas de reconhecimento (GR) de D, que a seu turno reenviam às condições de reconhecimento (CR) determinadas (Verón, 2007, p. 169).

Nesse sentido, Mattos, Janotti Junior e Jacks (2012) entendem que na sociedade midiatisada é necessário valorizar a dimensão humana da comunicação, considerando o ser humano como sujeito do processo, e não como mero objeto. Isso porque quando a comunicação é vista no contexto da cultura, preserva-se o sentido de "tornar comum" e "compartilhar" entre seus pares, conforme o fenômeno que ocorre nas mídias sociais. O usuário ao receber uma notícia neste espaço, interpreta do seu modo e a coloca em circulação com os seus pares, fazendo com que aquele conteúdo circule em diferentes instâncias na esfera comunicacional.

Assim, quando pensamos no campo da recepção deste conteúdo em circulação, o processo de produção de sentidos vai além da decodificação da mensagem recebida; ele ocorre a partir das apropriações feitas pelos receptores. Portanto, o sentido não está limitado ao composto meio-mensagem, mas presente nas dinâmicas que envolvem os sujeitos do processo comunicacional (Mattos; Janotti Junior; Jacks, 2012).

A comunicação no WhatsApp e os seus “canais”

Lançado em 2023 pelo Grupo Meta, os chamados “Canais” do WhatsApp surgiram com a perspectiva de expandir a comunicação, distribuição e circulação de conteúdo dentro da plataforma. Diferentemente dos “Grupos” e “Listas de Transmissão”, os “Canais” permitem uma comunicação unilateral onde apenas os administradores do canal podem enviar mensagens, enquanto os seguidores apenas recebem as atualizações. Essa funcionalidade pode ser útil para empresas, organizações, figuras públicas, como também veículos de comunicação que desejam transmitir informações a um grande público de maneira eficiente e organizada.

Para acompanhar um canal basta que a pessoa clique em “seguir”, assim ela terá acesso a todas as atualizações que acontecem em tempo real. Sendo assim, ao aderir um canal, o usuário recebe informações de seu interesse sem a necessidade de participar de interações contínuas, como ocorre nos grupos tradicionais do WhatsApp. Além disso, os “Canais” preservam a privacidade dos seguidores, já que os números de telefone dos participantes não são visíveis para outros membros do canal. O jornal Folha de S.Paulo, durante o período de análise, possui cerca de 707 mil seguidores, enquanto o portal de notícias G1 conta com a interação de 7,6 milhões de usuários.

8

Figura 3 – Exemplo do Canal do WhatsApp na Folha de S.Paulo via Smartphone



Fonte: Print tirado pelos autores no Canal do WhatsApp (2023).

Figura 4 – Exemplo do Canal do *WhatsApp* do Portal G1 via Smartphone



Fonte: Print tirado pelos autores no Canal do *WhatsApp* (2023).

9

O principal recurso dos “Canais” do *WhatsApp* está em facilitar a disseminação de informações de forma direta e imediata. Eles auxiliam na distribuição de notícias, atualizações, promoções e outros tipos de conteúdo que sejam relevantes aos seguidores. A introdução dos “Canais” do *WhatsApp* conseguiu provocar algum impacto no jornalismo, por constituírem uma nova ferramenta para a distribuição de conteúdo noticioso.

Para os veículos de comunicação, os “Canais” proporcionam uma maneira de alcançar diretamente seus leitores de forma rápida e eficiente, garantindo que as informações cheguem aos usuários em tempo real. Podemos destacar tal ponto como relevante, devido estarmos inseridos em um cenário onde a velocidade da informação é crucial, como durante a cobertura de eventos ao vivo, eleições, crises e outras situações de alta demanda informativa.

Isso sem contar que além de melhorar a distribuição de notícias, os “Canais” do *WhatsApp* também podem contribuir para a credibilidade e confiabilidade da informação. Em um ambiente digital onde a desinformação é um desafio constante, ter um canal oficial de um veículo de comunicação reconhecido tem o potencial de viabilizar que os seguidores recebam informações verificadas e de fontes confiáveis. Essa funcionalidade, portanto, pode atuar como uma barreira contra a disseminação de desinformação, ao mesmo tempo que fortalece o relacionamento entre os meios de comunicação e seu público.

Ainda é cedo para dizer se essa ferramenta corrobora diretamente com disseminação de informações e colaborando para um jornalismo mais acessível, rápido e confiável. No entanto, é possível afirmar que as organizações de notícias conseguem alcançar seus leitores de maneira direta e eficaz, contribuindo na forma como as notícias são distribuídas, consumidas, compartilhadas e colocadas em circulação na era digital.

Metodologia

Metodologicamente, a análise considerou um recorte de 14 a 20 de julho de 2024 nos “Canais” do *WhatsApp* da Folha de S.Paulo e o Portal G1. A escolha dos dois veículos de comunicação ocorreu devido aos resultados diversos que os dois poderiam oferecer na análise. Por um lado, há um jornal de mídia tradicional que nasceu no impresso e agora se expande para diversas outras plataformas. Em outro aspecto, o Portal G1 nasceu no meio *online* através de um portal, e aos poucos foi se expandindo para as outras plataformas digitais nas quais permitem a presença do jornalismo.

Após a fase de coleta de dados nos canais, foi realizada análise de conteúdo do material, que – segundo Lago (2008) e Bardin (2011) – enriquece a tentativa exploratória e aumenta a propensão a descobertas. A metodologia consiste na investigação de hipóteses sob a forma de questões ou de afirmações provisórias, servindo de diretrizes para verificação de uma informação e as suas provas. Assim, a Análise de Conteúdo pode ser considerada um método empírico que engloba um conjunto de técnicas de análises de comunicações.

A autora ressalta que a metodologia pode ser aplicada em escritos e qualquer comunicação, isto é, “qualquer veículo de significados de um emissor para um receptor, controlado ou não por este, deveria poder ser escrito, decifrado pelas técnicas de análise de conteúdo” (Bardin, 2011, p. 38). Dessa maneira, entende-se que se trata de uma técnica de investigações que – por meio de uma descrição objetiva, sistemática e qualitativa do conteúdo manifesto – consegue interpretar as comunicações.

A coleta considerou todos os conteúdos que foram compartilhados nos “Canais” no intervalo de 24 horas. Assim, o objetivo foi de quantificar esses mesmos conteúdos, bem como realizar uma análise de valores-notícia, categorizando-as cada uma delas em: A. Impacto; B. Proeminência; C. Conflito; D. Entretenimento; E. Polêmica; F. Conhecimento/Cultura; G. Raridade e H. Proximidade, conforme está distribuído por Silva (2005).

Para contextualizar com Shoemaker (2012), Wolf (1999) e Traquina (2005), os valores-notícia são produtos noticiosos que devem ser inseridos em determinados espaços através das negociações que os jornalistas realizam a partir de diversos fatores com diferentes graus de importância ou rigidez, sejam eles sociais, culturais, de linhas editoriais,

orçamentais, comerciais, entre outros. Assim, aquilo que será divulgado depende da percepção do jornalista sobre a interação do veículo de comunicação com o seu público, selecionando e transformando as notícias em um produto que será colocado à disposição para consumo.

Silva (2005), ao considerar os valores-notícia, elaborou um esquema operacional que contemplasse os consensos de diversos autores da área do jornalismo, como o próprio Traquina (2005), Shoemaker (2011) e Wolf (1999), para que se formasse uma contribuição na análise de acontecimentos noticiados, como é o caso do que este artigo está proposto a pensar. A autora afirma que estudar esta seleção implica rastrear as influências organizacionais, sociais e culturais do veículo de comunicação que complexifica as investigações sobre o processo de seleção das notícias.

Mediante a aplicação deste procedimento de coleta e análise de dados, foi possível investigar quais são os principais valores-notícia estabelecidos e o que é priorizado para a circulação de notícias no *WhatsApp* por esses jornais. Importante ressaltar que a análise considerou um único critério de noticiabilidade por notícia, pois mesmo se a notícia possuir mais de um critério, foi selecionado aquele na qual há um maior destaque.

11

Análise na Folha de S.Paulo

Tabela 1 – Análise de valores-notícia da Folha de S.Paulo

	14 de julho	15 de julho	16 de julho	17 de julho	18 de julho	19 de julho	20 de julho	Total
Impacto	3	4	4	4	3	4	2	24
Proeminência	4	5	5	5	3	2	1	25
Conflito	5	6	5	5	8	7	4	40
Entretenimento	2	2	0	3	0	3	0	10
Polêmica	2	2	1	3	3	1	1	13
Conhecimento	0	2	1	0	0	4	0	7
Raridade	1	0	2	2	1	5	1	12
Proximidade	0	0	0	0	0	1	0	1
Total	17	21	18	22	18	27	9	132

Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

Conforme tabela da coleta de dados, foi possível observar que dentre os dias 14 a 20 de julho de 2024, o jornal Folha de S.Paulo compartilhou 132 notícias no seu “Canal” do *WhatsApp*, gerando uma média de 18 conteúdos publicados diariamente, sendo que todos eles são de autoria do próprio Grupo Folha. Observa-se também que a maior predominância de compartilhamento ocorre entre segunda e sexta-feira, sendo que no sábado (14 de julho)

e no domingo (20 de julho) este tráfego foi menor. Os conteúdos replicados seguem uma lógica de compartilhamento que começa às 6h da manhã e termina em torno das 23h59.

Entre a priorização de valores-notícia do jornal, foi notado que há uma demanda de compartilhamento de conteúdo sobre política. É possível observar que grande parte se enquadra em Conflito – que corresponde a 40 das 132 notícias compartilhadas neste período. A alta demanda desta categoria deve-se à cobertura intensiva que a Folha de S.Paulo realiza sobre as Eleições dos Estados Unidos durante o período de análise, protagonizando matérias sobre os então candidatos Donald Trump e Joe Biden.

O Conflito também aparece na cobertura que o jornal realiza da política nacional em que coloca em circulação conteúdo sobre o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e do Ministro da Fazenda, Fernando Haddad, que esteve em alta nesta semana em análise. Importante ressaltar que a política local também está presente neste valor-notícia, principalmente pela aproximação das eleições municipais para a Prefeitura de São Paulo, que ocorreram em outubro de 2024, após a fase de coleta de dados para esta pesquisa.

Dentro desta fase, no dia 13 de julho, o ex-presidente e então candidato à presidência dos Estados Unidos, Donald Trump, havia sofrido um atentado durante um comício no Estado da Pensilvânia. O candidato foi alvo de uma tentativa de homicídio na qual a sua orelha direita foi atingida por um tiro. A Folha de S.Paulo trabalhou em toda a cobertura sobre o evento, que também repercutiu em grande escala no Brasil no dia 14 de julho. Parte deste conteúdo foi distribuído entre os valores-notícia de proeminência, conflito e impacto.

A Proeminência, que aparece em segundo lugar com mais conteúdos publicados, refere-se à cobertura de fatos sobre personalidades políticas e artísticas, principalmente no que se refere a obituários, e até mesmo da internação devido ao estado de saúde delicado do apresentador Silvio Santos. Nesta categoria também aparecem algumas notícias ordinárias sobre o mundo dos famosos.

Quando a análise considera o Impacto, que engloba 25 notícias publicadas no período, refere-se a notícias sobre dados, violência, economia e política. Esta categoria contempla atividades corriqueiras do jornalismo, relacionadas a temas que envolvem diretamente a vida do público leitor e que conseguem de alguma maneira captar a sua atenção.

A maioria das notícias categorizadas como Polêmica refere-se a declarações e escândalos políticos, como o levantamento da Polícia Federal sobre o envolvimento do ex-presidente Jair Bolsonaro no leilão das joias. Há também polêmicas relativas a disputas ideológicas, como é o caso da adolescente de 13 anos, vítima de estupro, que teve o aborto legal barrado pela Justiça.

Durante a análise foi notada uma alta prevalência do valor-notícia Raridade, principalmente durante o dia 19 de julho, pois neste dia ocorreu o chamado “Apagão Cibernético”, que desestabilizou diversos sistemas *on-line* e causou instabilidade em redes de comunicação, aeroportos, bancos e hospitais ao redor do mundo.

O Entretenimento, em grande parte, está relacionado a alguma cobertura sobre o futebol, principalmente o Campeonato Brasileiro. Os valores-notícia de Conhecimento e Proximidade são os que menos aparecem. O Conhecimento está muito ligado a notícias sobre utilidade pública, enquanto a única notícia ligada a Proximidade falava sobre o Clima na cidade de São Paulo no final de semana. A baixa ao valor notícia de Proximidade, apesar de ser um jornal da cidade de São Paulo, deve-se ao veículo possuir uma cobertura nacional. Além disso, o jornal, ao final de alguns dias, coloca em circulação a chamada de capa do jornal impresso que rodará no dia seguinte, como também compartilha em algumas situações as suas colunas de opinião.

Sendo assim, a partir da amostragem é possível afirmar que o Jornal Folha de S.Paulo possui uma atividade corriqueira de compartilhamento de notícias no “Canal” do WhatsApp, e que grande parte do conteúdo que circula neste espaço está relacionado a política e economia, que segue continuamente a sua linha editorial e a preferência do seu público leitor.

Não é possível afirmar que todas as matérias veiculadas sejam as mais importantes, ou quais foram os critérios utilizados para a seleção destas notícias em detrimento de tantas outras produzidas diariamente pelo jornal. Mas, de qualquer maneira, é fato que há uma prioridade de quais notícias são introduzidas ao WhatsApp.

13

Análise no Portal G1

Tabela 2 – Análise de valores-notícia do Portal G1

	14 de julho	15 de julho	16 de julho	17 de julho	18 de julho	19 de julho	20 de julho	Total
Impacto	10	12	11	11	12	9	7	72
Proeminência	4	4	2	3	3	1	8	25
Conflito	6	4	3	2	2	1	0	18
Entretenimento	0	1	1	0	1	5	1	9
Polêmica	2	0	0	3	1	0	0	6
Conhecimento	1	2	5	3	4	2	9	26
Raridade	0	0	1	1	1	6	0	9
Proximidade	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	23	23	23	23	24	24	25	165

Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

A partir dos dados desta amostragem, é possível identificar que, entre os dias 14 e 20 de julho de 2024, o Portal G1 compartilhou 165 notícias, sendo que todas são de autoria do próprio veículo. Com uma média de 23 postagens por dia, o portal de notícias do Grupo Globo compartilha seus conteúdos a partir das 6h horas da manhã e encerra às 23h.

Assim, como analisados na Folha de S.Paulo, o Portal G1 compartilha suas notícias dentro da linguagem do seu público, porém, estão sendo evidentemente opostas. Os conteúdos priorizados pelo G1, em sua grande maioria, tratam-se de conteúdos virais, principalmente no que se refere a violência, memes e informações de utilidade pública com potencial de chamar a atenção do público.

Conforme a tabela 2, pode-se observar que o valor notícia mais valorizado pelo G1 é o do Impacto. Esta categoria está muito voltada para cenas, fatos, fotos e vídeos de violência de todos os tipos, como assaltos, roubos, mortes violentas, acidentes de trânsito, entre outros que possuam uma facilidade de captar a atenção do seu público consumidor. Os vídeos de situação de violência que são colocados em circulação, por exemplo, são anunciados na chamada da matéria como ‘Veja o Vídeo’ – fazendo que o leitor clique no link e entre no portal para assistir, permitindo assim uma maior geração de tráfego de leitores para o veículo de comunicação. Um exemplo publicado no dia 14 de julho é: *“Vídeo mostra quando policial é morto a tiros com a própria arma após agredir irmão”*.

Importante ressaltar que as cenas e situações de violência não são apenas sobre o que ocorre nas regionalidades do Brasil, mas sim em casos de todo o mundo na qual tenham chamado a atenção de autoridades internacionais devido a alta incidência de violência e/ou tragédias. Um exemplo está em mortes por cianeto que ocorreram em um hotel de luxo em Bangkok, na Tailândia.

Nesse caso, também podemos citar que, ao contrário da Folha de S.Paulo que realizou uma cobertura mais política sobre o atentado do candidato a presidência dos Estados Unidos, Donald Trump, o G1 escolheu maiores detalhes sobre a violência do caso, como por exemplo dados sobre o atirador, precisão do tiro, vítimas da fatalidade, entre outros desdobramentos que evidenciam uma cobertura mais trágica.

O valor-notícia Conhecimento aparece em 26 materiais analisados que contêm informações de utilidade pública, com informes pertinentes ao cotidiano, tais como os dias de pagamento do Programa Bolsa Família e cadastro no CadÚnico do Governo Federal, necessário para obter benefícios assistenciais. Também foram identificadas notícias mais inusitadas que conseguem chamar a atenção do público, a exemplo dos títulos: *“Entenda*

como funciona o viagra eletrônico” e “Comer pão de forma pode fazer com que motorista seja pego no teste do bafômetro”.

Proeminência foi um dos valores-notícias que mais apareceram, com 25 registros, tem como base notícias sobre falecimentos ou envolvimentos em escândalos de famosos. Podemos citar como exemplo observado no período da análise que o G1 fez uma ampla cobertura sobre o caso de prisão do influencer Nego Di. Houve também a circulação da notícia da internação do apresentador Silvio Santos.

A categoria de Conflito que aparece apenas 18 vezes durante toda a análise, em grande parte, refere-se a política nacional ou internacional. Algumas matérias estão focadas na agenda do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ou então sobre a cobertura das eleições dos EUA. Porém, nota-se que o G1 não prioriza tanto o debate ou cobertura política, diferente do que ocorre no canal do WhatsApp da Folha de S.Paulo.

Acerca do entretenimento realizado pelo G1, muito pouco se refere aos esportes, mas sim, neste caso está mais próximo do compartilhamento de memes e virais que estão circulando na internet. Nesse caso, o conteúdo de Esportes é pouco considerado no compartilhamento de conteúdo do portal no seu canal do WhatsApp.

A Raridade, que aparece seis vezes no dia 19 de julho, também se refere ao “Apagão Cibernético” que atingiu o mundo neste dia, e na qual o G1 fez uma cobertura completa para explicar como e o porquê ocorreu o caso. Polêmica foi um valor-notícia pouco utilizado, geralmente ligado a pequenos escândalos ou declarações políticas. E a categoria de Proximidade não apareceu na análise, visto que o portal é um veículo de comunicação com cobertura nacional.

Um fato curioso sobre a atividade do G1 no seu canal está na interação que tenta reproduzir com os seus usuários. Ao longo da coleta de dados foi observado a preparação de enquetes em que os eleitores escolhiam alguma opção da pergunta: “*Criança pode praticar Crossfit?*”. Com as possibilidades de responder “Sim”, “Não”, ou “Não tenho certeza”, a chamada levava o leitor a uma matéria que respondia sobre este assunto. Uma outra foi um trocadilho sobre um vídeo viral de jovens que gastaram uma alta quantia com vinho sem perceber em um restaurante de luxo em São Paulo. A pergunta dizia: “*Jovens que beberam vinho de R\$ 1650 voltam ao restaurante e tomam agora vinho no valor de...*”, em seguida mostrava as opções de possíveis valores para que os leitores dessem os seus palpites.

Assim, segundo a análise realizada no Portal G1, pode-se afirmar que o portal também segue uma linha padrão de postagens de impacto derivado da violência, como também pelo próprio caráter abordado nas notícias. Uma das apostas do G1 está em colocar em circulação um conteúdo que consiga viralizar com mais facilidade no WhatsApp, visto que

grande parte possui chamadas de vídeos com cenas de violência na qual aguçam a curiosidade do leitor.

Da mesma maneira, a partir da análise, é possível observar que o portal possui uma classificação daquilo que pode ou não ser compartilhado no *WhatsApp*, sendo que 23 matérias diárias é um número inferior daquilo que é produzido pelo portal. O trabalho de um selecionador de notícias (gatekeeper) encontra-se mais evidente, principalmente por estar em consonância com um regramento de conteúdo colocado em circulação neste espaço.

Esta dinâmica da circulação de notícias na sociedade midiatisada, especialmente através de plataformas como o *WhatsApp*, introduz novas dinâmicas no ecossistema da comunicação. O *WhatsApp*, com sua estrutura descentralizada, facilita a rápida disseminação de informações.

Nesse contexto, o papel dos veículos nos “Canais” torna-se ainda mais crucial, pois é possível manter a integridade e a relevância das notícias através de veículos de mídias tradicionais com fontes confiáveis de informação. Por isso, entende-se que a midiatisação da sociedade exige não apenas uma adaptação das práticas jornalísticas na esfera digital, mas também maior esforço do jornalismo em debater sua presença nestes locais para que o público possa consumir, compartilhar e colocar em circulação informações de fontes confiáveis.

16

Considerações finais

A partir da análise de circulação de notícias nos “Canais” do *WhatsApp* da Folha de S.Paulo e do Portal G1, entre os dias 14 e 20 de julho de 2024, podemos considerar que ambos revelam padrões distintos de comportamento editorial e prioridades noticiosas que refletem as características e as preferências de seus leitores. Esses padrões podem ser interpretados com o auxílio da teoria da sociedade midiatisada, que enfatiza como os meios de comunicação e suas práticas influenciam e são influenciados pela sociedade.

Isto porque a Folha de S.Paulo demonstra uma abordagem editorial focada majoritariamente em conteúdos políticos e econômicos, com uma alta incidência de notícias relacionadas a conflitos e proeminências. Essa priorização está alinhada com a cobertura intensiva de eventos políticos nacionais e internacionais, como as eleições nos Estados Unidos e a situação política no Brasil. A preponderância de notícias baseadas nestes aspectos reflete a linha editorial do jornal, que busca informar e engajar um público interessado em análises e debates políticos profundos.

Por outro lado, o Portal G1 adota uma estratégia de compartilhamento que se inclina mais para conteúdos virais e de impacto, especialmente relacionados à violência, utilidade

pública e entretenimento. Esse enfoque parece visar um público atraído por notícias que causam choque ou curiosidade, e que têm uma alta propensão a serem compartilhadas. A tática do G1 de incluir chamadas atraentes, como "Veja o Vídeo", é um indicativo de uma estratégia deliberada para aumentar o tráfego e a interação com o conteúdo.

Assim, é possível enfatizar que a teoria da sociedade midiática nos ajuda a entender como essas práticas de compartilhamento de notícias estão inseridas em um contexto maior de produção e consumo de informação. A midiática refere-se ao processo pelo qual as lógicas e formatos dos meios de comunicação influenciam e transformam práticas sociais e culturais. No caso da Folha de S.Paulo e do G1, vemos como cada veículo molda seu conteúdo e suas estratégias de distribuição para atender às expectativas e aos hábitos de consumo de seus respectivos leitores.

Essas diferenças também se refletem na seleção e no *gatekeeping* das notícias. A Folha de S.Paulo, com suas 18 publicações diárias, e o G1, com 23, revelam um processo de seleção noticiosa que visa garantir a coerência com suas linhas editoriais. Esse processo de seleção é fundamental para entender como as notícias são moldadas e distribuídas e colocadas em circulação.

Em conclusão, a análise das atividades de compartilhamento de notícias no WhatsApp pela Folha de S.Paulo e pelo G1 demonstra como cada veículo de comunicação utiliza estratégias distintas para engajar e informar seus públicos, refletindo as lógicas da sociedade midiática. A Folha mantém seu compromisso com uma cobertura política e econômica robusta, enquanto o G1 aposta em conteúdos virais e de impacto. Essas práticas não apenas atendem às expectativas dos leitores nesses espaços, mas também moldam a forma como a informação é consumida, compartilhada e colocada em circulação.

17

Referências

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70. 2011.

BRAGA, José Luiz. **A sociedade enfrenta a sua mídia**: Dispositivos sociais de crítica midiática. São Paulo: Paulus, 2006.

BRAGA, José Luiz. Circuito versus campos sociais. In: JANOTTI JUNIOR, J; MATTOS, M. A., JACKS, N. Jacks (org.). **Mediação e Mediática**. Salvador: EDUFBA, Brasília, Compós. 2012.

CARVALHO, Carlos A.; LAGE, Leandro. Mediática e reflexividade das mediações jornalísticas. In.: JUNIOR, J. J.; MATTOS, M. A. JACKS, N. (org.). **Mediação e Mediática**. Salvador: EDUFBA: Compós, 2012. p. 245-270.

FAUSTO NETO, Antonio. As bordas da circulação... **Revista Alceu**, v. 10, n. 20, p. 55-69, jun. 2010. Disponível em: https://revistaalceu-acervo.com.puc-rio.br/media/Alceu20_Neto.pdf. Acesso em: 29 out. de 2024.

JENKINS, Henry. **Cultura da convergência**. 2 ed. São Paulo, Aleph, 2009.

KEMP, Simon. **GLOBAL OVERVIEW REPORT**. 2023. Disponível em: <https://datareportal.com/reports/digital-2023-global-overview-report>. Acesso em: 30 ago. 2025.

LAGO, Claudia. Antropologia e Jornalismo: Uma questão de método. In: LAGO, C.; BENETTI, M. **Metodologia de pesquisa em Jornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2008.

LEMOS, André. Cidade e mobilidade. Telefones celulares, funções pós-massivas e territórios informacionais. **MATRIZes**, v. 1, n. 1, p.121-137, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v1i1p121-137>. Acesso em: 28 ago. 2025.

MATTOS, Maria Ângela; JANOTTI JUNIOR, Jeder; JACKS, Nilda (org.). **Mediação e Midiatização**. Salvador: EDUFBA, Brasília, Compós. 2012.

REUTERS INSTITUTE. **Digital news report**. University Of Oxford. 2023. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2023/06/Digital-News-Report-Reuters-2023.pdf>

SHOEMAKER, Pamela; VOS, Tim P. **Teoria do Gatekeeping**: seleção e construção da notícia. Porto Alegre: Penso, 2012.

SILVA, Gislene. Para pensar critérios de noticiabilidade. In: **Estudos de Jornalismo e Mídia**, v. 2, n. 1, 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/2091>. Acesso em: 28 ago. 2025.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo**: A tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional, v. 2. Florianópolis: Insular, 2005.

VERÓN, Eliseo. Esquema para el análisis de la mediatización. **Revista Diálogos de la Comunicación**, n.48. Lima: Fefafacs, 1997.

VERÓN, Eliseo; BOUTAUD, Jean-Jacques. **Sémiotique ouverte**: itinéraires sémiotiques en communications. Paris: Lavoisier, 2007.

WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação**. 5 ed. Lisboa: Editora Presença, 1999.

Submissão: 13 maio 2025

Aceite: 19 ago. 2025

Jornalismo Digital, Esfera Pública e Filosofia Prática: Márcia Tiburi e o protagonismo feminino na redemocratização

Digital Journalism, Public Sphere and Practical Philosophy: Márcia Tiburi and female protagonism in redemocratization

Cláudio Cardoso de Paiva¹

Resumo

Este estudo analisa o trabalho de Márcia Tiburi, protagonista de debates (midiáticos e literários) com acadêmicos e jornalistas, na área de filosofia política orientada para a ética e cidadania. O objetivo é discutir como as mídias sociais e o jornalismo investigativo são reanimados pela razão crítica feminina, enfrentando as atuais formas de regressão ética, política e cognitiva. Para embasar a pesquisa recorremos à Teoria Crítica e ao conceito de "esfera pública" (Habermas, 2023), vetor de democratização e cidadania. Este tem sido atualizado pela crítica feminista (Frazer, 1992; Benhabib, 2007), pela análise acadêmico-jornalística, como "telespaço público" (Bucci, 2021). Articula-se ainda com a "Filosofia Prática" (Tiburi, 2016), contribuindo para o debate em jornalismo, mídias sociais, gênero e cidadania.

Palavras-chave: Jornalismo. Esfera pública feminina. Márcia Tiburi.

Abstract

This study analyzes the work of Márcia Tiburi, protagonist of debates (media and literary) with academics and journalists, in the area of political philosophy oriented towards ethics and citizenship. The objective is to discuss how social media and investigative journalism are revived by female critical reason, facing current forms of ethical, political and cognitive regression. To support the research, we resorted to Critical Theory and the concept of "public sphere" (Habermas, 2023), a vector of democratization and citizenship. This has been updated by feminist criticism (Frazer, 1992; Benhabib, 2007), by academic-journalistic analysis, as "public telespace" (Bucci, 2021). It is also linked to "Practical Philosophy" (Tiburi, 2016), contributing to the debate on journalism, social media, gender and citizenship.

Keywords: Journalism. Feminine public sphere. Márcia Tiburi.

¹ Doutor e Mestre em Sciences Sociales – Université de Paris V (Rene Descartes), Mestre em Comunicação pela Universidade de Brasília, Graduado em Comunicação Social pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). É professor no Departamento de Comunicação, no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e no Mestrado Profissional em Jornalismo da UFPB. E-mail: claudiocpaiva@yahoo.com.br

Introdução

Para uma compreensão da experiência social e política contemporânea no Ocidente, afetada pelos processos midiáticos e jornalísticos, cabe demarcar alguns fatos históricos: a explosão das torres gêmeas (2001) e a consequente “guerra contra o terror” – que abalou a geopolítica e geoconomia no Oriente Médio – de consequências planetárias; a gestão de Donald Trump nos EUA (2016-2021); a pandemia da covid-19 (2020); e principalmente a reeleição do Presidente Trump, em 2025, quando o contexto mudou (para pior). Este quadro referencial é importante, considerando o modo como na era da globalização, tudo o que ocorre no “Império” (Negri; Hardt, 2001) afeta o Sul Global e envolve as relações geopolíticas, diplomáticas e mercadológicas entre o Brasil e os EUA. Cumpre também relembrar a “guerra de narrativas” ou a “guerra cultural” na internet e mídias sociais, a desinformação e a dissonância cognitiva que devastam as democracias ocidentais. A expressão “guerra cultural” refere-se a um conflito em torno de valores morais e culturais que se manifesta em disputas políticas e sociais. O termo se popularizou nos Estados Unidos no início dos anos 1990, com o livro *Culture Wars* de James Davison Hunter. Na prática, a guerra cultural envolve a polarização de debates sobre temas como aborto, direitos LGBTQIAPN+, imigração e identidade nacional, entre outros.

No caso brasileiro, caberia uma contextualização sociopolítica sob o signo da midiatização tecnológica. Uma demarcação razoável do ponto de vista social e político se iniciaria com os Protestos de Junho 2013, passando pela Operação Lava-Jato, o golpe parlamentar-jurídico-midiático, marcado pela construção do processo de impeachment de Dilma Rousseff da Presidência da República, no ano de 2016 (evento histórico com alto teor misógino), além da gestão neoliberal de Michel Temer, o governo nazifascista de Bolsonaro até o retorno da redemocratização com a vitória do Presidente Lula (2023).

Esses fatos amplamente noticiados na imprensa e nas mídias sociais constituem fortes elementos empíricos, cuja análise é fundamental para a reconstrução democrática. E o pensamento crítico construtivo encontra aí a sabedoria de recorrer à memória histórica (Benjamin, 1994) para avançar no debate político do atual e do cotidiano.

Por esse ângulo, a professora filósofa Márcia Tiburi abre as portas para o acesso ao conhecimento pelo prisma de uma Filosofia Prática. Tiburi é a profissional dos sete instrumentos: ativista política, feminista, colunista da revista *Cult*, autora de vários livros de análise política, social e prosa literária, ex-participante do programa de TV *Saia Justa* (2005-

2010), protagonista de debates (midiáticos e editoriais) com intelectuais, acadêmicos e jornalistas, autora de aulas remotas e conferências (*on-line*) sobre os temas da Filosofia, Sociologia, Psicanálise, Ciência Política, disponibilizados no *YouTube*. Logo, sua experiência nos permite contemplá-la como expressão da Filosofia Política orientada para uma filosofia da mídia (e do jornalismo) e contributo para uma “esfera pública crítica feminina”.

Ela se exilou do país após o assassinato da vereadora Marielle Franco (14.03.2018), quando foi ameaçada de morte pela extrema-direita, durante sua candidatura ao governo do Rio, pelo Partido dos Trabalhadores (PT), nas eleições de 2018. No final daquele ano, Marcia Tiburi foi morar fora do Brasil após constatar que naquele momento “não era mais viável” seguir vivendo no país. Conforme noticiado na imprensa da época, a decisão foi tomada após o MBL (Movimento Brasil Livre) convocar uma manifestação contra a presença da escritora em uma feira literária em Maringá (PR) (Correio Braziliense, 2019).

No exílio, escreveu livros (ensaio, poesia e literatura), realizou exposições de artes plásticas e participou de várias teleconferências e conversações *on-line*. No dia 30 de junho de 2023, ela retorna ao Brasil, após passar quase cinco anos no exterior (Gonzalez, 2023) e desde então, tem retomado o ativismo político e cultural, e o seu maior engajamento é na produção de saberes (Ciência e Filosofia), voltados para a emancipação norteada por uma Ética Poética.

3

A Teoria Crítica, o Espaço Público e a Filosofia da Prática

Tiburi é especialista em Theodor Adorno, expoente da Teoria Crítica, primeira geração da Escola de Frankfurt, e daí extrai boa parte do seu arsenal teórico-social-filosófico. Assimila a substância filosófica da sua bagagem (marxismo, psicanálise, antropologia, análise social, crítica literária) e a atualiza. Ao ter sido perseguida por fascistas brasileiros, conhece na pele os efeitos da violência autoritária. Ela foi uma das primeiras a usar o termo “fascista” no livro *Como conversar com um fascista* (Editora Record, 2015). Em suas obras, a potência dialógica falada, escrita, audiovisual, virtualizada recorre à Teoria Crítica, aos frankfurtianos e aos clássicos modernos sobre o fascismo e o autoritarismo, tais como: *Psicologia de Massas do Fascismo* (Reich, 2019); *A personalidade autoritária* (Adorno, 2019); *As origens do totalitarismo* (Arendt, 1989). Assim, a professora estuda e dialoga sobre os afetos do medo, ressentimento e ódio, a falta de empatia, o horror do outro e a “pulsão de morte” que marcam os tempos sombrios no Brasil, nos anos 20 do séc. XXI.

Todavia, Tiburi se move sempre numa verve afirmativa, o que faz sua Filosofia transcender a “dialética negativa” de Adorno e propõe o uso de uma razão lúdica, afetiva e política. Assim como Habermas realizou em suas obras, a escritora enfrenta o Sistema-Mundo (econômico-político) por todos os flancos e faz sua denúncia (em aulas, conferências, livros, vídeos, exposições, peças de teatro), criando legiões de leitores, fãs, seguidores, mulheres pensadoras, e embora não seja uma habermasiana, contribui para a formação de uma esfera pública feminina e antenada na politização da vida cotidiana.

É interessante perceber uma certa convergência entre alguns aspectos da sua obra e a do filósofo alemão Habermas. Relembremos, a teoria da “esfera pública” habermasiana é uma idealização, mas a sua promessa de realização vai longe, pois a obra tem atravessado nações e décadas (1963-2023).

A esfera pública continua a ser um princípio organizador de nossa ordem política [...] Se formos bem sucedidos em compreender historicamente, em suas estruturas, o complexo que atualmente subsumimos, de modo confuso, sob o título “esfera pública”, poderemos esperar aprender sistematicamente, por meio do esclarecimento sociológico do conceito, nossa própria sociedade a partir de uma de suas categorias centrais (Habermas, 2014, p. 235).

4

Considerada sua obra prima, a *Teoria da Ação Comunicativa* (1981), Habermas amplia a sua Teoria Crítica explícita em *Mudança Estrutural na Esfera Pública* (2014). Em linhas gerais, o diálogo, as interações simbólicas e as intersubjetividades levam a um entendimento, a um consenso (um acordo entre as diferenças). Logo, por meio da ética discursiva e competência da ação comunicativa, acessamos politicamente um espaço público democrático. Sua filosofia, como dissemos, tem algo de utópico e idealista, mas que ajuda a dissipar as trevas da distopia cotidiana; ou seja, conhece as tensões e conflitos, mas aposta afirmativamente na sua superação e conquista da mediação social comunicativa.

Desde então, não cessam de surgir no mundo inteiro projetos teóricos e ações como atualizações do “espaço público” clássico, em uma diversidade de esferas que serão exemplificadas ao longo deste artigo. Convém perceber como Tiburi atua em vários campos da ação pragmática, performando novas expressões da esfera pública, de maneira orgânica, histórica, social, ético-política.

Interseccionalidades públicas: feminismo & outras minorias ideológicas

As feministas fizeram a crítica de Habermas, mas assimilaram sua geografia de pensamento e redimensionaram o conceito do “espaço público” clássico, em várias esferas direcionadas ao feminismo, minorias, negros, latinos, entre outras direções.

O trabalho teórico-filosófico (de cunho ativista político) da feminista Nancy Fraser (1992), por exemplo, representa uma modulação de pesquisa que assimila os pressupostos filosóficos de Habermas e os atualiza, os redimensiona e os redistribui em esferas públicas concernentes a vários setores sociais, dentre os quais o feminismo. Nesse sentido, a inscrição de Frazer contribui para entendermos esse contexto de democratização com ênfase na perspectiva feminista, além do apoio as lutas identitárias. Leitora de Habermas, suas reivindicações se fazem pelo reconhecimento do outro e pela redistribuição dos direitos (Bressiani, 2011; Anselmini; Cristianetti, 2020) e estabelece os termos de uma esfera pública radicalmente democrática, inclusiva, feminista e que enfrenta vigorosamente o sistema capitalista, também de uma forma teórico-poética (como Tiburi), conforme se pode ler nos títulos dos seus livros².

Por sua vez, Seyla Benhabib (2006) combina a Teoria Crítica com a Teoria Feminista, na obra *“As reivindicações da cultura: igualdade e diversidade na era global”*. Segundo a autora, a identidade se constrói face à alteridade, pluralidade e diversidade; logo, a nova esfera pública será dialógica, intersubjetiva, ético-discursiva e comunitária. Benhabib articula antes de tudo uma outra ideia do universalismo, não-eurocêntrico nem etnocêntrico. Ela relê Habermas e Arendt, absorvendo a crítica da tirania e do autoritarismo, e contempla, além da luta feminista, os exilados, imigrantes, os despatriados do planeta. Assim como Tiburi, inscreve-se no âmbito de uma ética comunitária, inclusiva, constituindo-se porta-voz nas mídias, no jornalismo e no campo editorial, como arauto da liberdade e emancipação da espécie. Sua vasta obra tem sido discutida no mundo inteiro, sinalizando novas direções na Teoria Social, nos estudos culturais e feministas³.

² Capitalismo canibal: como nosso sistema está devorando a democracia, o cuidado e o planeta e o que podemos fazer a respeito (2022), O velho está morrendo e o novo não pode nascer (2020), Capitalismo em debate – Uma conversa na Teoria Crítica (coautoria, 2020), Fortunas do Feminismo: do Capitalismo Gerido pelo Estado à Crise Neoliberal (2020), Transnacionalizando a Esfera Pública (2014), Práticas Indisciplinadas: Poder, Discurso e Gênero na Teoria Social Contemporânea (2008), e Redistribuição ou recognição? Uma troca político-filosófica (coautoria, Honneth, 2004), Feminismo para os 99%: um manifesto (coautoria, 2019).

³ Eis alguns livros de Seyla Benhabib, cuja repercussão mundial já constitui uma praxe na pesquisa de gênero contemporânea: Situando o Self. Gênero, Comunidade e Pós-Modernismo na Ética Contemporânea (2021), Debates feministas: Um intercâmbio filosófico (coautoria com Judith Butler e Drucila Cornell (2018), Dignidade

De modo similar, podemos observar o trabalho Esferas públicas no Brasil (Perlatto, 2018), em que o autor faz a crítica da “esfera pública seletiva” e ressalta o poder das “esferas públicas subalternas, periféricas”, numa perspectiva reconstrutiva, includente, comunitária. A publicação desse livro revigora a potência da imaginação criadora, reinvenção e reconstrução política, endereçando caminhos para a democracia.

No que diz respeito à teoria social e às ações identitárias, cumpre observar a obra *Batalhas Moraes. Política Identitária na Esfera Pública Técnico Midiatizada* (Miskolci, 2021), uma etnografia robusta da sociedade estadunidense em clima de guerra cultural e emergência da extrema-direita no contexto político e cultural. Indo além, o autor critica a midiatização tecnológica controlada pelo neoliberalismo e a mediação discursiva conservadora, misógina, homofóbica e xenófoba.

O penúltimo livro de Habermas, *Também uma História da Filosofia* (2019), tem dois volumes, *A constelação ocidental de fé e saber* (v.1) e *A liberdade racional – Traços do discurso sobre fé e saber* (v.2). Neles, Habermas trata do conflito dos fundamentalismos, referindo o problema da religiosidade dos imigrantes no contexto de laicidade das sociedades liberais ocidentais, isto é, a cultura europeia. Mas o foco sobre a interface fé e ciência nos serve para repensar o fundamentalismo religioso brasileiro, atuante desde os anos 80, em conexão com o mercado, mídia e política parlamentar. E, particularmente, remete às relações com a extrema-direita, a perseguição dos evangélicos aos cultos de ascendência africana e a acirrada campanha política contra os direitos dos grupos identitários (mulheres e pessoas LGBTQIAPN+), nos programas de TV, nas redes sociais, orquestrada pela bancada evangélica no Congresso Nacional. Essas questões são abordadas por Márcia Tiburi nos livros e aulas na Internet, concernentes à ética, estética, políticas identitárias, da cultura do ódio à redemocratização.

A propósito, no último livro de Habermas *Uma nova mudança estrutural na esfera pública e na política deliberativa* (2023), o autor (do alto dos seus 94 anos) permanece atento a tudo: tem consciência da volta da extrema-direita, das fissuras democráticas, das mídias sociais, da produção da desinformação e da “plataformização da esfera pública”, que bloqueiam as interações sociais e linguísticas. Mas Habermas reafirma o projeto de reconstrução do espaço público (desafiando a razão funcionalista que rege o ambiente das plataformas), e aposta na ética discursiva e ação comunicativa como meios de

na Adversidade: Direitos Humanos em Tempos Conturbados (2013), Crítica, norma e utopia: um estudo dos fundamentos da teoria crítica (1987).

redemocratização. Ele reconhece a importância de uma “educação digital” e da “intersecção de esferas semipúblicas concorrentes rumo a uma esfera estritamente pública” (Moita, 2023, p. 3).

Tiburi vai mais além e trata de agir sob orientação de uma ética poética, cuja emanação discursiva conduz à experiência do “comum”, em que corpos e almas se encontram, em uma experiência de comunhão e solidariedade. Este seria o papel de uma Filosofia Prática: levar os atores sociais a exercerem a máxima nietzschiana: “Como nos tornamos o que somos”. Nesse sentido, o “devir sujeito” (expressão usada por Gilles Deleuze e Félix Guattari, na obra *O anti-édipo*, em 2011) passa pelo crivo das socialidades e intersubjetividades. Tiburi se guia por uma “razão sensível”, de Michel Maffesoli, e também “aposta” afirmativamente que o sistema econômico, político, burocrático pode ser transformado na *práxis* das interações ético-poéticas (tópicos de sua Filosofia Prática).

A obra *Filosofia Prática* (2016), de Márcia Tiburi, atua como uma chamada para vislumbrarmos a passagem da Ética (canônica na Filosofia Clássica, de Aristóteles a Hegel) a uma “nova” Ética-Poética, em que somos convidados a uma autorreflexão a partir das prosaicas expressões, linguagens e atitudes “comuns” na praça pública, onde interagimos com os outros. E sua estrutura organizacional se ordena em quatro capítulos:

O primeiro capítulo, sob a forma de uma pergunta, remete à filosofia de Nietzsche: “Como me torno quem sou?”. E cai como uma luva para nossos tempos minados pela ignorância, personalidade autoritária, ódio, ressentimento e corrupção. Tiburi recupera um dos textos cruciais da civilização moderna: *Eichman em Jerusalém – Um relato da banalidade do mal* (Arendt, 1999), em que o carrasco nazista é visto não como um “monstro”, mas como uma pessoa comum, que poderia ser qualquer um de nós. Também na mesma obra, Tiburi demonstra como o “mal” tem sido banalizado em nossa época, no Brasil. Recorre ainda às imagens de Kafka para desvelar o “absurdo da existência”, em um mundo governado por “personas autoritárias” e cuja irreabilidade cotidiana dos “patriotas e terraplanistas” é sintoma da negação ao conhecimento da história e da sociologia.

Tiburi permanece atenta às formas do controle sobre os corpos na sociedade midiatisada e enxerga as capilaridades do poder nos interstícios sociais, conforme define Michel Foucault (2007; 2013), em suas obras sobre o fenômeno do poder. Cumpre sublinhar como a autora recorre à filosofia de Foucault e aos seus conceitos de “micropolítica”, “biopoder”, “biopolítica”, partes essenciais na “genealogia do poder” tecida pelo pensador (desde a obra *Vigiar e Punir* até as mais recentes, como *O Nascimento da Biopolítica*). Tal

expediente serve à filósofa para decifrar as formas de exercício do poder e controle sobre os corpos, além das táticas de coerção, repressão e violência. Tiburi captura, via Foucault, as formas dóceis de controle na sociedade contemporânea, através do “panóptico”, o olho que tudo vê sem ser visto e das tecnologias disciplinares que invisivelmente se espalham pelas seitas religiosas, políticas, milicianas, midiáticas. Em relação à TV, o seu livro *Olho de Vidro* (2011) talvez possa aprofundar o debate.

No segundo capítulo, “O que estamos fazendo uns com os outros?”, problematiza uma das questões mais sensíveis no que respeita à socialidade contemporânea: o medo, indiferença e ódio ao outro, uma das patologias mais evidentes da atualidade, conforme proposto pela autora. Para isso, recorre a Freud, para pensar a figura estranha do “desconhecido conhecido” ou do “conhecido desconhecido” (Tiburi, 2016, p.102). A autora critica “o vazio da ação”, a “pseudoatividade” e propõe um diálogo (o qual vemos de maneira similar ao exercício da “intersubjetividade habermasiana”) para enfrentar o vazio da linguagem, a solidão, a anestesia, o vazio da emoção, a ostentação, o delírio do consumo e a falsa indústria cultural da felicidade. E ainda aqui remonta o cinema de Wood Allen, no filme *Para Roma com amor* (2012), fazendo a crítica da indústria da fama e a fábrica de celebridades.

Ainda nesse capítulo, Tiburi, revisitando Agnes Heller, oferece uma pérola, que deveria servir aos jornalistas como valioso conselho, pois focaliza o cotidiano, o espaço-tempo onde se debruçam os repórteres e cronistas no exercício do seu ofício:

O conceito filosófico de cotidiano implica a vida, assim como a vida implica o cotidiano [...] compreender o cotidiano para saber estar nele junto com os outros, eis a questão ética que podemos nos colocar. [...] o cotidiano é, pois, o lugar do ordinário, no qual o extraordinário surge como mística. Aquilo que, sempre acontecendo, ao mesmo tempo parece implicar a perda do acontecimento. O cotidiano é aquele lugar em que vivemos implicados em não saber, sob a aura de que nele, tudo já é previamente sabido (Tiburi, 2016, p. 192).

Para este artigo, interessa-nos particularmente o quarto capítulo, “Ética e Cotidiano Virtual”, pois trata das interações sociais nos tempos da virtualidade, dos fantasmas, “almas midiatisadas”. Então, nos termos de uma Filosofia Prática, examina o cotidiano como rede, pessoas e coisas misturados numa mesma ontologia. Estuda essa nova espécie de religião irradiada pelos *media* (de que fazem parte os celulares, internet e redes sociais), e busca os contornos da Ética no âmbito da experiência digital generalizada. Tiburi cita os filmes *Blade*

Runner (1982) e *Alien, O Oitavo Passageiro* (1979) para problematizar a ética dos ciborgues (e dos humanos, seus criadores) como enigmas a serem enfrentados.

Ela recorre a Flusser e a sua teoria de que somos funcionários da máquina fotográfica, e como nos caberia reverter esse processo, fazendo coisas além do que imaginaria o aparelho. Tiburi, em linhas gerais, apresenta um raciocínio similar à crítica explícita em *Os Engenheiros do Caos* (da Empoli, 2022) ou *A Máquina do Caos* (Fischer, 2023), e chega a ser irônica em seus subtítulos: “A ratoeira da internet” ou “Redes Sociais como ratoeiras”. Pensamos que sua crítica se dirige às novas formas da indústria cultural e à espetacularização da vida (tanto pela televisão quanto pela internet), mas sabe transformar (teórico e pragmaticamente) a “publicização espetacular” em oportunidade para realizar procedimentos de natureza filosófico-política, visando efeitos cognitivos, ético-estéticos que transcendem o culto da personalidade, o êxtase midiático e a (des)orientação da vida para o mero consumo.⁴

Tiburi alude aos procedimentos escusos de produção das *Fake News*, desinformação, pós-verdade, na internet e redes sociais, como o filósofo teuto-coreano Han, que critica o que chama de “infocracia” e “infodemias”, em que “a verdade decai em poeira de informação levada pelo vento digital” (Han, 2022, p. 107).

9

Entretanto, Tiburi não é negacionista em relação às virtudes éticas das tecnologias interativas a serviço da democratização da informação. Em verdade, sua Filosofia Prática almeja o “desvendamento da vida cotidiana” como “prática pensante, espécie de dança do pensamento que ensina a dançar a vida”. “[...] a alegria do pensamento é a prática como realização de um desejo de ir além de si. Desejo que chamaremos de ética e que, estando nos livros, sonha atingir todos os espaços de nossa existência” (Tiburi, 2014, p. 300).

Ampliando as arestas dessa Filosofia Prática, relembramos que a ética poética que habita os livros, espraia-se na dimensão da “esfera pública informacional”, por onde ecoa sua voz nas aulas no YouTube⁵.

⁴ Caberia relembrar sua participação no prestigiado dossiê da revista CULT, 199, mar./2015, cuja chamada de capa tornou-se célebre no meio editorial feminista: Márcia Tiburi – A filósofa vai à guerra, cria um partido e declara “o feminismo se resolve na revolução”. A rigor, o dossiê tematiza A Linguagem do Trauma entre o Poético e o Político, onde Tiburi concede entrevista, aliás, participa de uma reunião com a escritora Leusa Araújo, com Wellington Andrade e os jornalistas Helder Ferreira e Júlia Rabahie para uma conversa sobre feminismo, política e cultura, e daí surgem textos brilhantes.

⁵ Algumas aulas, conferências, vídeos de Márcia Tiburi no YouTube: FILOSOFIA PRÁTICA: Uma reflexão sobre ética e política - PARTE 1 (Disponível em: <https://youtu.be/Gu0fK918l4>); 28/07/2014 - FILOSOFIA PRÁTICA: Uma reflexão sobre ética e política - PARTE 2 (Disponível em: <https://youtu.be/IEfQoKtiMs>); Discurso de Ódio. Abecedário político com Márcia Tiburi. Filosofia em Comum (disponível em: <https://youtu.be/wUQXa6Pz7rQ>) e DEMOCRACIA & DEMAGOGIA - o que é | Abecedário Político por Marcia Tiburi | Filosofia em Comum. (Disponível em: <https://youtu.be/AedEc20L6fQ>).

Assim, dentre as suas inumeráveis publicações, reafirmamos o valor da obra *Filosofia Prática* (2016), a busca de uma mediação possível entre a abstração filosófica e o Saber Comum que brota dos processos dialógicos, intuitivos e espontâneos na esfera do Cotidiano, para ela uma instância fundamental onde ocorrem os encontros, confrontos e deliberação da ética-poética que revigora o mundo da vida (o olhar de Tiburi tem muito da perspectiva de Michel Maffesoli, um defensor da “razão sensível”).

Ela alerta para a necessidade dos discursos acadêmicos, filosóficos, intelectuais se aproximarem da linguagem coloquial, da prosa do mundo, longe dos jargões, categorias e métodos engessados, e nessa direção cita e recita a pergunta de Roland Barthes: “Por que não falar a língua de todo mundo?”. De algum modo, há aqui também uma busca pelo consenso; só que este deve vir pela via de uma razão lúdico-construtiva.

A partir das abstrações filosóficas, Tiburi nos instiga a uma reflexão sobre a experiência de passagem do jornalismo impresso – que forjou o “espaço público clássico” – ao jornalismo de plataforma que promove uma nova “forma comunicativa de habitar” (Di Felice, 2009) o ambiente informacional, em moldes de “esfera pública feminina”.

10

Práxis histórica de uma esfera pública feminina

Ao longo do “breve século XX”, o movimento das mulheres se destaca nos avanços sociais, econômicos, políticos e culturais, e grandes conquistas na luta pelos direitos civis, ainda que possamos problematizar esses avanços por uma perspectiva interseccional. Entretanto, persistem patologias sociais, como assédio, violência e feminicídio pautados por parte do jornalismo e nos ecossistemas midiáticos informais⁶. Como resposta social surge a formação de uma espécie de “esfera pública feminina” que eleva a autoestima e a otimização da qualidade de vida mental, instigando ações libertárias e emancipatórias. Nesse contexto, caberia relembrarmos três acontecimentos históricos importantes para o cenário brasileiro:

⁶ Não poderíamos deixar de destacar a produção de Márcia Tiburi dedicada à questão feminista, uma parte de sua obra que compõe o seu perfil como defensora dos direitos humanos, direitos civis, exercício pleno da cidadania e da democracia, o que nos permite observá-la como uma das responsáveis pela consolidação do que temos defendido como “esfera pública feminina” e dentre outros títulos destacaríamos: *Feminismo em Comum – para todos, todas e todes* (2018), *Filosofia Feminista* (em coautoria com Maria de Lourdes Borges e Susana de Castro, 2023) e *As Mulheres e a Filosofia* (editoria, em colaboração com Eggert & Menezes, UNISINOS, 2002). Nesse aspecto (e também transcendendo para outros temas), a sua prosa literária é digna de destaque: *Magnólia* (2005), *A Mulher de Costas* (2006), *O Manto* (2009), *Era Esse o Meu Rosto* (2012), *Uma fuga perfeita é sem volta* (2016), *Sob seus pés, Meu Corpo Inteiro* (2018). É importante citar o texto teatral *Um fascista no Divã* (em coautoria com Rubens Casara, 2021), e em parceria com Jean Wyllis, *O que não se pode dizer – Experiências do Exílio* (2022).

O primeiro foi o afastamento de Dilma Rousseff da Presidência da República, em 31 de agosto de 2016. O noticiário na mídia corporativa (*Rede Globo, Folha de S.Paulo, Estado de S. Paulo, VEJA*) insiste na nomenclatura *impeachment* e o jornalismo investigativo, apoiado nos argumentos legais, acadêmicos, científicos (em nível internacional), denuncia o fato como golpe parlamentar, jurídico e midiático. Nesse episódio flagramos a expressão do ressentimento misógino, machista, patriarcal, como demonstram os “atos de fala” de parlamentares como Aécio Neves, inconformado com a derrota no pleito de 2014, e do ex-presidente Bolsonaro, cujo discurso, na ocasião da declaração do seu voto pelo afastamento, homenageia o sinistro torturador de Dilma Rousseff, Coronel Brilhante Ustra, que ficará na história da infâmia nacional.

O segundo fato que abalou a opinião pública foi o assassinato da vereadora Marielle Franco, em 14 de março de 2018, no Rio de Janeiro. Todavia, abalou de forma ambígua pois, diante de uma polarização política, a opinião pública também estava dividida, e com ajuda de algoritmos. Muitos bolsonaristas, por exemplo, repercutiram desinformação sobre Marielle, acreditando na sua ligação com organizações criminosas. Mesmo assim, vale mencionar que a sua morte tornou-se uma referência na agenda pública nacional por vários motivos. Primeiramente porque representa um atentado contra a vida das mulheres, depois porque significa a violência estrutural contra populações negras, pobres e periféricas, e também porque simboliza a perseguição sistemática dos segmentos LGBTQIAPN+ vistos como inimigos pelo patriarcado, TFP (Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade) e seitas político-milicianas-religiosas da extrema-direita. O feminicídio é uma ocorrência terrivelmente frequente no país e seus índices aumentaram bastante sob a égide do “turbotecnomachonazifascista” (Tiburi, 2020).

E finalmente, um terceiro acontecimento demarca positivamente a história social e política brasileira: a cerimônia de posse do Presidente Lula, epifanizada pela subida na rampa no Palácio do Planalto, em 1º de janeiro de 2023, acompanhado, além da Primeira-dama, Rosângela Lula da Silva (Janja), de oito representantes dos excluídos da sociedade⁷.

11

⁷ Os oito representantes dos excluídos na sociedade brasileira são: 1. Francisco, menino pobre da periferia paulista, amante da natação e dos esportes; 2. Aline Sousa, da Secretaria da Mulher e Associação dos Catadores do Distrito Federal; 3. Cacique Raoni Metuktire, 90 anos, da aldeia Kramopry-yaka, Amazonas 4. Wesley Viesba Rodrigues Rocha, de 36 anos, metalúrgico do ABC Paulista e participa do grupo de rap “Falange”; 5. Murilo de Quadros Jesus, 28 anos, é professor, formado em Letras Português e Inglês e mora em Curitiba; 6. Jucimara Fausto dos Santos é cozinheira na Associação dos Funcionários da Universidade Estadual do Maringá; 7. Ivan Baron, jovem potiguar com paralisia cerebral é referência na luta anticapacitista e considerado um dos embaixadores da inclusão; 8. Flávio Pereira, 50 anos, é natural de Pinhalão, estado do Paraná. Artesão, esteve na Vigília Lula Livre nos 580 dias ajudando nas atividades cotidianas.

Chama-nos a atenção, de imediato, o caráter democrático da representatividade do “Brasil Real” (citado por Ariano Suassuna), depois como uma resposta à gestão fascista e à cúpula ministerial formada exclusivamente por homens brancos, representantes da extrema-direita neoliberal, cujos discursos e ações promoveram uma “arquitetura da destruição” das conquistas sociais realizadas desde a Constituição Cidadã (1988). A imagem dos excluídos sociais subindo a rampa traduz pragmaticamente o desejo de participação no espaço público, outrora existente apenas de forma ideal e utópica dos cientistas sociais eticamente orientados pelo projeto solidário de inclusão social.

Para concluir

De modo concreto, na área acadêmico-jornalística, os trabalhos atuam contra a “guerra cultural”, *Fake News* e desinformação (Bucci, 2021; Castro Rocha, 2021, 2023; Perlatto, 2018). E aqui entra o contributo das mulheres jornalistas: *A pauta é uma arma de combate* (Moraes, 2022); *A máquina do ódio – Notas sobre uma repórter sobre fake News e violência* (Mello, 2020); *Nós, sobreviventes do ódio – Crônicas de um país devastado* (Serra, 2023). Cumpre notar, Márcia Tiburi é parte da bibliografia da maioria das escritoras, jornalistas e profissionais no campo da ação política.

Estudamos aqui particularmente os agenciamentos que distinguem as esferas públicas formais e esferas informais recentes, em modo avançado, pluralista e includente. E, observamos os procedimentos dos atores sociais em ação no mundo vivido (Habermas, 2014). Depois miramos os trabalhos de pesquisadores, jornalistas e profissionais de mídia investigativa na busca da “verdade factual”, enfrentando a obscuridade e atraso sociocultural e político gerado pelas *Fake News*, desinformação e “dissonância cognitiva”.

Além disso, colocamos em perspectiva a produção intelectual de Márcia Tiburi, no âmbito de um projeto mais amplo, em que pretendemos analisar o trabalho de outras profissionais. Por enquanto, focamos a performance filosófico-política de Márcia Tiburi, que pode contribuir na instância midiático-jornalística engajada na produção de informação e conhecimento para a redemocratização. E particularmente destacamos a sua ética-poética discursiva audiovisual (aulas, conferências e debates no *YouTube*), que nos alerta para a formação desse novo ambiente midiático-jornalístico, como uma “esfera pública feminina” irrigada pela filosofia, sociologia, psicanálise, história e antropologia, ao alcance de todos, e que solicita um olhar mais detido dos profissionais da área.

Enfim, esperamos assim contribuir para o debate sobre midiatização, jornalismo investigativo, ética-comunicativa, questões de gênero e participação feminina na redemocratização, a partir desse fragmento da pesquisa – ainda em fase de iniciação.

Referências

ADORNO, Theodor. **Estudos sobre a personalidade autoritária**. São Paulo Unesp, 2019

ANSELMINI, Priscila; CRISTIANETTI, Jessica. Minorias e a Busca pelo Reconhecimento no Estado Democrático de Direito: Uma abordagem a partir de Jurgen Habermas e Nancy Fraser. **Revista Jurídica CESUMAR**, v. 20, n. 1, jan./abr. 2020. Disponível em: <https://periodicos.unicesumar.edu.br/index.php/revjuridica/article/view/7819>. Acesso em: 24 ago. 2025.

ARENDT, H Hannah. **Eichmann em Jerusalém**: um relato sobre a banalidade do mal. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

BENHABIB, Seyla. **Las reivindicaciones de la cultura**: Igualdad y diversidad en la era global. Barcelona: Katz, 2006.

BENHABIB, Seyla. Sobre um modelo deliberativo de legitimidade democrática. In: WERLE SOARES (org.). **Democracia deliberativa**. São Paulo: Editora Singular, 2007.

BENJAMIN, Walter. Sobre o Conceito de História. In: **Obras Escolhidas**, 1994. p. 222-234.

BRESSIANI, Nathalie. Redistribuição e reconhecimento. Nancy Fraser entre Jürgen Habermas e Axel Honneth. **Dossiê – Caderno CRH**, v. 24, n. 62, ago. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/VyptqKwdK4JyfWr5SkHQkfJ/?lang=pt#>. Acesso em: 24 ago. 2025.

BUCCI, Eugênio. **A superindústria do imaginário**: Como o capital transformou o olhar em trabalho e se apropriou de tudo que é visível. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

CASTRO ROCHA, João Cesar. **Bolsonarismo**. Da Guerra Cultural ao Terrorismo Doméstico. Belo Horizonte: Autêntica, 2023.

CASTRO ROCHA, João Cesar. **Guerra Cultural e Retórica do Ódio – Crônicas de um Brasil pós-político**. Goiânia: Editora e Livraria Caminhos, 2021.

CORREIO BRAZILIENSE, Escritora Marcia Tiburi revela que deixou o país após ameaças de morte. **Correio Braziliense**, 11 mar. 2019. Disponível em: https://www.correobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2019/03/11/interna_politica,742248/escritora-marcia-tiburi-revela-que-deixou-o-pais-apos-ameacas-de-morte.shtml. Acesso em: 25 ago. 2025.

DA EMPOLI, Giuliano. **Os Engenheiros do caos**. Porto Alegre: Vestígio, 2022.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O anti-édipo**. São Paulo: Editora 34, 2011.

DI FELICE, Massimo. **Paisagens Pós-Urbanas**. As formas comunicativas do habitar. São Paulo: Annablume, 2009.

FISCHER, Max. **A máquina do Caos**. Como as redes reprogramaram nossa mente e nosso mundo. S.Paulo: Todavia, 2023.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da Biopolítica**. S. Paulo: Martins Fontes, 2007.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Petrópolis, Vozes, 2013.

FRASER, Nancy. Rethinking the Public Sphere: A Contribution to the Critique of Actually Existing Democracy. In: FRASER, N. **Habermas and the Public Sphere**. Mass: The MIT Press, 1992.

GONZALEZ, Mariana. Márcia Tiburi volta ao Brasil após 4 anos exilada: 'Quero me sentir em casa.

Esse é um direito meu'. **Marie Claire**, 07 jun. 2023. Disponível em:

<https://revistamarieclaire.globo.com/retratos/noticia/2023/07/marcia-tiburi-volta-ao-brasil-apos-4-anos-exilada-quero-me-sentir-em-casa-esse-e-um-direito-meu.ghtml>. Acesso em: 25 jun. 2025.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança Estrutural da Esfera Pública**: investigações sobre uma categoria da sociedade burguesa. Tradução: Denilson Luís Werle. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

HABERMAS, Jürgen. **Também uma História de Filosofia**: a constelação ocidental de fé e saber – v.1. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2019.

HABERMAS, Jürgen. **Também uma História de Filosofia**: a liberdade racional – traços do discurso sobre fé e saber – v.2. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2019.

HABERMAS, Jürgen. **Teoria da Ação Comunicativa**. São Paulo: Editora Unesp, 1981.

14

HABERMAS, Jürgen. **Uma nova mudança estrutural da esfera pública e a política deliberativa**. São Paulo: UNESP, 2023.

HAN, B.C. **Infocracia**. Digitalização e a crise da democracia. Petrópolis: Vozes, 2022.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Império**. São Paulo: Record, 2001.

MELLO, Patrícia Campos. **A Máquina do Ódio**: Notas sobre uma repórter sobre fake News e violência. S. Paulo: Companhia das Letras, 2020.

MISKOLCI, Richard. **Batalhas Morais**. Política Identitária na Esfera Pública Técnico Midiatizada. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2021.

MOITA, Cristiano. A Esfera Pública Digitalizada. Resenha do livro Uma nova mudança estrutural na esfera pública e na política deliberativa, 2022. **Revista Brasileira de Sociologia do Direito**, v. 10, n. 2, mai./ago. 2023. Disponível em:

<https://revista.abrasd.com.br/index.php/rbsd/article/download/749/333/>. Acesso em: 24 ago. 2025.

MORAES, Fabiana. **A pauta é uma arma de combate**. Porto Alegre: Editora Arquipélago Editorial, 2022.

PERLATTO, Fernando. **Esferas públicas no Brasil**. Curitiba: Appris, 2018.

REICH, Wilhelm. **Psicologia de massas do fascismo**. São Paulo: Martins Fontes, 2019.

SERRA, Cristina. **Nós, sobreviventes do ódio**: Crônicas de um país devastado. Rio de Janeiro: Editora Máquina de Livros, 2023.

TIBURI, Márcia. **Como conversar com um fascista**. Rio de Janeiro: Record, 2015.

TIBURI, Márcia. **Como derrotar o turbotecnomachonazifascismo**. Rio de Janeiro: Record, 2020.

TIBURI, Márcia. **Feminismo em comum**. Para todos, todas e todes. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 2018.

TIBURI, Márcia. **Filosofia prática**: Ética, vida cotidiana, vida virtual. Rio de Janeiro: Record, 2016.

TIBURI, Márcia. **Olho de vidro**. A televisão e o estado de exceção da imagem. São Paulo: Record, 2011.

TIBURI, Márcia; WILLYS, Jean. **O que não se pode dizer**. Experiências do Exílio. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022.

Submissão: 28 out. 2024

Aceite: 09 jun. 2025

O *ethos* jornalístico à luz do Prêmio Esso de Jornalismo: reconfigurações da reportagem entre 2006 e 2015

The journalistic *ethos* in light of the Esso Journalism Award: reconfigurations of reporting between 2006 and 2015

Luan Pazzini Bittencourt¹

Resumo

Este artigo analisa transformações no *ethos* jornalístico a partir da leitura crítica de reportagens vencedoras do Prêmio Esso de Jornalismo, entre 2006 e 2015. Com base em protocolo metodológico e em referenciais sobre identidade profissional, foram examinadas dez reportagens da categoria Reportagem, classificadas em interesse humano, político e econômico. A análise mostra a coexistência de múltiplos *ethos* jornalísticos, vinculados às mudanças estruturais da profissão, à reorganização das rotinas produtivas e à emergência de novas formas de legitimização. O estudo contribui para compreender as reconfigurações da reportagem no século XXI e seus vínculos com a credibilidade, a subjetividade e a função social do jornalismo.

Palavras-chave: Ethos jornalístico. Identidade profissional. Reconfiguração da reportagem.

1

Abstract

This article analyzes transformations in the journalistic *ethos* based on a critical reading of reports awarded the Esso Journalism Prize between 2006 and 2015. Using a methodological protocol and theoretical references on professional identity, ten award-winning reports in the Reporting category were examined and classified by human, political, and economic interest. The analysis reveals the coexistence of multiple journalistic *ethos*, linked to structural changes in the profession, the reorganization of production routines, and the emergence of new forms of legitimacy. The study contributes to understanding how reporting has been reconfigured in the 21st century and how it relates to credibility, subjectivity, and journalism's social role.

Keywords: Journalistic ethos. Professional identity. Reconfiguration of Reporting.

¹ Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Mestre em Ciências da Comunicação e graduado em Comunicação Social – Jornalismo pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). E-mail: luanpazzini1@gmail.com

Introdução

Fazer jornalismo é contar uma versão da história. A reportagem é uma dessas versões e pode ser considerada a mais completa, ocupando posição de prestígio dentro da profissão, sendo muitas vezes entendida como a “essência da profissão, como a forma mais verdadeira de ser jornalista” (Traquina, 2005, p. 43). Ela constitui um elemento central na construção da identidade profissional do jornalista, orientando modos de atuação e expectativas sociais sobre seu papel.

A prática da reportagem estabelece parâmetros construídos tanto em instâncias internas quanto a partir de expectativas sociais, derivadas de um “contrato de comunicação” (Charaudeau, 2013) ou de um “acordo prévio” sobre ações e funções esperadas entre quem produz e recebe a informação. Nesse sentido, o jornalismo combina dimensões técnicas, éticas e sociais, articulando a objetividade informativa e a subjetividade do repórter.

O conceito de *ethos* missionário designa um conjunto de valores, princípios e crenças que orientam a prática jornalística com o objetivo de servir o interesse público, promover mudanças sociais e responder às transformações estruturais do jornalismo, como digitalização, precarização das condições de trabalho e novas formas de legitimação profissional. Este *ethos*, discutido por Vieira (1991) e Oliveira (2005) como representação do jornalista herói ou defensor social — fenômeno que Vieira denominou complexo de Clark Kent —, foi retomado por Traquina (2004), ao identificar que parte da identidade jornalística se construiu como missão social: revelar injustiças, defender os mais vulneráveis e buscar a verdade.

Nesse processo, é importante considerar que os jornalistas não atuam isoladamente, mas inseridos em uma comunidade interpretativa (Zelizer, 2000), na qual a credibilidade se constrói mais por práticas e interpretações profissionais do que por regras técnicas estritas. Nessa perspectiva, a subjetividade do repórter não é um desvio da objetividade, mas uma dimensão constitutiva da prática jornalística, que se manifesta em escolhas de pauta, narrativas e visibilidade concedida aos sujeitos retratados.

O objetivo deste artigo é compreender como a reportagem se reconfigura diante das transformações estruturais do jornalismo, observando de que maneira essas mudanças se expressam nas reportagens vencedoras na categoria Reportagem do Prêmio Esso, entre 2006 e 2015. Por “transformações estruturais”, entende-se processos como digitalização das rotinas produtivas, convergência tecnológica, precarização do trabalho, plataformação da circulação e alterações nos critérios de legitimação profissional.

Parte-se do entendimento de que o *ethos* jornalístico, enquanto construção discursiva e identitária, se transforma ao longo do tempo, refletindo mudanças nas rotinas, nas condições de trabalho e nas estratégias profissionais adotadas pelos repórteres. A análise busca responder às seguintes questões: (1) quais marcas de objetividade e subjetividade podem ser observadas nas reportagens premiadas? E (2) de que forma essas marcas ajudam a compreender a reconfiguração da reportagem diante das transformações estruturais do jornalismo?

A investigação é feita a partir da leitura de dez reportagens premiadas na categoria Reportagem, utilizando o protocolo metodológico que permite identificar marcas do *ethos* jornalístico nas dimensões normativa, técnica e organizacional (Silva; Maia, 2011). Todas as reportagens analisadas foram publicadas em jornais impressos, reforçando a centralidade desses veículos como instâncias de legitimação profissional no período analisado.

O protocolo adotado permite apreender o acontecimento jornalístico em uma instância intermediária entre o trabalho de bastidores da redação e a análise do conteúdo e discurso, possibilitando observar como a subjetividade e a objetividade se manifestam na prática da reportagem, sem comprometer o rigor jornalístico.

3

O *Ethos* missionário do jornalista e as múltiplas identidades contemporâneas

O *ethos* missionário do jornalista está relacionado a um conjunto de valores, princípios e crenças que orientam sua prática profissional, cujo objetivo é servir o interesse público, promover mudanças sociais e lidar com as transformações estruturais do jornalismo mencionadas na introdução, como digitalização, precarização e novas formas de legitimação profissional. O conceito de *ethos* missionário surge em estudos sobre identidade profissional do jornalista, especialmente a partir de autores como Vieira (1991) e Oliveira (2005), que discutem as imagens simbólicas do jornalista como herói, defensor da sociedade ou “super-homem”.

Traquina (2004) também destaca essa dimensão ao identificar que parte da identidade jornalística se construiu como missão social: revelar injustiças, defender os mais fracos e buscar a verdade. Assim, o termo designa um *ethos* que ultrapassa a prática técnica e assume um papel de transformação social, orientado pelo compromisso com o interesse público e com a função democrática do jornalismo.

Para Vizeu (2008), esse processo de construção de imagens e representações não se dá apenas no campo restrito do código jornalístico, mas também por meio de outros discursos sociais que moldam as unidades discursivas do repórter. Isso evidencia que a

subjetividade e a autoria do repórter são centrais para a prática jornalística, sem depender de uma narrativa ficcional. Isso reforça a ideia de que o trabalho do jornalista não é algo mecânico ou superficial, mas envolve uma responsabilidade social diante do público.

É possível afirmar, então, que o *ethos* missionário do jornalista, está ligado à identidade jornalística, tanto como identidade social quanto como identidade do grupo profissional. Para Grando (2012, p. 98), o *ethos* determina como o discurso do jornalista é produzido e recebido pela sociedade, “diz respeito às imagens mobilizadas discursivamente pelo locutor, como estratégia argumentativa para conquistar a adesão do auditório ao seu discurso”.

Essa perspectiva se relaciona com a ideia de objetividade, difundida nos manuais de redação e vinculada ao positivismo, que orienta a elaboração de relatos “imparciais” dos fatos. Trata-se de uma atitude proativa na busca da verdade, na defesa dos direitos humanos e na denúncia de injustiças. Os jornalistas, com um *ethos* missionário, exercem maior autonomia e autoria na produção da reportagem, refletindo marcas de subjetividade que coexistem com os valores de objetividade.

Essa separação se vincula à chamada “construção de um *ethos* que confere certa legitimidade ao lugar social do jornalista” (Traquina, 2004, p. 10), legitimidade que também se estende aos acordos sociais firmados entre quem enuncia e o seu interlocutor. Um exemplo é a credibilidade, valor profissional que pode ser analisado em duas dimensões: a credibilidade percebida, vinculada à forma como o público avalia o jornalista, e a credibilidade constituída, derivada dos dispositivos institucionais e profissionais que legitimam a prática. Para Traquina (2004) e Zelizer (2000), este processo de construção de credibilidade é central: Zelizer, por exemplo, observa que os jornalistas formam uma comunidade interpretativa, na qual a confiança se constrói mais por práticas e interpretações compartilhadas do que por regras técnicas.

Traquina (2004) destaca que, entre os principais valores que normatizam o fazer profissional estão a liberdade e a objetividade. A liberdade pode ser relacionada ao *ethos* do jornalista, como membro fiscalizador crítico de uma estrutura, vinculada à independência e à autoridade que fortalecem a credibilidade do profissional perante a sociedade. Já a objetividade, formato padronizado da notícia, começou a se desenvolver concomitantemente à afirmação da imprensa como negócio, no final do século XIX e início do XX, período marcado pelo amadurecimento da democracia ocidental (Traquina, 2005).

O *ethos* jornalístico passou por diversas mudanças até chegar ao século XXI, época marcada por transformações no ambiente midiático, no contexto educacional e profissional,

que colocaram à prova elementos da identidade jornalística. A passagem do século XIX para o XX marca o início da sedimentação da narrativa jornalística no Brasil, momento em que a reportagem dá os seus primeiros passos em busca de sua emancipação, afastando-se da Literatura. Esse processo abre caminho para uma transformação mais profunda, que afeta não apenas o modelo de negócio, mas também a fragmentação social acumulada ao longo dos anos.

O desenvolvimento da reportagem brasileira pode ser melhor compreendido a partir de experiências inovadoras em diferentes momentos históricos. A revista *Senhor*, nos anos 1960, inaugurou um estilo de jornalismo cultural e reflexivo, com textos longos, forte autoria e diálogo com a literatura. Na mesma década, a revista *Realidade* se consolidou como um marco da reportagem interpretativa, com narrativas extensas, grande investimento em apuração e atenção ao cotidiano das pessoas comuns, influenciando várias gerações de repórteres. Já a *Veja*, criada em 1968, buscou dar destaque a reportagem como elemento central de sua identidade como revista semanal de informação, articulando investigação, interpretação e rigor factual.

No campo dos jornais, o *Jornal da Tarde*, lançado em 1966 em São Paulo, inovou ao apostar em linguagem visual, design gráfico e reportagens aprofundadas, rompendo com o modelo excessivamente rígido dos diários tradicionais. Essas experiências revelam como a reportagem no Brasil se consolidou em diálogo com tendências internacionais, mas também com forte enraizamento local, permitindo a emergência de um *ethos* profissional marcado pela articulação entre objetividade, subjetividade e compromisso social.

Mesmo sofrendo forte influência capitalista, o jornalismo busca sobreviver à reestruturação econômica mundial, imposta pela fusão ou desaparecimento de conglomerados de mídia. A partir disso, “criam-se monopólios e reduz-se o pluralismo das vozes que falam nos meios de comunicação; e aumenta a dominação dos grupos que detêm esses veículos” (Kischinhevsky, 2009, p. 58). Em um cenário em que a credibilidade e a confiança no jornalismo estão postos à prova, é categórico afirmar que estudar o *ethos* missionário do jornalista se torna ainda mais relevante, pois “os jornalistas experimentaram a queda ou o enfraquecimento dos próprios mitos que, durante décadas, coloriram a aura da profissão (o super-homem, o defensor da sociedade e dos mais fracos etc.)” (Oliveira, 2005, p. 42).

Os repórteres, ao adotarem uma abordagem comprometida com a ética e a responsabilidade social, reconstruem a confiança do público ao reafirmarem o papel crucial do jornalismo na democracia. Dessa forma, o *ethos* jornalístico está se modificando, conforme

acontem mudanças no mercado e na própria precarização da profissão, acarretando novas identidades jornalísticas e marcas de subjetividade na prática do repórter. Oliveira, Mello e Silva (2017) destacam que o *ethos* tradicional, baseado na imparcialidade, passa a coexistir com novas subjetividades marcadas pelo empreendedorismo e engajamento pessoal. Lopes (2013) aponta a ausência de consenso sobre a identidade do jornalista, evidenciando a fragmentação do *ethos*. Zelizer (2000) reforça que essa fragmentação ocorre dentro da comunidade interpretativa, em que a credibilidade se constrói por práticas e interpretações compartilhadas entre jornalistas.

Reconfiguração da reportagem à luz do Prêmio Esso de Jornalismo

No exercício jornalístico, em seu contexto histórico, é possível observar a anulação do sujeito na profissão, utilizando como mecanismo de afirmação o status de verdade e o cientificismo. Essa anulação se insere nas transformações estruturais do jornalismo, como a consolidação da objetividade, a padronização das redações e o surgimento de regras de apuração que deslocam o jornalista enquanto sujeito enunciador. Ela remonta às mudanças da imprensa no final do século XIX e início do XX, quando a objetividade se consolidou como valor profissional e passou a ser apresentada como um método científico aplicado à notícia (Schudson, 2010; Traquina, 2005). Nesse processo, o jornalista foi gradualmente afastado como sujeito, e a reportagem passou a ser legitimada pela ideia de neutralidade e distanciamento pessoal.

As premiações jornalísticas, nesse contexto, funcionaram como instâncias de certificação do “bom procedimento” profissional. Segundo Castilho (2008), o Prêmio Esso teve caráter prescritivo ao reforçar critérios de objetividade — como isenção, imparcialidade, anulação do sujeito e valorização da função do repórter — em detrimento do jornalismo literário. A partir de 2010, porém, o regulamento (ExxonMobil, 2010) e análises recentes (Moraes, 2022) indicam uma mudança de ênfase: passaram a ser reconhecidas também qualidades subjetivas, como coragem, esforço e perseverança, sinalizando a valorização da autoria, da interpretação e do compromisso ético do repórter.

Criado em 1956 como Prêmio Esso de Reportagem, o prêmio passou a ter várias categorias. Segundo Castilho (2008), a ideia foi de Ney Peixoto do Vale, que buscou a Associação Brasileira de Imprensa (ABI) para dar credibilidade ao projeto, já que a premiação era promovida por uma multinacional. A primeira edição, em 1955, premiou a reportagem *Uma tragédia brasileira: os paus-de-arara*, publicada na revista *O Cruzeiro*, em 22 de outubro de 1955, escrita por Mário de Moraes e Ubiratan de Lemos. A reportagem retratava a saga dos fugitivos da seca do Nordeste, em busca de empregos e ilusões no Sul do País.

Em sua 11^a edição, em 1966, foi criada a categoria Prêmio Esso de Reportagem. Na ocasião, os premiados foram o repórter Luiz Fernando Mercadante e o fotógrafo Walter Firmo, da *Revista Realidade*, com a reportagem *Brasileiros Go Home*. Mercadante e Firmo acompanharam durante três semanas a presença de tropas brasileiras na República Dominicana. Até 2015, em sua 60^a edição, o Prêmio Esso de Jornalismo premiou 41 produções na categoria Reportagem. Durante a sua história, em 19 edições, ou a categoria reportagem não havia sido criada, ou a Comissão julgadora decidiu por não conceder o prêmio.

Para auxiliar a análise das reportagens, foi adotado como referência o protocolo metodológico de análise de cobertura jornalística em textos impressos, capaz de apresentar no “produto publicado elementos do processo de elaboração do acontecimento como notícia, oferecendo um método complementar aos estudos de newsmaking, às análises de conteúdo e de discurso” (Silva; Maia, 2011, p. 21).

A escolha das categorias “interesse humano”, “interesse político” e “interesse econômico” está relacionada aos principais enfoques temáticos observados nas reportagens premiadas. Essas categorias permitem identificar sistematicamente como as transformações estruturais do jornalismo se expressam na prática da reportagem e como a subjetividade do repórter se manifesta nos textos. Tais categorias ajudam a evidenciar marcas de autoria, decisões interpretativas do jornalista e dimensões do *ethos* jornalístico. Elas também dialogam com as dimensões propostas por Silva e Maia (2011) — normativa, técnica e organizacional — na medida em que:

7

- As reportagens de interesse humano frequentemente mobilizam a dimensão técnica, pois envolvem escolhas de linguagem, estilo e construção narrativa com forte apelo subjetivo e sensível;

- As reportagens de interesse político refletem fortemente a dimensão normativa, ao colocarem em pauta questões de legalidade, controle público e responsabilidade institucional;

- As reportagens de interesse econômico se relacionam à dimensão organizacional, ao exporem dinâmicas sistêmicas, decisões políticas e relações estruturais entre poder público e setor privado.

Dessa forma, as categorias não são arbitrárias, mas funcionam como instrumento metodológico que, aliado ao protocolo de Silva e Maia (2011), permite uma análise crítica do *ethos* jornalístico projetado pelas reportagens vencedoras. Observa-se a coexistência de diferentes expressões de *ethos* e a construção da credibilidade jornalística, tanto percebida quanto constituída, em múltiplas dimensões (Zelizer, 2000).

A análise seguiu três etapas: (1) leitura das reportagens, atentando às estratégias discursivas, temas e estrutura; (2) aplicação do protocolo de Silva e Maia (2011), focando nas dimensões normativa, técnica e organizacional para reconhecer marcas do processo produtivo; e (3) categorização temática em interesse humano, político e econômico, com base nas regularidades e ênfases.

A triangulação desses procedimentos permitiu identificar elementos de reconfiguração da prática e do *ethos* jornalístico, e demonstrar como os jornalistas formam uma comunidade interpretativa, cuja credibilidade se constrói mais pelas práticas e interpretações que pelas regras técnicas formais, evidenciando as mudanças estruturais e de valores na produção da reportagem.

Classificação das reportagens

Para organizar a análise das reportagens premiadas na categoria reportagem, adotou-se a seguinte classificação: interesse humano, interesse político e interesse econômico. Essa divisão baseia-se nos enfoques temáticos recorrentes nos textos e permite identificar como as transformações estruturais do jornalismo se refletem na prática da reportagem.

8

As reportagens de interesse humano apresentam informações apuradas com rigor, incluindo cobertura de políticas públicas e espaço para a voz dos cidadãos, confrontando-a com a atuação das autoridades. Retratam histórias de pessoas frequentemente não ouvidas (Moraes, 2022) no jornalismo cotidiano, em textos mais longos que humanizam os personagens e suas trajetórias. Podem ser publicadas como séries, cadernos especiais ou reportagens únicas. Evidenciam marcas de subjetividade do repórter, mobilizando a dimensão técnica do trabalho jornalístico, por meio da narrativa e da observação sensível dos contextos sociais.

As reportagens de interesse político têm como foco a fiscalização de políticos, juízes, delegados e os bastidores do poder nos três Poderes, assim como as relações entre setores público e privado. Utilizam documentos, gravações e entrevistas como recursos para reforçar a veracidade, ocupam lugar de destaque nas páginas e geram ampla repercussão. Podem ser publicadas como séries ou na cobertura diária, geralmente nas editorias de política. Essa categoria reflete a dimensão normativa do jornalismo, evidenciando valores de legalidade, responsabilidade e controle público.

As reportagens de interesse econômico ganham importância crescente, trazendo informações ou denúncias com fontes oficiais e falas de cidadãos e autoridades. São explicativas, ocupam páginas de destaque e, muitas vezes, não são longas. Estes textos se

relacionam à dimensão organizacional, pois expõem dinâmicas sistêmicas, decisões políticas e relações estruturais entre o setor público e o privado, contribuindo para a compreensão de temas econômicos complexos.

O quadro 1 apresenta a categorização das reportagens analisadas, indicando ano de premiação, título, veículo e categoria.

Quadro 1 – Categorização das reportagens

Ano de premiação	Título da reportagem	Veículo	Categoria
2006	Adeus, futuro	Jornal Extra	Interesse humano
2007	O Livro Secreto do Exército	Estado De Minas	Interesse político
2008	Os brinquedos dos anjos	Correio Braziliense	Interesse humano
2009	Dos atos secretos aos secretos atos de José Sarney	O Estado de S. Paulo	Interesse político
2010	Dossiê traz dados sigilosos da receita contra tucanos	Folha de São Paulo	Interesse político
2011	O nascimento de Joicy	Jornal do Commercio (Recife)	Interesse humano
2012	Filho da Rua	Zero Hora	Interesse humano
2013	Na Mira dos EUA	O Globo	Interesse Político
2014	Farra de aditivos na refinaria Abreu e Lima	O Globo	Interesse Político
2015	Anda e Para	O Globo	Interesse econômico

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

Essa classificação permite compreender padrões temáticos e operacionais das reportagens, revelando como o *ethos* jornalístico se manifesta em diferentes contextos. Além disso, facilita a análise das transformações estruturais do jornalismo, evidenciadas na abordagem de temas e na construção da narrativa pelos jornalistas premiados.

Reportagens de interesse humano

Nas quatro reportagens analisadas, diferentes temas são abordados: infância, educação, tráfico de drogas, habitação, segurança e políticas públicas. Essas matérias evidenciam que o trabalho do jornalista, ao se colocar diante do outro, não é mecânico ou superficial; o grau de nomeação da realidade em palavras envolve escolhas interpretativas conscientes e decisões de autoria.

Todas as reportagens foram publicadas em jornais de diferentes regiões do país: uma no Rio de Janeiro (*Jornal Extra*), uma em Brasília (*Correio Braziliense*), uma em Recife (*Jornal do Commercio*) e uma em Porto Alegre (*Zero Hora*). Esse recorte geográfico revela um movimento importante: a valorização do jornalismo produzido fora do tradicional eixo Rio de Janeiro – São Paulo. Historicamente, a maior parte das premiações do Prêmio Esso concentrou-se nesses dois centros, dada a estrutura robusta e o peso institucional que

exercem na imprensa brasileira (Castilho, 2008a). A presença de reportagens premiadas de outras regiões evidencia uma ampliação do reconhecimento profissional e a legitimação da produção regional, antes muitas vezes invisibilizada.

Nas reportagens de interesse humano, a observação do cotidiano das pessoas continua sendo um processo central, mas não exclusivo. Os detalhes da vida dos indivíduos e grupos retratados são valorizados, evidenciando a subjetividade do jornalista e a construção interpretativa da narrativa. Esse jornalismo de subjetividade projeta uma abordagem mais humanizada, buscando articular as vivências do repórter com a veracidade dos fatos (Moraes, 2022).

Apesar de abordar temas diversos, as quatro reportagens tratam da dificuldade de acesso a políticas públicas essenciais. Em 2024, o IBGE apontou que mais de 58 milhões de brasileiros tinham restrição de acesso à educação. Além disso, o Censo de 2022 revelou que 49 milhões de habitantes do Brasil ainda não tinham acesso à rede de esgoto e 4,8 milhões não possuíam acesso à água encanada. Nesse contexto, as reportagens cumprem um papel social, promovendo visibilidade e atenção às vozes pouco ouvidas.

Apresentam textos longos, carregados de marcas subjetivas, sem perder a objetividade jornalística. A objetividade se manifesta na apuração rigorosa, na verificação cruzada de informações, na presença de fontes oficiais e no equilíbrio entre diferentes vozes.

Por exemplo:

- Em *Adeus, futuro*, o repórter Eduardo Auler baseia suas conclusões em 150 entrevistas e visitas a mais de cinquenta escolas, conferindo densidade factual à reportagem.
- Em *O nascimento de Joicy*, a jornalista Fabiana Moraes recorre a dados institucionais, entrevistas médicas e documentos do sistema de saúde, ancorando a subjetividade em elementos verificáveis e transparentes para o leitor.

Da apuração dos fatos até a publicação, Moraes acompanhou, durante cinco meses, a cabeleireira Joicy Melo da Silva, de 51 anos, em Alagoinha (PE), durante a cirurgia de redesignação sexual. O procedimento representou uma escolha pessoal e um direito de difícil acesso, mostrando o compromisso ético e a sensibilidade do jornalista na narrativa.

A reportagem *Filho da Rua*, escrita por Letícia Duarte e publicada no Jornal *Zero Hora*, levou três anos para contar a trajetória de Felipe (nome fictício), garoto de rua em Porto Alegre. O trabalho transformou-se em um caderno especial de 16 páginas. Essa matéria evidencia o papel do jornalismo na construção social da realidade. Mostra como o repórter

seleciona quem é lembrado ou esquecido e contribui para preservar a memória coletiva (Nora, 1984).

Em *Os brinquedos dos anjos*, Beatriz Magno e José Varella abordam as brincadeiras de crianças nas favelas cariocas. O trabalho virou caderno especial, com fotos produzidas pelas próprias crianças, reforçando a diversidade de perspectivas e a colaboração entre repórter e fonte.

Em *Adeus, futuro*, Eduardo Auler realizou um trabalho de apuração de quatro meses, entrevistando 150 pessoas e visitando mais de cinquenta escolas. Seus cálculos revelaram que, a cada dia, a rede pública do Estado do Rio de Janeiro perdia cerca de 800 alunos, demonstrando como a subjetividade do repórter dialoga com dados precisos para construir uma narrativa jornalística consistente.

As reportagens apresentam vozes múltiplas, como autoridades e vozes de pessoas cujas perspectivas são pouco ouvidas. Por meio da descrição detalhada de ambientes, sons, cheiros e interações, a perspectiva do repórter é claramente perceptível, sem substituir os relatos das fontes, reforçando a ideia de comunidade interpretativa (Zelizer, 2000).

A voz do jornalista, às vezes em primeira pessoa, aparece em três das quatro reportagens. Essa estratégia evidencia a autoria e o estilo interpretativo, mantendo-se coerente com a tradição de textos jornalísticos que combinam narrativa e factualidade.

As reportagens de interesse humano se afastam do modelo de furo tradicional, característico do jornalismo moderno do século XIX, ao priorizar a profundidade, o acompanhamento prolongado e a construção de um *ethos* sensível, comprometido com a dignidade das fontes e a visibilidade social.

Reportagens de interesse político

Nas cinco reportagens de interesse político, diferentes temas são abordados: política, bastidores do poder, denúncias, assassinatos, sequestros, Ditadura Militar, ativistas políticos, Estado, desaparecidos políticos e espionagem. A busca por furos e denúncias é uma marca central, mas sempre permeada pelas escolhas interpretativas do jornalista, que decide quais fatos e vozes destacar.

Essas reportagens se aproximam do jornalismo investigativo, embora seja necessário contextualizar o conceito. De acordo com Christofoletti e Karam (2015), o jornalismo investigativo é caracterizado pela apuração sistemática e prolongada, orientada à revelação de fatos deliberadamente ocultados de interesse público. Seane (2022) acrescenta que se trata de um fazer ético-político, comprometido com a denúncia e a desconstrução de discursos oficiais. Nem toda reportagem aprofundada pode ser classificada como investigativa

— é preciso que envolva o desvelamento de zonas de silêncio e o enfrentamento de interesses poderosos. Nesse sentido, as matérias analisadas, ao trazer documentos confidenciais ou revelar esquemas políticos, demonstram a atuação crítica e interpretativa do jornalista.

Quatro das cinco reportagens foram publicadas em veículos com sede no eixo Rio de Janeiro – São Paulo, enquanto algumas buscaram histórias fora desses centros, permitindo que fatos relevantes de outras regiões do país fossem investigados e trazidos ao público nacional.

Entre as premiadas, três denunciaram mandos e desmandos de políticos poderosos. Uma também expôs casos de corrupção sistêmica. A reportagem vencedora de 2007, *O Livro Secreto do Exército*, publicada pelo *Estado de Minas* e escrita por Lucas Figueiredo, mostra novas versões de fatos relacionados à Ditadura, desmentindo informações oficiais. O repórter organiza a narrativa de forma interpretativa, evidenciando seu papel ativo na reconstrução da memória histórica.

O livro detalha a prisão de militantes como Boanerges de Souza Massa e Kleber da Silva, cujos corpos nunca foram encontrados, reforçando indícios de assassinato sob custódia. Até então, o destino de Boanerges era desconhecido, mas os documentos revelam sua prisão em Goiás em 1971 e o posterior interrogatório.

Essas reportagens refletem a transição da imprensa brasileira após a nova Constituição, com o fortalecimento da democracia. Após anos de censura, os jornalistas puderam expressar pontos de vista, fiscalizar o poder público e denunciar abusos, fortalecendo o *ethos* crítico e ético da profissão.

A análise mostrou que, em média, os trabalhos passaram por três a quatro meses de apuração antes da publicação. Esse tempo de produção evidencia o compromisso do jornalista com o rigor investigativo e com a construção de narrativas sólidas e fundamentadas.

Todos os trabalhos foram publicados em jornais: duas em *O Globo*, uma na *Folha de S. Paulo*, uma no *O Estado de S. Paulo* e uma no *Estado de Minas*. *O Globo* recebeu os prêmios de Melhor Reportagem em 2013 (*Na Mira dos EUA*) e 2014 (*Farra de aditivos na refinaria Abreu e Lima*).

A reportagem Dossiê, vencedora do Prêmio Esso em 2010 e publicada pela Folha de S. Paulo, trouxe dados sigilosos da Receita contra tucanos², fiscalizando os bastidores do poder com enfoque no passado e aproximando-se do modelo de reportagem de interesse

² Tucanos – denominação dos membros do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB).

humano. A matéria evidencia a combinação de rigor técnico e sensibilidade interpretativa na apuração de fatos de relevância pública.

Na Mira dos EUA, publicada por *O Globo* e escrita por Roberto Kaz, José Casado e Glenn Greenwald, revelou a superestrutura de espionagem da *National Security Agency* (NSA) contra milhões de brasileiros, empresas e órgãos públicos. A investigação expõe o viés político da espionagem, destacando o papel interpretativo e crítico do jornalista na mediação da informação para o público.

Dos atos secretos aos secretos atos de José Sarney, publicada pelo *O Estado de S. Paulo*, detalha o uso de atos sigilosos no Senado em benefício de familiares e aliados de José Sarney. A matéria evidencia a atuação investigativa e ética dos jornalistas, que organizaram fatos complexos e documentos em narrativa comprehensível e relevante.

As sucessivas denúncias desencadearam a operação Boi Barrica³ e mostram que a prática jornalística não se limita à publicação de fatos: envolve decisões interpretativas, seleção de evidências e responsabilidade ética, sobretudo diante de censuras históricas ou restrições contemporâneas, como decisões judiciais e ataques nas redes sociais.

Assim, nas reportagens de interesse político, o *ethos* jornalístico se manifesta de forma investigativa e combativa, articulando rigor, ética e interpretação, reforçando a função do jornalista como fiscal do poder e mediador crítico do debate público.

Reportagens de interesse econômico

A única reportagem de interesse econômico analisada, *Anda e Para*, aborda temas como mobilidade urbana, qualidade de vida, carros, valor da gasolina, inflação e qualidade do ar. O foco da matéria revela a atenção do jornalista às implicações sociais e ambientais de decisões econômicas e políticas, evidenciando seu papel interpretativo na articulação dos dados para o público.

As editorias de economia tornaram-se, ao longo do tempo, cada vez mais importantes, ocupando espaços privilegiados e destacando a relevância da cobertura econômica no jornalismo. Historicamente, a editoria de economia era ocupada por economistas, mas o jornalismo contemporâneo passou a exigir que repórteres compreendessem, analisassem e comunicassem essas informações, assumindo papel ativo na interpretação e mediação das notícias.

³ STJ anula provas obtidas pela PF em investigação sobre filho de Sarney. Disponível em: https://veja.abril.com.br/coluna/reinaldo/stj-anula-provas-obtidas-pela-pf-em-investigacao-sobre-filho-de-sarney/?utm_source=chatgpt.com

A fase de censura aos meios de comunicação atingiu parcialmente as reportagens econômicas durante a Ditadura Militar (1964-1985), embora de forma menos intensa que as de interesse político. Mais recentemente, jornalistas também enfrentam pressões judiciais e intimidações em redes sociais, novas formas de restrição à liberdade de expressão.

Anda e Para, publicada entre 2 e 6 de novembro de 2014 no *O Globo*, mostra o nó da mobilidade urbana em Belo Horizonte, Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo, destacando o impacto social do incentivo ao uso de carros em detrimento do transporte de massa. A matéria apresenta uma radiografia detalhada das consequências dessas escolhas, revelando a habilidade do jornalista em organizar dados complexos e traduzir impactos estruturais para o leitor.

Observou-se, por exemplo, que os carros particulares recebem mais incentivos que o transporte público, resultando em cerca de 3,7 milhões de novos automóveis circulando anualmente. Isso leva a perdas médias de 1h30min no deslocamento diário dos brasileiros, uma informação contextualizada e analisada pelo repórter para destacar impactos sociais concretos.

A reportagem foi assinada por oito repórteres, demonstrando que o jornalismo frequentemente exige colaboração e múltiplas habilidades, como apuração, edição de textos e vídeos, produção multimídia e circulação em redes digitais. Essa configuração evidencia uma nova identidade jornalística, em que o repórter assume funções complexas e interdisciplinares, mas mantendo a autoria e o rigor investigativo.

Das dez reportagens analisadas, apenas *Anda e Para* enquadra-se na categoria econômica, possivelmente em razão da existência de uma categoria específica no Prêmio Esso. No entanto, a análise indica que a cobertura econômica segue tendências semelhantes às observadas nas reportagens políticas e de interesse humano, com maior ênfase na redação, na interpretação crítica e na articulação de informações estruturais, em vez do simples registro de fatos.

As três categorias — interesse humano, político e econômico — revelam distintas manifestações do *ethos* jornalístico:

- Nas reportagens de interesse humano, predomina um *ethos* sensível e humanizador, próximo ao *ethos* missionário (Oliveira, 2005), articulando dignidade das fontes, visibilidade social e compromisso ético.
- Nas reportagens políticas, o *ethos* é investigativo e combativo, centrado na fiscalização do poder e na ética da denúncia.

- Nas reportagens econômicas, predomina um *ethos* técnico-analítico, que combina interpretação de dados, mediação entre especialistas e público e atenção aos efeitos sociais das decisões econômicas.

Essas diferentes expressões do *ethos* jornalístico indicam a coexistência de múltiplas formas de legitimidade profissional e demonstram como os repórteres atuais articulam subjetividade, interpretação e rigor técnico para produzir narrativas socialmente relevantes.

Pistas para novas viagens

Sair em busca de uma boa reportagem, anotar os dados em um bloquinho de papel, retornar à redação, escrever o texto em uma máquina barulhenta e entregar as laudas ao editor. Durante quase um século, essa foi a rotina de um repórter de jornal impresso. A reportagem era escrita pelo repórter, que passava o texto para o editor, que encaminhava para o diagramador, que passava pela gráfica, distribuidores, até chegar às mãos do leitor. Era um processo linear, marcado por funções bem definidas e por uma noção clara de autoria individual.

Após a análise, é possível afirmar que as 10 reportagens premiadas, classificadas em três categorias — interesse econômico, interesse humano e interesse político — retrataram não apenas temas relevantes, mas também um período do jornalismo brasileiro em transformação, marcado pelas mudanças estruturais da profissão. O espaço para furos de reportagem diminuiu, devido à crescente circulação de informação via internet e à redução das equipes de jornalismo nas redações profissionais.

Os furos de reportagem, característicos da redemocratização, foram gradualmente cedendo espaço para reportagens de interesse humano, o que se associa a novas demandas editoriais e à reorganização das rotinas de trabalho. Essa transformação não implica menor exigência ou dedicação por parte dos repórteres, mas evidencia uma mudança nos focos de produção. As reportagens de interesse humano requerem trabalho cuidadoso de apuração, com escuta atenta, observação prolongada e atenção aos contextos sociais dos sujeitos envolvidos. Trata-se de uma produção jornalística que mobiliza outras formas de esforço profissional, centradas na aproximação com os personagens e na explicitação das dimensões humanas de temas de interesse público.

É possível perceber, também, que a credibilidade percebida e constituída é um fator presente nas reportagens, sendo um valor fundamental no jornalismo e na formação discursiva, que emerge “demarcada pelos valores-notícia próprios do jornalismo, não necessariamente dos temas quentes do cotidiano. Mas aquele conteúdo que é pautado com

o rigor que faz aparecer o acontecimento e seus embricamentos na corrente da dinâmica social" (Figaro; Roxo; Barros, 2018, p. 10).

Se levarmos em consideração a importância do Prêmio Esso, enquanto instância de consagração de um certo padrão de jornalismo praticado no Brasil, os resultados futuros podem indicar novas pistas sobre os caminhos da reportagem no país.

Em 2025, serão 10 anos sem o Prêmio Esso de Jornalismo, período em que jornalistas têm sido cada vez mais perseguidos pela radicalização política compartilhada em redes sociais. Também, neste período, o *ethos* jornalístico se transformou, alterando o trabalho de apuração de reportagem, que deixou de ser apenas uma empreitada solitária marcada por talentos pessoais e passou a valorizar a colaboração, a autoria e o compromisso ético do repórter (Sant'anna, 2018, p. 23).

Em síntese, a análise das reportagens premiadas pelo Prêmio Esso demonstra que o *ethos* jornalístico é múltiplo e dinâmico, em constante reconfiguração. Mais do que cristalizar modelos, a observação desse percurso convida à reflexão sobre os futuros possíveis da reportagem, seus vínculos com a democracia e o papel social que seguirá exercendo.

16

Referências

CASTILHO, Marcio de Souza. A presença da Esso na imprensa brasileira. **RuMoRes**, [S. I.], v. 2, n. 3, 2008. Disponível em: <https://revistas.usp.br/Rumores/article/view/51132>. Acesso em: 01 set. 2025.

CASTILHO, Marcio de Souza. O Prêmio Esso na constituição da identidade profissional do jornalista. BOCC. **Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação**, v. 1, p. 1-13, 2008a.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das Mídias**. Tradução de Angela M. S. Corrêa. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

CHRISTOFOLETTI, Rogério; KARAM, Francisco José. **Jornalismo Investigativo**: teoria e técnica. São Paulo: Contexto, 2015.

DIAS, Robson. Meritocracia na midiocracia: reflexões sobre Prêmios em Jornalismo na cultura profissional jornalística. **Revista FAMECOS**, v. 21, n. 2, p. 595-621, maio/ago. 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/1980-3729.2014.2.17236>. Acesso em: 01 set. 2025.

EXXONMOBIL. **REGULAMENTO PRÊMIO ESSO DE JORNALISMO 2010**. Disponível em: Registro de Títulos e Documentos da cidade do Rio De Janeiro (RJ). 15 de abril de 2010.

FIGARO, Roseli; ROXO, Michelle; BARROS, Janaina Visibeli. Estratégias de demarcação do *ethos* jornalístico na figura de novos arranjos do trabalho dos jornalistas. *In*: 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, São Paulo. **Anais** [...] São Paulo: Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, 2018.

FIGARO, Roseli; DA SILVA, Ana Flávia Marques. Precarização e plataformização no mundo trabalho dos jornalistas. *In: PATRÍCIO, Edgard (org.). Transformações no mundo do trabalho do jornalismo*. 1. ed. Florianópolis, SC: Editora Insular, 2022, p. 204-224.

GRANDO, Carolina Pompeo. **Elementos para um estudo da construção do ethos jornalístico**: análise da seção editorial de Carta Capital. 2012. Dissertação (Mestrado em Jornalismo) – Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

KISCHINHEVSKY, Marcelo. Convergência nas redações: mapeando os impactos do novo cenário midiático sobre o fazer jornalístico. *In: RODRIGUES, C. (org.). Jornalismo Online: modos de fazer*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2009.

LOPES, Fernanda Lima. **Ser jornalista no Brasil**: identidade profissional e formação acadêmica. São Paulo: Paulus, 2013.

MORAES, Fabiana. **A pauta é uma arma de combate**: subjetividade, prática reflexiva e posicionamento para superar um jornalismo que desumaniza. Porto Alegre: Arquipélago, 2022.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, n.10, p.7-28, dez. 1993. Disponível em:

<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101/8763>. Acesso em: 19 ago. 2025.

17

OLIVEIRA, Michelle Roxo. **Profissão jornalista**: um estudo sobre representações sociais, identidade profissional e as condições de produção da notícia. 2005. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Bauru, 2005.

OLIVEIRA, Michelle Roxo de; MELLO; SILVA, Leonardo. Empreendedorismo e novas formas de mobilização da subjetividade no mundo do trabalho: implicações possíveis sobre o ethos profissional do jornalista. **Contracampo**, Niterói, v. 36, n. 02, p. 79-92, ago./nov. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/contracampo.v36i2.1044> . Acesso em: 19 ago. 2025.

SANT'ANNA, Lourival. **O destino do jornal**: a Folha de S. Paulo, O Globo e o Estado de São Paulo na sociedade de informação. Rio de Janeiro: Record, 2018.

SCHUDSON, Michael. **Descobrindo a notícia**: Uma história social dos jornais nos Estados Unidos. Petrópolis: Vozes, 2010.

SILVA, Gislene; MAIA, Flávia Dourado. Análise de cobertura jornalística: um protocolo metodológico. **Revista Rumores**, edição 10, ano 5, jul./dez. 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.1982-677X.rum.2011.51250>. Acesso em: 02 set. 2025.

SEANE, Rafael. **Jornalismo investigativo e o interesse público**: apuração como ética da revelação. Florianópolis: Insular, 2022.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo I**: Porque as notícias são como são. Santa Catarina: Editora Insular, 2004.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo**: porque as notícias são como são. 2. ed. Florianópolis: Insular, 2005.

VIEIRA, Geraldinho. **Complexo de Clark Kent** – São super-homens os jornalistas? São Paulo: Summus, 1991.

VIZEU, Alfredo. A construção social da realidade e os operadores jornalísticos. **Revista FAMECOS**, [S. I.], v. 11, n. 25, p. 111–118, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/1980-3729.2004.25.3290>. Acesso em: 02 set. 2025.

ZELIZER, Barbie. Os jornalistas como comunidade interpretativa. *In*: Traquina, N. (org.) Jornalismo 2000. **Revista de Comunicação e Linguagens**. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, n.27, fev. 2000, p.50-65.

Submissão: 23 maio 2025

Aceite: 30 ago. 2025

O lugar formativo do jornalismo pós-pandemia de covid-19: a voz de jornalistas especialistas, a universidade e suas possibilidades

The formative place of journalism after the COVID-19 pandemic: the voice of specialist journalists, the university and its possibilities

Thalita Mascarelo da Silva¹

1

Resumo

O trabalho propõe uma discussão sobre o papel formativo em jornalismo no Brasil no que tange à especialização em ciência e, mais especificamente, em saúde, tendo como inquietação principal o marco paradigmático constituído pela pandemia e (des)infodemia de covid-19. Para isso, baseia-se em revisão bibliográfica, entrevistas com jornalistas especializados em ciência, saúde e ambiente, além de considerar a Universidade como um pilar de possibilidades que garantem o espaço necessário para que haja uma maior especialização na formação do futuro jornalista. Dessa forma, conclui-se que valorizar as especificidades do empírico tensionam critérios universais do jornalismo, favorecendo uma interdisciplinaridade bem-vinda para uma informação mais qualificada, podendo firmar o jornalista como um especialista/perito de um determinado conhecimento.

Palavras-chave: Formação em jornalismo. Jornalista. Jornalismo especializado.

Abstract

This paper proposes a discussion on the formative role of journalism in Brazil regarding specialization in science and, more specifically, in health, focusing primarily on the paradigmatic framework established by the covid-19 pandemic and (dis)infodemic. To this end, it is based on a literature review and interviews with journalists specializing in science, health, and the environment. It also considers the university as a pillar of possibilities that guarantees the necessary space for greater specialization for the future journalist. Thus, it is concluded that valuing the specificities of the empirical puts tension on universal criteria of journalism, favoring a welcome interdisciplinarity for more qualified information, which can establish the journalist as a specialist/expert in a certain knowledge.

Keywords: Journalism education. Journalist. Specialized journalism.

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Informação e Comunicação em Saúde na Fiocruz/ICICT, Mestra em Comunicação e Territorialidades pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Territorialidades da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Graduada em Comunicação Social/Jornalismo pela UFES. E-mail: thalitamascarelo@outlook.com

Introdução

A pandemia de covid-19 consiste em um marco global no que tange emergências sanitárias e sua vinculação irremediável com as ciências sociais e humanas. Devido à sua complexidade, precisa ser revisitada em um contínuo processo de reflexão interdisciplinar para construção de respostas diante de novos desafios que já são percebidos. Os impactos do momento crítico da covid-19 continuam reverberando com outras roupagens, como as novas elaborações de movimentos antivacina, alegando direitos civis e falta de confiança no governo (Costa; Silva, 2022). As consequências perpassam e ultrapassam a covid-19 e levam à diminuição das coberturas vacinais, o que resulta em baixa adesão individual e coletiva (Da Conceição Ramos *et al.*, 2023).

A informação e a comunicação, nesse contexto, são elementos imbricados no processo do direito à saúde e, para se entender o atual momento histórico e suas já evidentes consequências, é fundamental considerar a disseminação de informações de cunho científico e a multiplicação de desinformação em saúde (Lima, 2022). Por isso, a pandemia de covid-19 pode ser entendida como um marco paradigmático na contemporaneidade, o qual inseriu o jornalismo dentre as problemáticas, ao ser o espaço considerado prioritário para busca de informações verídicas sobre a, até então, desconhecida doença. Houve uma alta procura por informação confiável por parte do público. A Folha de S. Paulo, assim como outros veículos de comunicação, bateu recordes seguidos de visitações durante a pandemia, mesmo com questionamentos sobre a sua credibilidade e utilidade (Paul; Becker, 2020).

A cobertura jornalística de assuntos em meio a uma crise, como foi a covid-19, evidenciou uma imprensa despreparada: “[...] O New York Times dedicou um espaço importante aos médicos que fazem dieta para falar sobre epidemiologia; a TV já convidou um cirurgião de coluna para falar sobre a pandemia” (Paul; Becker, 2020, p. 80). Esses indícios demonstram que pautar saúde-doença demanda não apenas o aparato técnico, mas conhecimentos específicos que auxiliem a alcançar maior criticidade, por exemplo, perante as fontes de notícias. Ademais, noticiar a doença é ir além da doença: é preciso tomadas de decisão de enquadramento correlacionadas a conhecimento de área para que o jornalismo não se equipare à desinformação.

A partir desses apontamentos iniciais, questiona-se: qual o lugar social da formação em jornalismo no Brasil na atual conjuntura midiatisada de imbricamento entre saúde e (des)informação? É nesse cenário que se encontra a dualidade da crescente desvalorização

da profissionalização do jornalismo e da importância da formação acadêmica na qualificação ética, intelectual, técnica e não menos importante, especialista, do futuro jornalista.

Nesse sentido, para além das manifestações propriamente noticiosas – predominantes no jornalismo cotidiano – deve-se observar como se dá a especialização jornalística como um processo outro, que envolve demanda teórica-metodológica e epistemológica, tendo como pano de fundo a formulação de uma disciplina específica no curso de jornalismo, explicitando-se um movimento: o da reflexão sobre o universal a partir do tensionamento de particularidades e das processualidades que as constituem. E, uma vez realizado esse percurso, fundador daquilo que se pode/poderá tomar por Jornalismo Especializado, este último passa a estar sujeito, como campo de saber, às variações intrínsecas que seus próprios objetos, empíricos ou não, lhes enviam/enviarão e lhes solicitam/solicitarão. Algo que diz do fazer científico em geral e, acima de tudo, da relação fundante que este possui com a realidade para o qual ele se volta e da qual ele mesmo faz parte (Tavares, 2007, p. 129).

Considera-se, assim, fundamental a reflexão sobre a especialização, tomando como recorte o jornalismo científico e em saúde após a crise da pandemia de covid-19. Objetiva-se refletir sobre o jornalismo especializado e seu imbricamento entre preceitos universais do jornalismo e as especificidades dos objetos empíricos sobre os quais os jornalistas precisam se debruçar no cotidiano da profissão. Para isso, a discussão se baseia em revisão bibliográfica e dados empíricos de entrevistas com jornalistas, durante a pandemia de covid-19, que se especializaram em noticiar sobre assuntos da ciência e da saúde no Brasil.

3

Metodologia

Por ser uma pesquisa cujo tema se insere no repensar sobre a formação do jornalismo no Brasil, optou-se por uma busca bibliográfica, dentre os anos 2000 a 2020, a título de embasamento e revisão teórica, em dois bancos de dados nacionais: o Portal Brasileiro de Publicações e Dados Científicos em Acesso Aberto, Oasisbr, do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict) e a Scielo Brasil. Suas bibliotecas digitais não se restringem a publicações brasileiras, ao mesmo tempo em que reúnem significativos conteúdos científicos produzidos por pesquisadores de instituições brasileiras, publicados em sistemas agregadores de produção e dados científicos.

O foco da revisão da literatura foi identificar estudos que abordam o currículo na formação em comunicação e em jornalismo considerando ciência e, mais especificamente, saúde. Dos que tematizaram jornalismo e ciência e/ou saúde, a maioria dos resultados se concentrou no fator da divulgação científica e popularização da ciência pelas universidades, além de análises sobre iniciativas pontuais de cursos e projetos de determinadas universidades. No Brasil há poucas publicações sobre jornalismo especializado, sendo a

maioria ainda de cunho mais "manualista" e menos teórico, bem como poucos cursos e mesmo disciplinas e seminários voltados para o tema (Tavares, 2007, p. 116).

Uma pesquisa que se sobressaiu, todavia, evidenciou que a grande maioria dos cursos de Graduação em jornalismo (173 dos 205 existentes), até o momento daquele estudo, não havia incorporado em suas grades curriculares disciplinas ou atividades específicas da área de jornalismo científico (Caldas, *et al.*, 2005). Em uma análise qualitativa, sobre os cursos de Graduação e observando as ementas, criticou-se a desconexão dos conteúdos com aspectos basilares como a sociologia da ciência, história e filosofia da ciência (Caldas *et al.*, 2005).

Mais recentemente, o estudo de Franco *et al.* (2016) traz resultados que demonstram certo avanço nessa trajetória, embora ainda pouco significativo. Em uma discussão em torno dos currículos, na graduação em Comunicação Social no Brasil, tendo como busca a integração entre comunicação, saúde e meio ambiente na oferta de disciplinas, a quantidade encontrada pelas pesquisadoras demonstra um começo de abordagem, ainda que de maneira incipiente: as disciplinas com essa integração representam apenas 6% dos cursos. Diante disso, as autoras problematizam se os currículos de comunicação incorporam de fato as demandas sociais e do trabalho dos futuros comunicadores e jornalistas.

Isto posto, revelam-se dois problemas: uma significativa carência que persiste de disciplinas e atividades voltadas para a área da ciência e saúde nos cursos de jornalismo e uma lacuna no debate científico sobre a formação em jornalismo considerando a especialização, o que resulta em coberturas jornalísticas superficiais e em discussões limitadas por parte das assessorias de comunicação ou dos profissionais encarregados das relações públicas no mundo corporativo e no terceiro setor (Franco *et al.*, 2016).

O segundo passo metodológico partiu do entendimento da importância de se escutar os próprios profissionais formados nas universidades brasileiras e que trabalham cotidianamente informando a população sobre ciência e saúde. Os dados empíricos das entrevistas foram coletados em 2020 e 2021, no contexto crítico da pandemia. Os seis jornalistas selecionados, após observação e busca na internet de forma qualitativa, foram considerados devido ao seu histórico de atuação especializada no jornalismo em ciência e saúde no Brasil e por atuação jornalística durante a pandemia de covid-19, inclusive nas mídias sociais. No geral, o estado de espírito dos entrevistados inspirava confiança e tranquilidade, já que são especialistas nas áreas em que atuam. As entrevistas foram realizadas por meio digital, por videoconferência, na plataforma *Zoom*. As entrevistas foram

realizadas após a aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa sob parecer de n. 4404859, de 24/11/2020.

As entrevistas seguiram a denominação de semiestruturadas, isto é, perguntas previamente pensadas e controladas pela teoria e direcionadas de acordo com as hipóteses e problemática do estudo (Flick, 2008). Esse tipo de abordagem auxilia no propósito de tornar explícito o conhecimento do entrevistado através de respostas, provenientes de perguntas abertas permitindo que o entrevistado expresse espontaneamente uma reconstrução de suas teorias subjetivas sobre os temas explorados nas perguntas (Flick, 2008). Assim, um roteiro-base foi criado com os seguintes temas: identificar o entrevistado; investigar seu posicionamento sobre a especialização em ciência e saúde na formação jornalística; entender a percepção dos jornalistas sobre a crescente prática de cientistas e médicos nas mídias sociais digitais, isto é, suas possíveis fontes de notícias especializadas.

É importante pontuar que a análise efetivada a seguir lida com três aspectos fundamentais: a polifonia, o dialogismo (Bakhtin, 2016) e a memória (Halbwachs, 2006). A polifonia é percebida no fato de os entrevistados serem representantes de determinada área, a jornalística. Os atores entrevistados, por vezes, expressaram-se no plural ou da forma que se percebe que não estão falando apenas por si mesmos, mas sim da profissão da qual fazem parte. Nesse sentido coletivo, também foram perceptíveis disputas de sentidos em determinadas nuances de pontos de vista. O dialogismo também se faz presente por meio do processo interpretativo de análise das falas, com o intuito de relacioná-las em meio à discussão, buscando a ressonância da classe, já que todos responderam às mesmas questões.

A memória, por isso, é fator importante. O caráter da memória é ativado constantemente para responder às perguntas. As memórias, embora possuam limitações de seletividades naturais e individuais, constituem ingrediente importante na compreensão do tecido social e na construção de uma memória coletiva (Halbwachs, 2006) a partir de sua integração. Assim, o estudo se baseia na percepção humana, que está sempre sujeita a mudanças e tem como uma importante característica crítica o repensar das práticas individuais e coletivas.

O método de organização e consulta do material empírico baseou-se na análise temática de conteúdo, propiciando obter um olhar abrangente da realidade sobre rupturas e continuidades das representações sociais. Segundo Bardin (1979, p. 42) a análise de conteúdo tem por definição “um conjunto de técnicas de análise de comunicação visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo, indicadores que

permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção de mensagens".

A decisão das categorias foi tomada, principalmente, de acordo com a observação e investigação do fenômeno que se revela, portanto, é um processo orgânico da pesquisa, por meio de tentativas. Para isso, três etapas foram seguidas: 1) pré-análise que incluiu a leitura flutuante das entrevistas transcritas, a organização do material e a seleção das falas dos entrevistados; 2) exploração do material com a codificação e a inclusão dos excertos nas categorias criadas; 3) tratamento e interpretação dos resultados, o que inclui a discussão dos trechos selecionados à luz das teorias que embasaram a pesquisa. Foram estabelecidas duas categorias de análise: a ciência como fundamento na formação jornalística especializada; o jornalismo especializado em saúde e o jornalista-especialista.

A ciência como fundamento na formação jornalística especializada

A trajetória do jornalismo científico no Brasil acompanha a da imprensa nacional. Seu pioneiro, Hipólito da Costa, fundador do Correio Braziliense, deixou seu legado desde o final do século XVIII (Bueno, 2010) ao reportar ciência e tecnologia. Outro grande nome da divulgação científica brasileira foi José Reis, que participou da criação e consolidação de instituições como a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) (Massarani; Alves, 2019). No século XX, a divulgação científica se intensificou, tornando-se mais popular e, a partir da década de 1970, foi reconhecida pelos jornais como especialização, ganhando editoriais próprios, o que garantiu maior relevância ao jornalismo científico (Moraes; Carneiro, 2018). No que diz respeito à função social, os trabalhos desses dois campos, jornalismo e ciência, articulam-se em prol de ações e políticas públicas. Nesse contexto, a Universidade configura-se como um polo importante para efetivar essa articulação, privilegiando o conhecimento e a ética, de modo que esses valores tensionem o trabalho dos profissionais no mercado.

Os entrevistados pontuaram que a pandemia foi preponderante para evidenciar a necessidade de o jornalista compreender o processo científico, visto que esse conhecimento confere mais propriedade à escrita e mais criticidade na seleção dos estudos que embasam a notícia.

"Acho que tem jornalista que cobre um pouco de tudo, mas acho que é totalmente diferente a cobertura que é feita quando o jornalista é especializado no tema. A gente está vendo isso na pandemia. Muito jornalista que caiu de paraquedas na cobertura de saúde/ciência e às vezes publicam

com algumas incorreções, por falta de conhecimento. Você tem que saber interpretar uma pesquisa científica, entender a metodologia do artigo – um estudo clínico duplo cego é diferente de um estudo observacional. Você precisa minimamente ser especializado para saber, porque existem especificidades que a contextualização pode ficar prejudicada” (Cambricoli, 2021).

O jornalismo especializado é um elemento ainda jovem no campo de estudos e sua discussão é complexa, pois tem sido pensado mais em termos de normatizações, técnicas e práticas do que conceitualmente (Tavares, 2007). O foco específico deste artigo, o jornalismo científico e em saúde, demanda por si só uma fundamentação epistemológica e normatizações próprias, exigindo uma reflexão crítica sobre suas particularidades.

A imprensa tem como característica informar de forma genérica sobre assuntos específicos, ou seja, a especialidade é inerente à profissão. No entanto, como pontua Tavares (2007), a necessidade de especializar o jornalismo a partir de regimes de produção, como noticiabilidade, visibilidade e periodicidade e em diferentes meios superou e, mais ainda, caminhou ao encontro da lógica de outra forma de especialização jornalística: a temática. Esta, por si só, demanda uma formação adequada.

O cenário atual de expansão de meios – multitelas e pluralidade de emissores –, todavia, requer um repensar sobre essa desvalorização. Isso porque os jornais já não centralizam e filtram a informação disseminada para a população como na época dos meios de comunicação de massa, que detinham o monopólio da fala (Sodré, 1984). É preciso, dessa forma, buscar outras soluções para manter o interesse dos leitores e garantir a continuidade dos periódicos. A formação universitária, por meio de disciplinas específicas e outros recursos que possam ser correlacionados, é crucial para que a especialização seja consolidada e integrada a uma nova metodologia de trabalho jornalístico, geradora de novos produtos que associam jornalismo e ciência como apontam os entrevistados:

“Acho que mais importante do que o jornalista que quer trabalhar com ciência, ter alguma especialização ciência, físico, biólogo... é mais importante ele entender o processo e o método pelo qual a ciência é produzida. A ciência é formada por consenso, que pode ir mudando com o tempo. Quer dizer, entender essa base sociológica e filosófica por trás de como a ciência é feita” (Orsi, 2020).

“Eu acho que seria importante as faculdades terem uma matéria introdutória [em ciência]. Mas o jornalismo é sempre o mesmo? Não é bem assim, o

jornalismo científico tem características bem próprias que você não vê em outras editorias. É difícil cair de paraquedas na área de ciência e começar a fazer” (Caires, 2020).

No Brasil, autores como Lage (2005) e Lustosa (1996) abordam a especialização jornalística e classificam as editorias como divisões temáticas inerentes à lógica da profissão. A partir disso, é possível traçar uma reflexão sobre a especialização no jornalismo. Nilson Lage (2005, p. 109) argumenta que, se as redações criaram editorias específicas para áreas de conhecimento cotidiano relevantes, isso pressupõe a necessidade de domínio especializado. Assim, os jornalistas devem ser especialistas, pois cabe a eles, como agentes do público, relatar os fatos não apenas com base no senso comum, mas também com rigor ético-jornalístico e com critérios do campo, já que o especialista em ciência pode ser uma fonte com interesses pessoais, sendo mais produtivo para a sociedade que o jornalista se especialize.

O pensamento de Lage (2005) se refere a um conhecimento jornalístico singular, situado entre o senso comum e o científico, mas com fundamentação própria, o que exige especialização. Lustosa (1996), por sua vez, avança numa perspectiva mais sociológica, demonstrando que o conceito de especialização no jornalismo, ligado à divisão do trabalho, integra o desenvolvimento social e a setorização do conhecimento – reflexo dos preceitos modernizadores. O jornalismo é, assim, mais um espaço dessa manifestação na prática do trabalho, embora, na formação profissional universitária no Brasil, essa dimensão ainda não seja compreendida como basilar e fundamentalmente relevante.

“Eu acho fundamental [ter na formação], o caminho é você ter um jornalismo especializado. O jornalismo está mais nichado. Vai ser um grupo menor de pessoas que vai estar disposta a pagar por aquilo. E quem está disposto a pagar, quer algo qualificado. Ciência e saúde que são primas-irmãs, meio ambiente também. Eu não entendo nada de mercado, como vou cobrir economia? É muito especializado. A pessoa está pagando por uma curadoria: me diz o que é importante, me diz bem dito. Senão realmente é o fim da profissão” (Azevedo, 2021).

Esse tipo de jornalismo busca intermediar saberes especializados na sociedade, construindo um discurso noticioso que promove um conhecimento singular, fundado na compreensão conjunta do universo científico e do senso comum (Tavares, 2007). Trata-se de uma característica que, como aponta também Ramírez (1999), consolida o seu lugar como

disciplina, na medida em que direciona e formata os seus objetos de estudo e constrói o seu próprio paradoxo epistemológico: o jornalismo especializado é 'uma disciplina especializada em unificar as distintas especializações' (Ramirez, 1999, p. 9).

Para o jornalista, escrever sobre informações científicas a partir de discursos especializados é uma tarefa complexa. Como há uma lacuna em sua formação, o profissional muitas vezes não comprehende essa prática como uma modalidade jornalística em si, que funda um campo específico dentro do jornalismo, mas sim como uma mera 'tradução' do discurso científico para o jornalístico. Bueno (2010) menciona que o jornalista atuando como divulgador científico frequentemente não possui a capacitação necessária, o que abre margem para a espetacularização da ciência. Além disso, essa lacuna leva o profissional a assumir uma posição acrítica em relação às informações fornecidas pelas fontes consultadas.

De modo geral, as matérias utilizam predominantemente falas de fontes oficiais, como governo e secretarias de saúde, com algum acréscimo de declarações de cientistas e pesquisadores. Essa relação cultural do jornalismo com fontes oficiais e oficiosas, conhecida como jornalismo declaratório, é entendida por Abramo (2016) como um 'padrão da inversão'. Ao priorizar a versão oficial, inverte-se a lógica dos fatos pela lógica da versão, escolhida pelos jornais como a mais adequada, o que resulta num autoritarismo do oficialismo.

Nesse sentido, a percepção dos jornalistas aponta para a falta de uma formação mais consolidada no Brasil no que diz respeito à especialização como meio de gerar conhecimento para o futuro profissional. A competência para cobrir jornalisticamente temas especializados não pressupõe, necessariamente, uma pós-graduação ou especialização *lato sensu*.

Oferecer disciplinas com uma estratégia teórico-metodológica para criar um sentido e uma fundamentação do que é ser formado como jornalista especialista. Essa é uma competência já historicamente consolidada nas editorias, mas que demanda um conhecimento específico, por exemplo, sobre:

[...] a relação histórica entre ciência e divulgação, o entendimento da Ciência e do Jornalismo como construções sociais [e] o fortalecimento das bases de compreensão do método científico, tirando o foco dos resultados e redirecionando os olhares para a compreensão dos processos e das rotinas de produção (Caldas et al., 2005, p. 14).

“É preciso sim estar na formação. Países que têm jornalismo mais maduro nem diz jornalista de ciência. Fala-se jornalista de física, jornalista de saúde – mais específico ainda. Temos que ter clareza que o jornalismo especializado é antes de tudo jornalismo e a prática do jornalismo é uma só: você acha uma pauta, investiga, fala com pessoas e você escreve um texto tentando contar uma história nova, algo que seja impactante socialmente para

a vida dos leitores. A mesma coisa que faz em ciência faz em economia, mas a especialização torna melhor, gera mais conhecimento, entende mais daquele processo e escreve melhor” (Righetti, 2021).

Assim, pensar o jornalismo como conhecimento é defender a autoridade epistêmica do trabalho do jornalista, a figura do jornalista-intelectual. Os jornalistas aqui entrevistados, entretanto, compõem ainda um grupo seletivo no Brasil, que pôde escolher atuar como jornalista especialista no nicho de ciência e saúde. O consenso entre eles foi na direção da importância da especialização, embora com nuances: alguns enfatizaram mais a compreensão dos fundamentos científicos gerais, enquanto outros defenderam uma formação temática específica.

O jornalismo especializado em saúde e o jornalista-especialista

Em um cenário em que a covid-19 fez com que o tema saúde se tornasse, contundentemente, um protagonista em sua profundidade interdisciplinar, o jornalismo se apresentou como um importante pilar social e institucional de autoridade informativa, auxiliando na aplicabilidade do direito humano à informação, em meio a uma turbulenta sociedade midiatizada.

A circulação da informação consiste em aspecto central no mundo globalizado e digitalizado. A Organização Mundial da Saúde (OMS) alertou que o problema da covid-19 deveria ser considerado intrinsecamente ligado a uma infodemia (OPAS, 2020). O termo refere-se ao grande aumento no volume de informações associadas a um assunto específico, que podem se multiplicar exponencialmente em pouco tempo em decorrência de um evento de grande impacto (OPAS, 2020).

A OMS, dessa forma, reconheceu a infodemia como problema de saúde pública em 2020, explicitando que pode causar confusão e comportamentos de risco que prejudicam a saúde. Também leva à desconfiança nas autoridades de saúde e prejudica a resposta da saúde pública. Uma infodemia pode intensificar ou prolongar os surtos quando as pessoas não têm certeza do que precisam fazer para proteger sua saúde e a saúde das pessoas ao seu redor. Com a crescente digitalização – e a expansão das mídias sociais e do uso da internet – as informações podem se espalhar rapidamente. Isso pode ajudar a preencher lacunas de informações, mas também pode amplificar mensagens prejudiciais.

Diante disso, outro elemento marcante do período pandêmico foi o espaço protagonista alcançado pelos divulgadores científicos, que passaram a utilizar principalmente as mídias sociais digitais para informar seu público diretamente, a partir de sua *expertise*.

Esses atores deslocaram-se do papel tradicional de fontes consultadas por jornalistas para o de *news promoters* (Molotch; Lester, 1993), comunicando-se com o público sem a mediação jornalística. Para os jornalistas especializados em ciência e saúde, essa nova realidade não representa uma interferência negativa em seu trabalho, pelo contrário, a relação tornou-se colaborativa, o que demonstra uma reconfiguração dinâmica na relação jornalista-fonte:

“Eu acho ótimo cientistas nas redes sociais. Muitas vezes eu estou sabendo o que está acontecendo pelas redes. Primeiro eles colocam nas redes, não tem mais aquele movimento de primeiro procurar o jornalista. Eles colocam na rede, aí acionam a gente. As redes sociais bem usadas, a gente ganha agilidade, consegue aumentar o número de fontes. Isso tem acontecido, durante a pandemia, meu banco de fontes cresceu enormemente por conta das redes sociais” (Collucci, 2020).

“Eu acho ótimo para diálogo com eles. Isso não significa passar por cima de assessoria de imprensa. O caminho tem que ser sempre institucional, quando tem. Mas eu já fiz isso muito, não só cientistas, mas pessoas em geral. Ou mandar uma DM, ou marcar @ e muitas vezes funciona, principalmente Twitter, uso muito. Ou eu jogo uma dúvida ‘gente, não estou entendendo a fórmula da eficácia’ e vem um monte de cientista para explicar. Eu vou usando isso para tirar dúvida mesmo. Acho uma super ferramenta” (Righetti, 2021).

“Eu vejo totalmente como colaboração. Temos que ver que eles estão na mesma missão que a gente. Informação de cientistas e divulgadores científicos podem salvar vidas, não é exagero falar isso. E eles por estarem dentro do campo científico, eles divulgam os estudos antes da gente. Quando eles divulgam a gente fica sabendo para fazer matéria também. Às vezes a nossa matéria tem mais contextualizações, a pessoa vê no Twitter e vai procurar na imprensa também, então acho que é mais um complemento” (Cambricoli, 2021).

Diante desse contexto de novas complementaridades no fazer jornalístico que independem das redações, mas que podem ser colaborativas, não seria crucial resgatar, na formação do jornalista, a ideia do intelectual? Isto é, a noção de que o jornalista é, ele próprio, um especialista? De acordo com Bourdieu (1997), o jornalista-intelectual é o ator social de um campo científico dotado de práticas e saberes próprios – entendimento que também define o campo jornalístico. Trata-se de uma figura híbrida, meio jornalista e meio especialista, cujo

papel é fundamental para que o campo jornalístico exerça influência sobre outros campos. Essa autoridade é somada à sua função social primordial: dar acesso ao público geral, não especialista, a discursos especializados que fundamentam a tomada de decisões individuais e coletivas.

O jornalista em geral, e o científico em particular, pode se colocar como um intelectual do conhecimento e um historiador do cotidiano. É nesta condição que poderá exercer de forma mais crítica sua responsabilidade social (Caldas, et al., 2005). No que diz respeito à informação em saúde, é imperativo a compreensão de elementos básicos, como a própria existência e o significado do Sistema Único de Saúde (SUS) no Brasil.

“Saúde é um campo gigantesco, só o SUS já é um mundo, diversas portarias, regras, lutas políticas e disputas ideológicas. Tem toda uma pressão do setor privado que a gente vê ditando regras esses anos todos. E tem muita gente que tem plano de saúde, então a gente não pode esquecer essa parte privada também. É uma área que a gente tem sempre que estar se aperfeiçoando, é muito conflito de interesses. Se você não está mergulhada nela e conversando com pessoas, estudando, lendo o que está sendo publicado, você não acompanha” (Collucci, 2020).

12

O Sistema Único de Saúde (SUS) constitui uma conquista sociopolítica e sanitária fundamental no Brasil. Trata-se de uma instituição de valor cultural, que precisa integrar conscientemente a vida dos cidadãos, de modo a fomentar a mobilização social para o seu aprimoramento contínuo e para a sua defesa enquanto instância provedora do direito à saúde no país, pautada pelos princípios da universalidade, da equidade e da integralidade.

Desse modo, mesmo em contextos fora de crises sanitárias, o SUS apresenta-se como um sistema complexo de compreender e pautar jornalisticamente, uma vez que sua atuação não se restringe à prática hospitalar. A sua cobertura demanda conhecimentos especializados sobre a gestão da saúde pública, a relação entre os setores público e privado, os dados epidemiológicos e a dinâmica saúde-doença no país. Estudos indicam que as práticas jornalísticas relacionadas ao SUS são frequentemente veiculadas de maneira negativa e fragmentada na mídia, sendo comumente retratado como um “SUS-problema” (Silva; Rasera, 2014).

Os assuntos relacionados à saúde passaram a ser divulgados de modo mais abrangente no Brasil, especialmente a partir do final dos anos 1980, quando a saúde se tornou uma obrigação pública. Esse marco está previsto no Artigo 196 da Constituição Federal de

1988, que estabelece: “a saúde é direito de todos e dever do Estado” (Brasil, 1988). Para além de meras questões biológicas do corpo, a saúde transformou-se em pauta coletiva e universal, culminando na criação do SUS em registro oficial, em 1990, com a promulgação da Lei nº 8080, em 19 de setembro, conhecida como a Lei Orgânica da Saúde (Brasil, 1990). Trata-se de uma conquista alcançada principalmente pela militância do Movimento da Reforma Sanitária (Paim, 2009).

Seguindo a demanda social crescente pelo tema, os jornais também passaram a pautar mais intensamente assuntos de saúde. Esse crescimento pode ser verificado por meio de uma rápida observação dos principais produtos jornalísticos: nota-se uma profusão de capas de revistas e jornais, programas de televisão e matérias em sites noticiosos veiculando informações sobre novos medicamentos, a importância da dieta, a eclosão de novas epidemias e o surgimento de variantes de doenças, como a dengue (Lerner; Sacramento, 2014).

Ainda assim, os periódicos tendem a priorizar o infoentretenimento em detrimento de informações substantivas sobre ciência e saúde – privilegiando sobretudo o que é inusitado ou temas de caráter superficial. Os jornais convencionais tendem a pautar saúde como mercadoria associando-a a produtos ou procedimentos, como dietas, suplementos alimentares, medicamentos e cirurgia bariátrica, sem abrir espaço para uma abordagem de promoção da saúde (Oliveira-Costa, et al., 2016).

As matérias, portanto, tendem a apresentar uma carência de embasamento técnico-científico e uma interpretação inadequada dos dados, o que compromete diretamente a qualidade e a credibilidade das informações veiculadas (Franco et al., 2016). Nota-se a ausência de critérios especializados que demandam um conhecimento específico da área. A pandemia, no entanto, inaugurou um novo momento de crescimento na cobertura de temas de saúde pelos jornais. Esse fenômeno cria novos indícios sobre a urgência de se voltar, academicamente, para a reflexão sistemática sobre temas interligados de ciência, saúde e meio ambiente.

“O que eu vejo nos últimos anos é que o jornalismo de saúde cresce. Na pandemia é perceptível, tem ciência, mas tem muito de saúde: a desassistência, a falta de respiradores, isso é saúde na prática no dia a dia. E infelizmente o jornalismo geral não é muito valorizado, a menos que você vire um grande repórter investigativo, mas investigativo exatamente em quê? De novo, precisa se direcionar para uma área” (Collucci, 2020).

Pautar saúde significa informar sobre espaços decisivos de gerência da vida social. Implica interpretar os princípios jornalísticos à luz das especificidades dos temas em saúde. Por exemplo, é pertinente aplicar o princípio da equivalência de vozes, a busca pelos 'dois lados', quando já existe um consenso científico robusto, como no caso da ineficácia da cloroquina no tratamento da Covid-19? Dependendo da abordagem, a notícia pode gerar, inclusive, desinformação. Dessa forma, não basta compreender os critérios clássicos de noticiabilidade; é preciso fundi-los a um conhecimento específico do campo da ciência e da saúde. Esse é o tensionamento produtivo necessário: fazer com que as especificidades do campo desafiem os universais jornalísticos, e vice-versa, para que a cobertura seja tanto precisa quanto socialmente responsável.

Diante disso, conceber a formação jornalística especializada significa compreendê-la não como um apêndice, mas como um fundamento essencial da formação global do profissional, um componente curricular que pode também integrar atividades de pesquisa e extensão. Relacionar comunicação, informação e saúde consiste em envolver os estudantes em saberes e práticas interdisciplinares, formando não apenas técnicos, mas profissionais críticos.

14

Considerações finais

Este trabalho buscou refletir sobre o papel formativo em jornalismo no contexto pós-pandemia de covid-19, que acelerou e intensificou dinâmicas nas quais o jornalismo precisa se inserir e atuar: a infodemia e a desinfodemia persistem, não apenas sobre a covid-19, mas sobre quaisquer outros assuntos de intenso interesse e debate público, devido ao caráter midiatisado da circulação informacional. Temas como ciência, saúde e ambiente tornam-se alvos constantes de grande repercussão, representando um desafio para a cobertura jornalística.

Dessa forma, o jornalismo precisa posicionar-se como campo perito e, para tal, demonstrar a importância do processo formativo universitário. A discussão central do estudo articula a necessidade de a formação em jornalismo criar espaço para a especialização, transcendendo a técnica de construção da notícia, baseada em critérios universais de noticiabilidade e nas finalidades jornalísticas, considerando as características do veículo de transmissão, mas avançar para uma reflexão conceitual sobre jornalismo especializado. Essa reflexão deve evitar subjugar as especificidades e processualidades dos temas sobre os quais se informa. Em outras palavras, é necessário promover um tensionamento produtivo entre as

editorias temáticas e os valores universais do campo, ancorado no conhecimento teórico e processual da ciência e da saúde, áreas centrais neste debate.

Vale ressaltar que lutar por um jornalismo mais qualificado, embora crucial, não é suficiente para combater a desinformação, dada a natureza multidimensional desse fenômeno. No entanto, associar a formação jornalística a essa empreitada reforça o papel da Universidade, principalmente por meio do repensar disciplinar – mais um pilar institucional relevante na abordagem do problema, como esboçado aqui. Percebe-se, assim, que este estudo explora parcialmente essa questão contextual, sendo fundamental a realização de novas pesquisas que abordem, por exemplo, a participação do Estado nesse enfrentamento, bem como a importância de fortalecer esse debate sobre a formação nos cursos de jornalismo no período pós-pandemia e constante infodemia, a fim de compreender possíveis processos de transformação em curso.

Referências

ABRAMO, Perseu. **Padrões de manipulação na grande imprensa**. 2. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2016.

AZEVEDO, Ana Lúcia. Ana Lúcia Azevedo [Depoimento]. Entrevistadora: Thalita Mascarelo da Silva. Vitória, Ufes. 1 arquivo em mp4 (52 min.). Depoimento concedido para a dissertação **As transformações no jornalismo científico brasileiro: o impacto da pandemia da covid-19 na relação entre jornalistas e cientistas**. 20 jan. 2021.

BAKHTIN, Mikhail. **Os gêneros do discurso**. São Paulo: Editora 34, 2016.

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70, 1979.

BORDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1997.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Cap.II - Da Seguridade Social - Seção II: Da Saúde (art. 196 a 200). Disponível em: http://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/CON1988_05.10.1988/art_200_.asp. Acesso em: 03 nov. 2024.

BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 20 set. 1990. Disponível em: <https://goo.gl/twYSz>. Acesso em: 26 ago. 2025.

BUENO, Wilson Costa. Comunicação Científica e Divulgação Científica: Aproximações e Rupturas Conceituais, **Informação & Informação**, Londrina, v. 15, n. esp, p. 1-12, 2010. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/viewFile/6585/6761>. Acesso em: 26 ago. 2025.

CAIRES, Luiza. Luiza Caires [Depoimento]. Entrevistadora: Thalita Mascarelo da Silva. Vitória, Ufes. 1 arquivo em mp4 (53 min.). Depoimento concedido para a dissertação **As transformações no jornalismo científico brasileiro: o impacto da pandemia da covid-19 na relação entre jornalistas e cientistas**. 10 dez. 2020.

CALDAS, Graça; SOUSA, Cidoval Morais; ALBERGUINI, Audre.; DINIZ, Augusto. O desafio da formação em Jornalismo Científico. *In: XIV Reunião da Associação Nacional de Pós-Graduação em Comunicação Social (Compós)*, 2005, Niterói. **Anais GT Estudos de Jornalismo**. Niterói: UFF, 2005. Disponível em: <https://proceedings.science/compos/compos-2005/trabalhos/o-desafio-da-formacao-em-jornalismo-cientifico>. Acesso em 26 ago. 2025.

CAMBRICOLI, Fabiana. Fabiana Cambricoli [Depoimento]. Entrevistadora: Thalita Mascarelo da Silva. Vitória, Ufes. 1 arquivo em mp4 (51 min.). Depoimento concedido para a dissertação **As transformações no jornalismo científico brasileiro: o impacto da pandemia da covid-19 na relação entre jornalistas e cientistas**. 15 jan. 2021.

COLLUCCI, Claudia. Claudia Collucci [Depoimento]. Entrevistadora: Thalita Mascarelo da Silva. Vitória, Ufes. 1 arquivo em mp4 (53 min.). Depoimento concedido para a dissertação **As transformações no jornalismo científico brasileiro: o impacto da pandemia da covid-19 na relação entre jornalistas e cientistas**. 20 nov. 2020.

COSTA, Tainá A.; SILVA, Eunice A. Narrativas antivacinas e a crise de confiança em algumas instituições. **RECIIS – Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde**, v. 16, n. 2, abr./jun. 2022, p. 281-297, 2022. Disponível em: <https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/3229>. Acesso em: 26 ago. 2025.

DA CONCEIÇÃO RAMOS, Ana Carolina L.; PACHECO, Beatriz A. B.; SOUSA, Jennifer E. A.; PETRILLI, Jessica D.; COSTA, Gustavo N. O. Cobertura vacinal e o movimento antivacina: o impacto na saúde pública no Brasil. **Revista Baiana de Saúde Pública**, v. 47, n. 1, p. 210-226, 2023. Disponível em: <https://rbsp.sesab.ba.gov.br/index.php/rbsp/article/view/3831/3208>. Acesso em: 26 ago. 2025.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

FRANCO, Agatha S. C.; LEITE, Tatiana C.; LIMA, Raíza T. R. S.; AGUIAR, Adriana C. Saúde e meio ambiente nos currículos dos cursos de graduação em comunicação social no Brasil. **RECIIS – Ver. Eletron. Comum. Inf. Inov. Saúde**. v. 10, n. 4, 2016. Disponível em: <https://homologacao-reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/1134>. Acesso em: 26 ago. 2025.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

LAGE, Nilson. **A Reportagem**: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística. Rio de Janeiro. Record. 2005.

LERNER, Katia; SACRAMENTO, Igor. **Saúde e Jornalismo: Interfaces Contemporâneas**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2014.

LIMA, Nísia T. Pandemia e interdisciplinaridade: desafios para a saúde coletiva. **Saúde em Debate**, v. 46, n. spe, p. 9-24, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-11042022E601>. Acesso em: 01 set. 2025.

LUSTOSA, Elcias. **O texto da notícia**. Brasília. Ed. UnB. 1996.

MASSARANI, Luiza M.; ALVES, Juliana P. A visão de divulgação científica de José Reis. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 71, n. 1, p. 56-59, 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.21800/2317-66602019000100015>. Acesso em: 26 ago. 2025.

MOLOTH, Harvey; LESTER, Marilyn. As notícias como procedimento intencional: acerca do uso estratégico de acontecimentos de rotina, acidentes e escândalos. *In: TRAQUINA, Nelson. (org.). Jornalismo: questões, teorias e estórias*. Lisboa: Vega, 1993. p. 34-51.

MORAES, Eduardo C.; CARNEIRO, Erica M. M. A evolução do jornalismo na divulgação científica. In: VOGT, Carlos; GOMES, Marina; MUMIZ, R. (org.). **Com ciência e divulgação científica**. Campinas: BCCL/UNICAMP, 2018. p. 189-198. Disponível em: https://www.comciencia.br/wp-content/uploads/2018/07/livrocomciencia_cb.pdf. Acesso em: 26 ago. 2025.

OLIVEIRA-COSTA Mariella S.; AMORIM, Anne C. C. L. A.; CADAXA, Aede G.; MENDONÇA, Ana V. M. Promoção da saúde da mulher brasileira e a alimentação saudável: vozes e discursos evidenciados pela Folha de SP. **Ciênc. saúde colet.** v. 2, n. 6, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/chvPS5JBxyyJHXJzcv3Rhsf/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 26 ago. 2025.

OPAS. Organização Pan-Americana da Saúde. **Entenda a infodemia e a desinformação na luta contra a COVID-19**, 2020. Disponível em: <<https://iris.paho.org/handle/10665.2/52054>>. Acesso em: 03 nov. 2024.

ORSI, Carlos. Carlos Orsi [Depoimento]. Entrevistadora: Thalita Mascarelo da Silva. Vitória, Ufes. 1 arquivo em mp4 (84 min.). Depoimento concedido para a dissertação **As transformações no jornalismo científico brasileiro: o impacto da pandemia da covid-19 na relação entre jornalistas e cientistas**. 12 dez. 2020.

PAIM, Jairnilson. **O Que É O SUS**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2009.

PAUL, Dairan; BECKER, Denise. (org.). Roteiro e produção das entrevistas de Andressa Kikuti Dancosky et al.; supervisão editorial de Rogério Christofoletti. **Ética jornalística e pandemia: entrevistas com especialistas**. Florianópolis: UFSC, 2020.

RAMÍREZ, Francisco. **Comunicación Especializada**. Tucuman: Alicante, 1999.

RIGHETTI, Sabine. Sabine Righetti [Depoimento]. Entrevistadora: Thalita Mascarelo da Silva. Vitória, Ufes. 1 arquivo em mp4 (64 min.). Depoimento concedido para a dissertação **As transformações no jornalismo científico brasileiro: o impacto da pandemia da covid-19 na relação entre jornalistas e cientistas**. 17 jan. 2021.

SILVA, Gabriela M.; RASERA, Emerson F. A construção do SUS-problema no jornal Folha de S. Paulo. **História, Ciências, Saúde**, Manguinhos, v. 21, n. 1, jan./mar. 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-59702013005000012>. Acesso em: 26 ago. 2025.

SODRÉ, Muniz. **O monopólio da fala**: função e linguagem da televisão no Brasil. Rio de Janeiro: Vozes, 1984.

TAVARES, Frederico de Mello Brandão. O jornalismo especializado e a especialização periodística. **Estudos em Comunicação**, v. 5, 2007. Disponível em: <https://www.ec.ubi.pt/ec/05/pdf/06-tavares-acontecimento.pdf>. Acesso em 26 ago. 2025.

Submissão: 18 fev. 2025

Aceite: 02 set. 2025

“Se for para destruir uma forma de jornalismo, então que seja”:

Entrevista com Fabiana Moraes

“If a form of journalism is to be destroyed, then so be it”: Entrevista com Fabiana Moraes

Comovi – Comunicação e Mobilização dos Movimentos Sociais em Rede¹

Katarini Miguel²

Camila Andrade Zanin³

Rafaela Flôr⁴

Tainá Jara⁵

Resumo

Entrevista exclusiva com a jornalista, professora e pesquisadora Fabiana Moraes da Universidade Federal de Pernambuco, realizada por integrantes do Grupo de Pesquisa “Comunicação e Mobilização dos Movimentos Sociais em Rede”, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – CNPq.

Palavras-chave: Jornalismo de subjetividade. Feminismo. Identitarismo.

1

Abstract

Exclusive interview with journalist, professor and researcher Fabiana Moraes from the Federal University of Pernambuco, conducted by members of the Research Group “Communication and Mobilization of Social Movements on the Net”, from the Federal University of Mato Grosso do Sul – CNPq.

Keywords: Journalism of subjectivity. Feminism. Identity.

¹ Grupo de Pesquisa vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS). Diretório CNPq: dgp.cnpq.br/dap/espelhogrupo/2585598494507728

² Líder do Grupo, Doutora em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo, Mestre em Comunicação Social pela Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho (Unesp), Professora do curso de graduação em Jornalismo e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da UFMS. E-mail: katarini.miguel@ufms.br

³ Doutoranda em Comunicação pela UFMS. E-mail: candradezanin@gmail.com

⁴ Doutoranda em Comunicação pela UFMS. E-mail: rafsa.flor@gmail.com

⁵ Doutoranda em Comunicação pela UFMS. E-mail: tainajara@gmail.com

Para situar a conversa

Há pelo menos três anos nosso grupo de pesquisa “Comunicação e mobilização dos movimentos sociais em rede” (Comovi – CNPq/UFMS), formado em 2014 e composto atualmente por 11 pesquisadoras mulheres que investigam feminismos, ativismos e práticas jornalísticas engajadas e coerentes com a objetividade feminista, debate as obras da jornalista e pesquisadora Fabiana Moraes para entender a perspectiva de gênero, raça e classe no jornalismo. Professora dos cursos de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Pernambuco e graduação em Comunicação Social, no Centro Acadêmico do Agreste, Fabiana é autora de livros, articulista da Revista Gama e do Intercept Brasil, já ganhou três prêmios Esso e foi homenageada pela Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji) em 2024.

A presença dela no Ciclo Internacional de Debates (De)marcando as Diferenças, realizado na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, em 8 de abril de 2025, para compor a mesa Gênero e Democracia e relançar seu livro *O nascimento de Joicy*⁶, 10 anos depois da primeira publicação, foi a oportunidade de dialogarmos com nosso aporte teórico. Entre as tantas ideias e propostas da pesquisadora, uma tônica persiste e nos deixa em alerta: o ciclo branco, masculinista, heteronormativo, financista, mediante qualquer rasura em seu quadro de referências, reage com acusações de ingenuidade, militância demais, segregação. “Então o jornalismo serviu para a desqualificação, para a desumanização, mas não pode se posicionar para reverter, inclusive, um próprio discurso fundante do jornalismo em relação ao gênero que desqualifica a mulher?”. Fabiana, assim como nosso GP, aposta no entendimento da interseccionalidade para conseguir ultrapassar a crítica meramente economicista, e assim se responsabilizar pelas práticas e humanizar de fato o jornalismo.

Da subjetividade jornalística hegemônica – aprendemos com ela que não há nada mais subjetivo que o jornalismo convencional –, passando pelo nosso incômodo com um certo movimento anti-identitário que vem crescendo, contaminando os progressos acadêmicos e profissionais e chegando no “drible”, sintetizamos aqui nossa entrevista.

⁶ “O nascimento de Joicy” é uma reportagem sobre uma mulher transexual, ex-agricultora e cabeleireira, que procurou o serviço público de saúde para realizar a cirurgia de readequação sexual, publicada em 2011 no Jornal do Commercio, de Pernambuco. A reportagem, vencedora do Prêmio Esso de Jornalismo, foi lançada em livro pela editora Arquipélago Editorial em 2015, com relançamento em 2025.

Comovi – De imediato, queremos registrar que vimos a homenagem da Abraji⁷, em que foi ressaltado o fato de você ser uma jornalista fora do eixo sul-sudeste, o que nos contempla e serve de inspiração. Na ocasião, você relata certa desilusão com o jornalismo, que inclusive pensou em desistir, mas persiste com a reportagem *O nascimento de Joicy*, que se tornou um livro, relançado agora, dez anos depois. Queremos saber se, dentro dessa reportagem e da escrita do livro, você conseguiu atingir essa subjetividade que você veio a conceituar depois. E nesta obra e na sua carreira, como você consegue executar o rompimento com a imparcialidade sem abrir mão dos métodos e técnicas da reportagem?

Fabiana – Em relação à primeira pergunta, eu talvez tenha me expressado mal na Abraji. Eu não me desencantei com o jornalismo em nenhum momento. Eu me desencantei com uma forma de fazer jornalismo, muito preconizada, muito comum, e que eu também fazia parte ao estar na redação: leva informação, apura, escreve, executa todas essas ações que a técnica de jornalismo pede, mas, ao mesmo tempo, há nesse processo uma maneira que eu vou chamar de “outrificação”, de desumanização recorrente. Uma forma também completamente subjetiva, sem que essa subjetividade esteja, como eu falo no livro, “fora do armário”. Então, a subjetividade está sempre presente desde que o jornalismo nasceu, mas está sempre escondida atrás dos próprios indicadores da verdade, da imparcialidade e tudo aquilo colocado historicamente.

Então, quando eu começo a prestar mais atenção na forma como o jornalismo estava sendo executado diariamente, tanto na redação que eu estava quanto no jornalismo da Globo e do Jornal de Brasília, por exemplo, é que eu faço uma crítica a partir de dentro do próprio jornal. Uma coisa muito interessante naquele momento foi fazer com que as reportagens que eu estava produzindo fossem essa própria crítica. Eu começo a entender isso de uma maneira mais clara e faço *Os Sertões*, reportagem de 2009, de uma maneira mais crítica ao jornalismo. Quando fotografamos em um lugar, por exemplo, e a câmera está aberta para que as pessoas vejam que tem um refletor, um tecido, tem toda a parafernália para enquadrar uma pessoa e essa câmera está afastada, aquilo é uma maneira de mostrar a nossa interferência e o nosso

⁷ A jornalista foi homenageada no 19º Congresso de Jornalismo Investigativo da Abraji com o documentário “Fabiana Moraes – Brilho e Combate”, produzido pelo Caldo de Cana Filmes e com direção executiva de Gabi Coelho, jornalista independente e diretora da Abraji. Disponível em: <https://abraji.org.br/noticias/fabiana-moraes-brilho-e-combate-documentario-lancado-no-congresso-da-abraji-narra-a-historia-da-jornalista-pernambucana>. Acesso em: 6 de jun. de 2025.

enquadramento. Na foto daquela pessoa havia, obviamente, todo um contexto no qual aquele enquadramento estava sendo realizado e transmitindo uma ideia de verdade.

Quando fui escrever a história da Joicy também havia um pouco dessa tentativa. A forma como eu resolvi narrar era assim, eu me coloco na história, mesmo sem querer. Tem um certo momento da reportagem que a gente pede para a Prefeitura de Alagoinha (PE) mandar um carro para ela, porque ela não tinha onde dormir. E eu conto que ela só foi para casa porque houve interferência do jornal. Então, são formas de fazer uma crítica à questão da objetividade.

Então, voltando à pergunta, não era um desistir do jornalismo, mas um “esse jornalismo que me incomoda eu não vou fazer”. E a minha fé é renovada nesse sentido, quando eu percebo que tem outras pessoas também interessadas e fazendo isso. É no livro *O nascimento de Joicy* que eu começo a organizar essa questão da subjetividade, e no *A pauta é uma arma de combate*⁸ isso chega mais amadurecido. Eu começo a entender que o discurso do jornalismo e da objetividade detém inúmeras violências, respaldadas pelo manto da objetividade, com a justificativa de “eu só reportei o que estava lá” ou “eu só coloquei o que a pessoa disse”. Com isso, o jornalismo comete violências, mesmo sendo completamente técnico e objetivo. A gente continua tendo, por exemplo, em casos de violência contra mulher, afirmações naturalizadas como “mulher morre” e não “homem assassina”. Agora essas questões podem estar mais evidentes, mas, inicialmente, quando começo a falar sobre subjetividade, é uma maneira de provocar mesmo, porque era uma palavra quase proibida e eu sabia como “a salsicha era feita”, no caso, a notícia era produzida.

E muita gente acha que apontar isso é uma maneira de destruir o jornalismo, mas se for para destruir uma forma de jornalismo, então que seja, porque já prejudicou uma parcela considerável da sociedade. Quando eu escrevi com a Márcia Veiga da Silva o artigo de 2019⁹, eu estava muito movimentada por pensar como essas questões estavam na epistemologia do próprio jornalismo, e não apenas do campo da prática, porque, muitas vezes, o que a academia faz é botar a culpa na redação. Mas é na universidade que esse negócio também mora, não se trata de sair dali e fazer outra coisa na redação. Portanto, eu estava atrás de um

⁸ O livro, publicado em 2022 pela editora Arquipélago Editorial, articula críticas, propostas e reflexões sobre as relações discursivas do jornalismo com grupos sociais historicamente oprimidos. A autora dá lugar central à pauta, situada em um contexto atravessado por hierarquias de gênero, raça, classe social e origem geográfica. Também investiga caminhos de ruptura com os modos colonizados pelos quais o jornalismo atua, e defende o jornalismo de subjetividade.

⁹ VEIGA DA SILVA, M.; MORAES, F. A objetividade jornalística tem raça e tem gênero: A subjetividade como estratégia descolonizadora. In: 28º Encontro Anual da Compós. *Anais* [...] Porto Alegre: Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, 2019.

jornalismo melhor, não numa escala moral, mas um jornalismo que eu não tivesse vergonha de dizer que fazia.

Comovi – No livro *A pauta é uma arma de combate*, você chama atenção para o risco de se reduzir a subjetividade ao plano individual, sem considerar sua dimensão coletiva. Estudando a imprensa feminina e feminista, identificamos traços dessa subjetividade mais social. Na sua visão, práticas como essas — que trazem temas pessoais e domésticos ao debate público — estão mais próximas dessa subjetividade coletiva? Ou isso não é, por si só, determinante?

Fabiana – Eu acho que a questão da subjetividade vai estar na imprensa feminina como ela está no caderno de economia porque é completamente impossível você fazer qualquer forma de jornalismo – ele pode ser cultural, empresarial, de dados, feminino – sem a presença da subjetividade. A questão histórica é o apagamento desse subjetivo por questões várias, como para vender jornal para mais gente, para mostrar um não partidarismo justamente para conseguir alcançar maiores audiências. Se pensarmos do ponto de vista histórico, essa imprensa que vai fazer a revista Capricho, a Cláudia, e que nasce no Jornal das Senhoras, dos anos 1950, surge a partir de uma ideia de hierarquias sociais, a partir do entendimento de que esses veículos vão ser voltados para o ambiente doméstico, assuntos não políticos, como até hoje existem nos jornais matutinos. Vejamos os jornais locais do horário da tarde e o da manhã, as pautas são comida, alimentação, decoração, viagens, ou seja, assuntos atrelados ao lar e a quem está no lar. Tecnicamente, as mulheres estão ali mais do que os homens. Já os assuntos da política são para horários nos quais os homens estão em casa.

A Márcia Veiga fala muito bem dessa racionalidade moderna construída em cima de binarismos. O jornalismo permeia essa racionalidade moderna e ajuda a definir o político e o não político, o que é do debate público e do privado. Quando olhamos de perto, tudo é muito binário. Há binarismo até no sentido de que há o assunto da noite e o assunto do dia, o assunto de fora e o assunto de dentro da casa, o assunto masculino e o assunto feminino. Por exemplo, as pessoas não olhavam pra mim como uma repórter de política, porque eu era repórter de cultura ou repórter de turismo, cobria moda há quase dez anos. Isso não era entendido como política e eu tirava partido disso. As pessoas achavam que eu devia ser muito boba por cobrir moda e eu surpreendia com ótimas reportagens que ninguém esperava.

Comovi – Acompanhamos algumas críticas à proposta de subjetividade, muito na esteira de análises anti-identitárias incomodadas com a emergência de novos corpos na concepção, produção e pensamento jornalístico. Descrevem como uma vertente ativista e de um mosaico de parcialidades que infla o jornalismo de ideais neoliberais. Também classificam como um ataque ao jornalismo enquanto forma social de conhecimento, conceito elaborado pelo Adelmo Genro Filho. Como você responde a essas críticas?

Fabiana – Primeiramente, eu concordo totalmente com o Adelmo. Mas tem duas palavras aí que eu já acho que dizem um bocado. Quando coloca o ativismo como algo menor e não sério, e classifica como identitarismo, o que está chamando de identitário?

Entendo a importância do paradigma marxista, que tais críticas se baseiam, mas não posso entender como um teórico ou uma única filosofia vai conseguir dar conta de toda a compreensão a respeito de um país e de novas formas de trabalho, de relações sociais, de compreensão do eu, ao longo do tempo. Então, precisamos observar as filigranas do que está acontecendo na sociedade. Eu não consigo compreender como é que você vai entender o que é o racismo no Brasil, um país que nunca reconheceu a própria história e o legado da escravidão, e simplesmente usar um autor para dar conta disso, colocando a problemática apenas como uma questão de classe social, porque não é. Quem vem de famílias birraciais, sabe muito bem o que significa ser branco e negro dentro de um contexto de pobreza. Em uma comunidade pobre uma mulher branca sofre uma série de violências a partir de uma população masculina negra. Ao mesmo tempo, essa população masculina negra é aquela que vai estar a serviço de uma população branca, e é a que mais morre pela violência urbana e policial, mas está melhor remunerada que as mulheres negras, aquelas que estão cuidando de todas as casas, cuidando de todos os filhos. Então, eu tenho aqui esses feixes que não podem ser entendidos como simplesmente identitarismo, ou questões nichadas, elas provocam diferenças determinantes no mundo.

Eu fico muito impressionada quando você simplesmente coloca o identitarismo como uma questão de ativismo. E eu me pergunto, por exemplo, quando é que podemos contar com o Congresso Brasileiro, formado em sua maioria por homens brancos, para legislar sobre a melhoria das condições de trabalho de empregadas domésticas, categoria composta em sua maioria por mulheres negras? Não são os homens brancos no Congresso que vão discutir isso de fato. Quem vai levar isso à frente é a pressão feita pelos movimentos sociais.

Eu posso falar também de indígenas nesse sentido. Quando é que eu vou ter um avanço social em relação a essas pessoas? E aí eu volto a Marx (a gente sempre volta!), como é que eu posso discutir a pobreza brasileira e classes sociais sem observar que é justamente nessas trincheiras que a discussão está dada e que isso não consegue chegar, muitas vezes, ao Congresso Nacional por questões de classe, gênero, localização geográfica? Então, acredito que há uma completa simbiose entre estudar classes sociais, compreender Marx na perspectiva histórica, e entender o que é interseccionalidade no Brasil. É uma falta de compreensão muito grande do que está sendo discutido, que pode ter a ver com um certo desconforto em relação ao próprio campo, como se a base não fosse mais tão sólida quanto antes.

Comovi – Por outro lado, reconhecemos que muitas outras pesquisas assumem seus conceitos e demonstram entusiasmo em relacionar a subjetividade com a práxis jornalística, reforçando o entendimento das identidades como fundamento para o jornalismo mais comprometido, por exemplo, com a perspectiva de gênero. Isso mostra que você (nós!) não está sozinha, mas como entender essas interseccionalidades em um mundo marcado por disputas de sentido?

7

Fabiana – É muita má vontade classificar, por exemplo, a questão de gênero como mero identitarismo no jornalismo, considerando o estudo de fôlego que faço em *A pauta é uma arma de combate* e os estudos que a Márcia Veiga faz, tanto no mestrado quanto no doutorado¹⁰, onde ela demonstra como questões muito específicas de gênero emergem nas redações.

No meu livro citado, já no primeiro capítulo, quando eu uso aquela imagem do Ícaro se afogando e as pessoas tocando as próprias vidas normalmente. Eu faço a analogia desse quadro não só com o momento atual, mas eu trago vários exemplos e cito, por exemplo, a construção da cidade da Copa no Catar e da quantidade de trabalhadores que morreram ali, mais de 10 mil pessoas. Eu falo a respeito da questão dos imigrantes e refugiados para discutir um trabalho plataformizado no mundo atual. Um trabalho que tem a ver justamente com uma superexploração de pessoas que saem dos seus países por motivos variados e como o capitalismo vai explorar esse corpo. É um corpo que se antes eu podia dizer assim “nossa, eu

¹⁰ VEIGA DA SILVA, M. **Masculino, o gênero do jornalismo**: um estudo sobre os modos de produção das notícias. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010. VEIGA DA SILVA, M. **Saberes para a profissão, sujeitos possíveis**: um olhar sobre a formação universitária dos jornalistas e as implicações dos regimes de poder-saber nas possibilidades de encontro com a alteridade. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

estou sendo explorada e vou me sindicalizar para discutir essas questões” – e veja que posso recorrer aqui também à Marx – hoje eu tenho um corpo que diz “por favor, me explore porque eu preciso sobreviver”. Então, eu estou falando de novas relações de trabalho dentro desse contexto globalizado, de *big techs*, de guerras. Onde é que eu posso falar que isso é um movimento identitário? Posso falar que imigrante é identitário? Ou eu posso falar que o corpo superexplorado está localizado dentro do identitarismo?

Então, eu fico meio assustada quando você não consegue entender quais são as novas formas de dominação que estão presentes. Porque a gente viu agora, quando o Trump alcança o poder e seu o primeiro discurso oficial tem a frase: “daqui de hoje por diante tem dois gêneros, masculino e feminino. A meritocracia vai ser a nossa política”. Eu estou falando sobre pessoas LGBTI+, eu estou falando sobre a população negra, eu estou falando sobre empresários de *big techs* que estão levantando o braço num movimento que faz quase um *rebranding* do fascismo e do nazismo. Me parece que certas pessoas não estão alcançando essa sutileza da dominação e das formas de racismo, autoexploração e das políticas antigêneros, por exemplo. Enfim, como eu disse, a questão está nas redações, mas também na academia. Como nesse caso em que pessoas do meio se organizam para desqualificar um trabalho, colocando-o quase como algo ingênuo, quando o que existe, na verdade, é uma sofisticação teórica grande, e que vai de encontro a uma forma de fazer ciência também, que não estamos mais interessadas em fazer.

Comovi – Uma das suas colunas para a revista Gama¹¹, abordando como a reivindicação dos marcadores sociais está sendo interpretada como lacração, na acusação do identitário demais, gerou reflexão sobre nosso posicionamento enquanto pesquisadoras feministas. Como responder ou resistir a esses ataques quando nossos próprios pares, muitos por conta da formação marxista já mencionada, descredibilizam as pesquisas com objetos-sujeitos de pesquisa que atravessam gênero e raça, por exemplo?

Fabiana – De alguma forma, eu fico feliz que o estado atual da discussão tenha chegado a esse ponto. Eu sei, por exemplo, como *O nascimento de Joicy* e *A pauta é uma arma de combate* são utilizados na universidade; o livro *Masculino, o Gênero do Jornalismo* e as pesquisas de Márcia como um todo são super importantes também e estão tratando sobre subjetividade, mesmo não usando diretamente a palavra. Eu acho que tem uma questão do

¹¹ Disponível em: <https://gamarevista.uol.com.br/colunistas/fabiana-moraes/identitarios-sao-sempre-os-outros/>. Acesso em: 2 de jun. de 2025.

tempo que é precioso, se ficamos o tempo todo reagindo, vamos deixar de fazer pesquisas que nos são caras. Mas é triste ver a desqualificação do trabalho de duas pesquisadoras que, já desde a Compós em 2019, foram chamadas de militantes.

Não acho que a militância ou o ativismo sejam uma coisa menor. Volto a dizer, jornais ditos profissionais como Folha de S. Paulo, O Globo, Correio Braziliense, fazem ativismo há muito tempo e eu nunca vi pessoas tão movimentadas para criticar isso. E aí quando você, de certa maneira, expõe um pouco do maquinário, aí você é chamada de identitária, ou o que quer que seja. Então, assim, como diz o meme: “sem tempo, irmão!”. Acredito que vocês não têm que ficar preocupadas em estar resistindo ou respondendo, vocês têm que fazer as pesquisas nas questões que interessam a vocês. Já tem muitas questões para lidar no dia a dia, como corte de verba para a universidade, dificuldades com questões técnicas e estruturais, desestímulo para as pesquisas.

Comovi – Então vamos falar de outra coluna sua, desta vez na Revista piauí¹², intitulada *Coitadismo de héteros, homens e brancos*, nos chamou atenção o ponto que você fala sobre o antidiscurso, ou seja, essa ferramenta de inverter a lógica e expor a contradição da ideia dominante. Gostaríamos de entender quais são os limites éticos desse antidiscurso? Como usá-lo de uma forma mais apropriada?

9

Fabiana – Eu acho um recurso interessante fazer o jogo das palavras, como uma forma de jogar quem debate com você para o espelho e pegar o espelho virar para a pessoa: “pronto, agora continua a discursar aqui, se olhando, expondo o ridículo da situação”. Podemos usar da falácia, digamos assim, nos apropriarmos do senso comum, de uma estética, de uma prática que, muitas vezes, está associada à extrema direita. Então, esvaziar isso, colocar outro conteúdo dentro daquela estética e devolver. É quase uma ideia de driblar mesmo, que é uma questão que eu quero elaborar melhor. Eu falo de hackeamento e eu falo de drible há algum tempo. Acho que você pode driblar utilizando a mesma roupa.

Eu sou muito visual, então vejamos. Quando os exércitos estavam atacando o Arraial de Canudos foram quatro missões. Eles derrotaram três. Só na quarta o exército vai vencer aqueles matutos sertanejos mal alimentados. É ali que o Exército Brasileiro promove uma das suas grandes carnificinas. Os combatentes de Canudos começaram a vestir as roupas dos soldados que eles matavam e isso os confundia muitas vezes. Então, os exércitos não sabiam quem era quando estavam atacando e, assim, muitas vezes os moradores de Canudos

¹² Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/o-coitadismo-de-heteros-brancos-e-homens/>. Acesso em: 2 de jun. de 2025.

conseguiam chegar perto e atacar. Então, eu falo um pouco nesse sentido. Isso não é nenhuma novidade porque, por exemplo, é assim que as pessoas conseguem sobreviver muitas vezes em empregos e até nas universidades, mas acredito que temos que entender isso como uma prática discursiva, principalmente nesse ambiente de desinformação, de algoritmos.

Então, temos que produzir dentro da forma, mas com um novo conteúdo. Por isso que eu tenho falado que precisamos disputar o senso comum. Eu fico completamente à vontade em dizer que nós precisamos cuidar de nossas criancinhas, precisamos cuidar da família brasileira, a família brasileira é importante. Vocês acham que isso é mentira? Vocês discordariam disso? Ninguém vai discordar, mas isso a extrema direita pegou e é como se repetindo isso dissessem que todos os outros não se importam com as famílias e apenas rebatemos isso. Eles já deram essa lição para a gente quando se apropriaram da bandeira, é o que todo movimento nacionalista fez no mundo. Daí o MST [Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra] fez uma coisa muito massa: começou a colocar a bandeira do Brasil colada com a bandeira do MST, e sair às ruas. Eu achei aquilo genial, porque tivemos um momento de uma disputa radical de signos, e é através dos signos que vamos ter que fazer essa disputa. E é desse signo, os signos do senso comum. E o humor é uma das armas mais sofisticadas para derrubar discursos e confrontar poderes. Por isso que eu acho o humor no jornalismo maravilhoso.

10

Comovi – Neste sentido, nos parece que há certa acomodação com as formas jornalísticas, o que pode passar por outro ponto que queremos abordar que é da formação, e do exercício da reflexividade na prática profissional. Vemos relutância de jornalistas, especialmente inseridos no jornalismo diário, em adotar práticas profissionais mais humanas, mesmo isso sendo respaldado por acordos internacionais e estudos de base científica.

Fabiana – A primeira coisa é entender que qualquer variação dentro de lugares que estão muito estabelecidos vai causar reações. Se você joga a pedra no lago e começa a formar aqueles círculos e você tiver que toda vez responder a cada novo círculo que aparece, você vai afundar. Porque é um desgaste enorme, mas se você se aproximar de pessoas com quem consegue estabelecer essas discussões e se fortalecer nesse sentido, é super importante, não só para resistir. Você resiste fazendo o seu. Você vai precisar responder em algum momento, mas precisa se organizar e preparar a sua resposta. É muito engraçado isso! Se o

jornalismo fala sobre sociedade, se o jornalismo fala sobre ser esse porta-voz, ser esse grande mediador, como é que o jornalismo não vai se posicionar em relação à própria carne do que é o jornalismo e do que é a sociedade? Para que serve o jornalismo? É um mediador social, mas não se coloca em relação à sociedade? Então, quando um grupo é criticado ao se posicionar, essa crítica esvazia o próprio fazer jornalístico, esvazia a própria função do jornalismo. O jornalismo, ele serviu historicamente para objetificar mulheres, o jornalismo serviu para falar que as mulheres foram assassinadas por amor, por ciúme, mas o jornalismo não pode se posicionar quando a mulher é vítima de feminicídio?

Então, a gente serviu para a desqualificação, para a desumanização, mas não pode se posicionar para reverter, inclusive, um próprio discurso fundante do jornalismo em relação ao gênero que desqualifica a mulher? Volta para aquele mesmo ponto das pessoas dizerem que jornalismo não pode ser político, que ele não se posiciona, que ele é identitário. Onde é que essas pessoas estavam quando tinha um monte de capa da Playboy falando de time de futebol e uma mulher com os seios de fora? Onde é que essas pessoas estavam quando as tenistas estavam ganhando o Wimbledon e a Folha de S. Paulo estava falando da celulite delas? Onde é que estavam essas pessoas?

11

Comovi – Para fechar a entrevista, como a subjetividade no jornalismo pode, em pautas policiais e assuntos que envolvam a violência, humanizar e acolher as vítimas que são, muitas vezes, objetificadas e revitimizadas pela própria neutralidade jornalística.

Fabiana – Não conseguimos num texto muito curto, por exemplo, contar a história de uma pessoa. E vamos reconhecer aqui a precarização da redação: a pessoa tem seis pautas pra fazer e ainda acumula outro trabalho porque ganha muito pouco na redação, não tem tempo. Mesmo assim tem gente que faz.

Vou tentar uma resposta bem técnica. Muitas vezes nesse dia a dia, na pressa, utilizamos a polícia como fonte primária, daí essa polícia, na notícia de um assassinato, me diz que a vítima é um rapaz, ex-presidiário e envolvido com drogas. Eu vou pro jornal e coloco isso. Objetivamente, eu apurei, está correta tecnicamente, mas no fim essa matéria está dizendo que esse menino merecia morrer. Quando eu falo de humanização, é isso. Eu posso obviamente perguntar à polícia, ele tem envolvimento com que droga? Com que base está dizendo isso? Ele foi assassinado enquanto estava traficando? Isso tinha que estar no contexto.

Lembro de uma reportagem que fiz sobre feminicídios, o caderno ‘Ave Maria’, que está no livro *A pauta é uma arma de combate*, que me dediquei a contar a história de mulheres assassinadas pelos companheiros, mas não conseguia fazer isso sem tempo e reflexão. Eu penso naquele livro *Histórias de morte matada contadas feito morte morrida*¹³, focado em assassinato de mulheres, que demonstra a forma na qual a cobertura da imprensa vai apagando a presença masculina. Isso aparece também no livro de Márcia Veiga¹⁴, um pouco menos no meu, mas aparece. Então, me chama muita atenção que jornalistas não queiram olhar pra isso. Porque isso acontece em Campo Grande, ou em Recife, em todo lugar, no mundo inclusive.

Tem outro caso que também está no livro, da foto de uma moça que era flanelinha na Folha de Pernambuco, que era o jornal mais popular. Essa moça foi assassinada pelo companheiro. A Folha fotografou a saia dela levantada, ela assassinada, com a calcinha de fora, ou seja, mesmo morta ela foi sexualizada. Na ocasião, os movimentos sociais, os ativistas “identitários”, fizeram pressão. Por causa dessa pressão, o Ministério Público fez o jornal receber uma série de formações dentro das redações sobre cobertura de feminicídio, e assinar um TAC (Termo de Ajuste de Conduta), se comprometendo a fazer reportagens a respeito de feminicídio. O acordo só foi feito por pressão dos movimentos sociais. Então, quando as pessoas começam a se mostrar desconfortáveis com o que está acontecendo, eu acho que deveriam procurar entender o que esse desconforto significa. Isso vai mexer no meu modo de fazer. E não é porque jornalistas são perversos etc., mas porque são coisas internalizadas, naturalizadas ao longo do tempo.

Falar em humanizar, na verdade, significa fazer um jornalismo sem desumanizar as pessoas. Não deveríamos ter de pedir isso. Alegar que não consegue fazer uma cobertura humanizada porque não tem tempo, porque tem pouco espaço, é uma forma simplesmente de se colocar fora do campo, dizer que não se responsabiliza pelo que você está escrevendo. Então, se você não se responsabiliza pelo que escreve, fotografa, transforma em representação, vá fazer outra coisa. O seu lugar não é esse.

12

Referências

DE OLIVEIRA, Niara; RODRIGUES, Vanessa. **Histórias de morte matada contadas feito morte morrida**: A narrativa de feminicídios na imprensa brasileira. São Paulo, Drops Editora, 2022.

¹³ DE OLIVEIRA, N.; RODRIGUES, V. **Histórias de morte matada contadas feito morte morrida**: A narrativa de feminicídios na imprensa brasileira. São Paulo, Drops Editora, 2022.

¹⁴ VEIGA DA SILVA, M. **Masculino, o gênero do jornalismo**: modos de produção das notícias. Florianópolis: Insular, v. 8, 2014.

MORAES, Fabiana. **A pauta é uma arma de combate: subjetividade, prática reflexiva e posicionamento para superar um jornalismo que desumaniza.** 1. ed. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2022.

MORAES, Fabiana. Identitários são sempre os outros. **Revista Gama**, [S. I.], 11 jul. 2021. Disponível em: <https://gamarevista.uol.com.br/colunistas/fabiana-moraes/identitarios-sao-sempre-os-outros/>. Acesso em: 2 abr. 2025.

MORAES, Fabiana. O coitadismo de héteros, brancos e homens. **Revista piauí**, [S. I.], 31 out. 2018. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/o-coitadismo-de-heteros-brancos-e-homens/>. Acesso em: 2 abr. 2025.

MORAES, Fabiana. **O nascimento de Joicy**: transexualidade, jornalismo e os limites entre repórter e personagem. 1. ed. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2015.

VEIGA DA SILVA, Márcia. **Masculino, o gênero do jornalismo**: modos de produção das notícias. Florianópolis: Insular, v. 8, 2014.

VEIGA DA SILVA, Márcia. **Masculino, o gênero do jornalismo**: um estudo sobre os modos de produção das notícias. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/25629/000753018.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 15 jun. 2025.

VEIGA DA SILVA, Márcia. **Saberes para a profissão, sujeitos possíveis**: um olhar sobre a formação universitária dos jornalistas e as implicações dos regimes de poder-saber nas possibilidades de encontro com a alteridade. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/118550/000969828.pdf?sequence=1&isAllowed=y>, Acesso em: 15 jun. 2025.

VEIGA DA SILVA, Márcia; MORAES, Fabiana. A objetividade jornalística tem raça e tem gênero: A subjetividade como estratégia descolonizadora. In: 28º Encontro Anual da Compós. **Anais** [...] Porto Alegre: Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, 2019. Disponível em: <https://proceedings.science/compos/compos-2019/trabalhos/a-objetividade-jornalistica-tem-raca-e-tem-genero-a-subjetividade-como-estrategi?lang=pt-br>. Acesso em: 28 ago. 2025.

Submissão: 09 jul. 2025

Aceite: 21 jul. 2025

Representações de gênero e o espelho da cisheteronormatividade: por um jornalismo mais plural

Gender Representations and the Mirror of Cisheteronormativity: Toward a More Plural Journalism

Rafael Rodrigues Pereira¹

COÊLHO, Tamires Ferreira (org.). **Desigualdades de gênero e representações midiáticas**. Cuiabá: Paruna Editorial, 2022.

Resumo

A resenha analisa a obra *Desigualdades de gênero e representações midiáticas*, organizada por Tamires Ferreira Coêlho, como uma contribuição relevante aos estudos sobre gênero, mídia e comunicação. A coletânea, fruto de um projeto da Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT), evidencia como o jornalismo brasileiro, mesmo o considerado de referência, reproduz a cisheteronormatividade e a lógica androcêntrica ao representar fontes e narrativas, reforçando estereótipos e apagando vozes dissidentes. Com base em uma abordagem interseccional e em autores como Butler, Foucault e Hall, a obra denuncia as formas simbólicas de violência presentes na mídia, mas também aponta caminhos para práticas comunicacionais mais plurais e democráticas, valorizando saberes subalternos e experiências LGBTQIAPN+.

Palavras-chave: Estudos de gênero. Sexualidade. Representação. Cobertura Jornalística.

Abstract

The review analyzes the book *Desigualdades de gênero e representações midiáticas*, organized by Tamires Ferreira Coêlho, as a relevant contribution to studies on gender, media, and communication. The collection, the result of a project at the Federal University of Mato Grosso (UFMT), highlights how Brazilian journalism—even that considered a reference—reproduces cisheteronormativity and androcentric logic in its representation of sources and narratives, reinforcing stereotypes and silencing dissident voices. Drawing on an intersectional approach and on authors such as Butler, Foucault, and Hall, the work denounces the symbolic forms of violence present in the media, while also pointing to pathways for more plural and democratic communicational practices, valuing subaltern knowledges and LGBTQIAPN+ experiences.

Keywords: Gender Studies. Sexuality. Representation. News Coverage.

¹ Mestre em Ciências da Comunicação pela Universidade Fernando Pessoa - Portugal. Pós-graduando em Docência no Ensino Superior pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Atualmente, integra a equipe de pesquisadores da região sudeste no GMMP 2025 – Global Media Monitoring Project, estudo sobre gênero na mídia mundial. Vínculo institucional: Universidade Presbiteriana Mackenzie. E-mail: rafa_rpereira@gmail.com.

Organizada por Tamires Ferreira Coêlho e publicada pela Paruna Editorial em 2022, a obra *Desigualdades de gênero e representações midiáticas* configura-se como uma importante contribuição aos estudos sobre gênero, mídia e comunicação, integrando reflexões interseccionais em um momento de acirramento das desigualdades e conservadorismo nas narrativas midiáticas. Fruto do projeto de pesquisa “Comunicação, gênero e mídia: representações, construções discursivas e possibilidades cidadãs”, desenvolvido na Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), o livro também articula práticas de extensão por meio do Pauta Gênero – Observatório de Comunicação e Desigualdade de Gênero. Lançado no 21º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, promovido pela SBPJor – Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo em parceria com a Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília no ano de 2023, o volume reforça o diálogo entre pesquisa acadêmica e engajamento social, mostrando como a universidade pode contribuir na desconstrução das estruturas simbólicas que perpetuam desigualdades de gênero e opressões interseccionais.

Ao longo de oito capítulos, a obra revela como o jornalismo brasileiro, inclusive aquele considerado de referência, como o programa *Fantástico*, não apenas negligencia questões de gênero, mas reitera uma lógica androcêntrica e cisheteronormativa no processo de escolha de fontes, construção narrativa e visibilidade midiática. No primeiro capítulo, por exemplo, os autores demonstram com dados empíricos que mulheres, quando aparecem, são associadas ao espaço doméstico, à emoção e à experiência pessoal, enquanto os homens ocupam o lugar da razão e da expertise. A crítica aqui vai além da denúncia: ela desnaturaliza o mito da imparcialidade jornalística, desestabiliza a ideia de neutralidade e aponta a urgência de revisitá-las noções de “fonte”, “pauta” e “relevância”.

O mérito da obra está em sua abordagem interseccional, que não toma gênero como uma categoria isolada, mas como elemento imbricado a raça, classe, sexualidade, território e geração. Nesse sentido, os capítulos dedicados ao jornalismo sensacionalista (*Cadeia Neles*), à análise dos planos de governo nas eleições de Cuiabá e à campanha “Salve Uma Mulher” são particularmente contundentes. Eles revelam não só os mecanismos simbólicos de violência, mas também como o discurso midiático pode operar como uma tecnologia de exclusão. A culpabilização da vítima, a hipervisibilidade de corpos racializados em contextos de criminalidade e a invisibilidade das mulheres negras em políticas públicas ditas “universais” não são acasos; são expressões de um projeto comunicacional normativo, excludente e violento.

Contudo, embora a crítica seja aguda, a obra não cai no desespero teórico. Há um comprometimento com a transformação, visível tanto na escolha dos objetos de pesquisa — que priorizam vozes e territórios subalternizados — quanto na proposta de práticas comunicacionais mais justas. Ao investigar as narrativas dissidentes no canal *Guardei no Armário*, por exemplo, o livro ilumina o potencial contra-hegemônico das mídias digitais LGBTQIAPN+, ao mesmo tempo em que alerta para os riscos de sua cooptação ou esvaziamento simbólico. Nesse ponto, o livro se alinha aos debates contemporâneos sobre decolonialidade, performatividade e pedagogias da resistência.

Um dos grandes trunfos da coletânea é a adoção da interseccionalidade como eixo teórico-metodológico. O conceito, cunhado por Kimberlé Crenshaw e amplamente desenvolvido por Patricia Hill Collins (2019), é tratado não apenas como um “recurso analítico”, mas como um compromisso ético com a complexidade das experiências sociais. Ao evidenciar que opressões de gênero, raça, classe e sexualidade não ocorrem de maneira isolada, mas interligada, a obra rompe com leituras reducionistas da desigualdade e aponta para a necessidade de leituras situadas e históricas.

Por exemplo, nos capítulos que tratam da invisibilidade das mulheres negras nas fontes jornalísticas e na publicidade institucional, como na análise da campanha “Salve Uma Mulher”, essa perspectiva interseccional permite escancarar o quanto os discursos de “salvação” operam dentro de lógicas de branquitude salvacionista e apagamento da agência das mulheres racializadas. Isso mostra que a violência simbólica não se dá apenas pela ausência, mas pela forma como certos corpos são enquadrados, estetizados e silenciados.

Outro conceito central trabalhado na obra é o de cisheteronormatividade, entendido como um regime normativo que pressupõe a heterossexualidade compulsória e a conformidade entre sexo biológico, identidade de gênero e expressão de gênero. A crítica à cisheteronormatividade perpassa especialmente os capítulos sobre o *Fantástico* e o programa *Cadeia Neles*, nos quais a normatividade do masculino branco cisgênero é naturalizada como padrão de autoridade e racionalidade, enquanto corpos dissidentes são sistematicamente desqualificados, expostos ou estigmatizados.

A obra evidencia que a mídia tradicional não apenas reflete a cisheteronormatividade, mas a performa continuamente, por meio de escolhas narrativas, visibilidades hierarquizadas e enquadramentos que reafirmam um modelo binário e patriarcal de sociedade. Isso é visível, por exemplo, na forma como as fontes trans, LGBTQIAPN+, negras ou periféricas aparecem na cobertura jornalística – quando aparecem, geralmente o fazem como exceções,

personagens curiosos ou vítimas de violência, raramente como sujeitos políticos ou especialistas.

Inspirada em Stuart Hall (2016) e Denise Jodelet (1989), a coletânea trata a representação não como simples espelho da realidade, mas como um processo ativo de construção de sentidos, em que estereótipos operam como dispositivos de manutenção da ordem social. Hall é amplamente citado ao destacar que os estereótipos são usados para reduzir e fixar a diferença, exagerando traços identitários a fim de estabelecer fronteiras simbólicas entre o “nós” e os “outros”.

A coletânea aponta, ainda, que a luta por representações mais justas da população LGBTQIAPN+ não se limita à demanda por visibilidade. Trata-se de disputar o sentido da presença: aparecer na mídia como sujeito político, com agência, saber e legitimidade. Nesse sentido, os capítulos dedicados às narrativas dissidentes e às epistemologias queer contribuem para deslocar o olhar para fora do eixo da normatividade. Ao incluir experiências como as narrativas do canal *Guardei no Armário*, a obra amplia o escopo da crítica ao jornalismo, evidenciando como a performatividade de gênero e sexualidade, ao ser visibilizada em primeira pessoa, pode romper com os enquadramentos opressivos da mídia tradicional. É nesse ponto que a crítica se torna também uma proposição: criar espaços para que outras vozes se expressem, sem a mediação reguladora da cisheteronormatividade institucionalizada nos meios de comunicação.

4

Os capítulos sobre o tratamento sensacionalista da violência contra mulheres, como no caso do *Cadeia Neles*, são especialmente exemplares nesse aspecto. A mulher vítima de violência é constantemente representada por meio de enquadramentos que sexualizam seu corpo, deslegitimam seu sofrimento e, muitas vezes, sugerem culpabilidade — um processo que reitera estruturas de dominação e atua como pedagogia da submissão.

A partir de Judith Butler (2014), a obra também discute como as normas de gênero são construções sociais reiteradas que moldam o reconhecimento dos sujeitos. A cismatividade, por exemplo, é revelada como critério implícito de inteligibilidade social e midiática: só é “compreensível” o sujeito que se encaixa nas normas de gênero pré-estabelecidas. Essa crítica aparece nos estudos sobre a invisibilidade de pessoas LGBTQIAPN+ na cobertura jornalística e na forma como as experiências de não conformidade são, em geral, patologizadas ou exóticas.

Essa concepção de norma vai além da mera análise textual, pois articula poder, saber e corpo, conforme as contribuições de Michel Foucault (2009) e Butler (2014). A mídia, nesse sentido, funciona como uma instituição que produz e reforça tais normas, com efeitos

concretos na vida social e nas políticas públicas — seja ao legitimar determinadas subjetividades, seja ao silenciar ou criminalizar outras.

Ao longo da obra, a crítica à noção de objetividade jornalística é mobilizada como forma de descolonizar o olhar midiático. A partir de Fabiana Moraes (2018), Moraes e Márcia Veiga da Silva (2019) e outras autoras negras e latino-americanas, o livro desmonta a falsa universalidade que sustenta o jornalismo “de referência” e evidencia que a pretensa neutralidade serve a um sujeito universal branco, masculino, cis, heterossexual e de classe média.

Essa crítica epistêmica é fundamental porque convoca o jornalismo a se reconfigurar enquanto prática democrática e não apenas técnica. A coletânea, nesse ponto, propõe uma ética comunicacional comprometida com a diversidade, com o reconhecimento de saberes subalternos e com a responsabilização dos meios diante das múltiplas violências que reproduzem.

Ficha Técnica

Título: *Desigualdades de gênero e representações midiáticas*

5

Autor: Tamires Ferreira Coelho

Editora: Paruna Editorial

Ano: 2022

Número de páginas: 138 p. (formato PDF)

Edição: 1^a edição

ISBN 978-65-85106-07-8

Referências

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

COÊLHO, Tamires F. (org.). **Desigualdades de gênero e representações midiáticas**. Cuiabá: Paruna Editorial, 2022. Disponível em: <https://paruna.com.br/wp-content/uploads/2022/12/desigualdade-de-genero-e-representacoes-midiaticas-parunaeditorial.pdf>

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro**: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. São Paulo: Boitempo, 2019.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 17. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2009.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2016.

JODELET, Denise. **Les représentations sociales**. Paris: Presses Universitaires de France, 1989.

MORAES, Fabiana. Pode a subalterna a subalterna calar? Limites e transbordamentos entre repórter e entrevistadas. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, v.15, n. 1, p. 85-97. janeiro/junho 2018.

VEIGA DA SILVA, Márcia; MORAES, Fabiana. A objetividade jornalística tem raça e tem gênero: A subjetividade como estratégia descolonizadora. *In: 28º Encontro Anual da Compós. Anais* [...] Porto Alegre: Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, 2019. Disponível em: <https://proceedings.science/compos/compos-2019/trabalhos/a-objetividade-jornalistica-tem-raca-e-tem-genero-a-subjetividade-como-estrategi?lang=pt-br>. Acesso em: 28 ago. 2025.

Submissão: 01 jul. 2025

Aceite: 19 ago. 2025